

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Vanessa Aparecida de Almeida Gonçalves Oliveira

CONFISSÕES DESLOCADAS: textualidades sobre o trabalho doméstico

Juiz de Fora

2024

Vanessa Aparecida de Almeida Gonçalves Oliveira

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos literários, da Universidade Federal de Juiz de Fora; área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais da Faculdade de Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras: Estudos Literários.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvina Liliana Carrizo.

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Vanessa Aparecida de Almeida Gonçalves.
Confissões deslocadas : textualidades sobre o trabalho doméstico / Vanessa Aparecida de Almeida Gonçalves Oliveira. -- 2024.
158 p.

Orientadora: Silvina Liliana Carrizo
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Trabalhadoras domésticas. 2. Colonialidade. 3. Resistência. 4. Eliane Alves Cruz. 5. Preta-Rara. I. Carrizo, Silvina Liliana, orient. II. Título.

Vanessa Aparecida de Almeida Gonçalves Oliveira

Confissões deslocadas: textualidades sobre o trabalho doméstico

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 23 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvina Liliana Carrizo - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Carolina dos Santos Bezerra-Perez

Colégio de Aplicação João XXIII - UFJF

Profa. Dra. Luciana María Di Leone

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Mirian Cristina dos Santos

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Juiz de Fora, 29/08/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Silvina Liliana Carrizo, Professor(a)**, em 23/09/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Goncalves, Professor(a)**, em 23/09/2024, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Cristina dos Santos, Usuário Externo**, em 24/09/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana María di Leone, Usuário Externo**, em 24/09/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina dos Santos Bezerra Perez, Professor(a)**, em 04/11/2024, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1954668** e o código CRC **D308A705**.

Para a maior das minhas produções, Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, por ser a inspiradora e incentivadora, da escrita deste texto. Sem seu acolhimento e amor não seria possível continuar esta caminhada.

Ao meu filho Francisco por alegrar e colorir minha vida, cujo nascimento durante o processo de doutoramento, me fez ressignificar minha identidade como mulher e me transformar em mulher-mãe.

Ao meu amado Rodrigo, que esteve sempre ao meu lado todos os dias, sua parceria possibilitou alçar mais esse voo.

À minha querida e lindíssima orientadora, Silvana Carrizo, por construir uma relação afetuosa e respeitosa durante este processo. Seu apoio e seu conhecimento foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

À minha amiga Sheila, pelo carinho e palavras amorosas recebidas, cotidianamente, no trabalho e a leitura atenta do meu texto.

À minha prima Tefinha, pelas palavras de incentivo e conselhos bem-humorados que tornarem um pouco mais leve essa caminhada.

Aos meus queridos amigos, Alíria Wiuira, Cristiane Veloso, Ione Vilela, Karla Eiterer e Roberta Saçço do grupo SOS Doutorado, pelo apoio construído em tantos anos de parceria.

À Universidade Federal de Juiz de Fora por me possibilitar financeiramente a construção de uma carreira acadêmica desde do curso de graduação em Letras.

Agradeço às professoras e ao professor que compuseram a minha banca: Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves, Carolina dos Santos Bezerra-Perez, Luciana Maria Di Leoni, Mirian Cristina dos Santos, Fernanda Murad Machado, Nícea Helena de Nogueira, Dayane Campos da Cunha e Lucas Esperança da Costa.

Meu muito obrigada a todos que me fortaleceram e me incentivaram a permanecer nesta caminhada acadêmica, sem vocês, não seria possível me tornar meu novo eu.

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar
Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Sorrir pra não chorar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar
Se alguém por mim perguntar
Diga que eu só vou voltar
Depois que me encontrar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Sorrir pra não chorar

(...)

(Cartola, 1976)

RESUMO

Esta tese se insere na discussão sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil. É pretendido estudar as textualidades que evocam mulheres e/ou personagens femininas que vivem no/pelo trabalho doméstico. Nesse sentido, busca-se demonstrar que no Brasil, devido a sua história de colonização, não é mais possível discutir a sociedade sem considerar as relações de poder e as imposições praticadas pelos colonizadores. Tendo isso em mente, destaca-se que o trabalho para as mulheres de baixa renda - em especial as racializadas - não está relacionado com a luta libertária e de escolhas, assim como foi perseguido pelas mulheres europeias, muito pelo contrário, o trabalho representa a subsistência da trabalhadora e de seus familiares. Em linhas gerais, esta tese pretende discutir, por meio do feminismo decolonial, o fato que o trabalho doméstico remunerado está além do debate feminista sobre divisão sexual do trabalho, pois, sem dúvidas, as suas dinâmicas não são apenas resquícios do sistema escravocrata, mas também atualizações das relações coloniais no país. Por isso, a análise é feita de maneira dialogada entre os relatos, as ficções literárias e demais textualidades que servirão de auxílio para a compreensão da fragmentação das opressões vivenciada pelas trabalhadoras domésticas. O *corpus* é constituído pelas narrativas ficcionais *Água de Barrela* (2016) e *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz e os relatos presentes no livro *Eu, a empregada doméstica: porque o quartinho da empregada é a senzala moderna* (2019) de Preta-Rara, assim como outros textos que conversam com o universo do trabalho doméstico. Tais obras apresentam como temática a empregada doméstica e o trabalho realizado por elas, a contar do trabalho realizado pelas mulheres escravizadas nas casas grandes até o trabalho feito pelas domésticas nas casas de classe média nos dias atuais, tal contexto, nos ajuda a visualizar, entre muitas condições e representações, a importância de não se defender apenas um único feminismo. Desse modo, uma das estratégias é não só analisar os modos de invisibilização e opressão vivenciados no espaço de trabalho, dado que as trabalhadoras estão/são submetidas ao desamparo e às formas de despolitização do âmbito doméstico, mas também identificar a elaboração de habilidades de resignificação das relações de colonialidade, construídas ainda no período da colonização, bem como as formas de resistências contemporâneas no diálogo entre decolonialidade e justiça do trabalho.

Palavras-chave: Trabalhadoras domésticas; colonialidade; resistência; Eliane Alves Cruz; Preta-Rara.

ABSTRACT

This thesis is part of the discussion on paid domestic work in Brazil. It is intended to study the textualities that evoke women and/or female characters who live in/through domestic work. In this sense, it seeks to demonstrate that in Brazil, due to its history of colonization, it is no longer possible to discuss society without considering the power relations and impositions practiced by the colonizers. With this in mind, it is highlighted that work for low-income women - especially racialized women - is not related to the struggle for libertarianism and choices, as it was pursued by European women, on the contrary, work represents the subsistence of the worker and her family. In general terms, this thesis intends to discuss, through decolonial feminism, the fact that paid domestic work is beyond the feminist debate on the sexual division of labor, since, without a doubt, its dynamics are not only remnants of the slave system, but also updates of colonial relations in the country. Therefore, the analysis is made in a dialogued way between the reports, literary fictions and other textualities that will help to understand the fragmentation of oppressions experienced by domestic workers. The corpus consists of the fictional narratives *Água de Barrela* (2016) and *Solitária* (2022), by Eliana Alves Cruz and the accounts present in the book *Eu, a empregada doméstica: porque o quartinho da empregada é a senzala moderna* (2019) by Preta-Rara, as well as other texts that talk to the universe of domestic work. Such works present as their theme the maid and the work done by them, from the work exercised by enslaved women in the big houses to the work carried out by the maids in middle-class houses today, such a context, helps us to visualize, among many conditions and representations, the importance of not defending just a single feminism. Thus, one of the strategies is not only to analyze the modes of invisibilization and oppression experienced in the workplace, given that workers are subjected to helplessness and forms of depoliticization of the domestic sphere, but also to identify the elaboration of skills to resignify the relations of coloniality, built during the period of colonization, as well as the forms of contemporary resistance in the dialogue between decoloniality and labor justice.

Keywords: Domestic workers; coloniality; resistance; Eliane Alves Cruz; Preta-Rara.

Sumário

1 INTRODUÇÃO: Confissões deslocadas	11
1.1 PRÓLOGO	19
2 DE (S) COLONIZANDO OS SABERES: estudo do feminismo decolonial	22
2.1 QUEM PODE FALAR?	24
2.2 O PENSAMENTO DECOLONIAL E A CRIAÇÃO DO GRUPO COLONIALIDADE/MODERNIDADE	26
2.3 FEMINISMO DECOLONIAL	33
2.3.1 Interseccionalidade	38
2.3.2 Feminismo não fragmentado	39
3 RESSIGNIFICANDO A BARRELA: de mulheres escravizadas à empregadas domésticas	42
3.1 <i>A MENINA ESTRANHA</i>	48
3.2 <i>A RAINHA E O REI</i>	57
3.3 <i>MOENDO A CANA, O E A ALMA</i>	60
3.4 <i>A ESCRAVA E A MULHER DO FEITOR</i>	62
4 OUVINDO OS SILÊNCIOS: porque “o quartinho da empregada CORPO é a senzala moderna”	75
4.1 DAS VAGAS “ARROMBADAS” AO TRABALHO QUASE ESCRAVO: relações de poder no mercado de trabalho brasileiro	76
4.2 DE MUCAMAS E CRIADAS À TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	85
4.3 EU, A EMPREGADA DOMÉSTICA: a senzala moderna é o quartinho de empregada	89
5 A CASA E A EMPREGADA DOMÉSTICA: espaços que habitam a empregada doméstica	110
5.1 A OBRA <i>SOLITÁRIA</i>	111
5.2 A CASA	123
5.2.1 A simbologia da sala de estar	125
5.2.2 A intimidade representada pelo quarto	128
5.2.3 A socialização no setor de serviços	131
5.2.3.1 A cozinha	131

5.2.3.2 O quartinho da empregada	135
5.3 A PERSONIFICAÇÃO DO QUARTINHO DE EMPREGADA	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: os estudos como emancipação	145
REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO: Confissões deslocadas

A presente tese se insere na discussão sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil. É pretendido estudar o modo em que se relatam e/ou são relatadas mulheres e personagens femininas em diferentes textualidades com o intuito de compreender os modos de subjetivação e de estar no/e pelo trabalho doméstico.

Nesse sentido, serão trabalhadas obras escritas entre os anos de 2016 a 2022 como as narrativas *Água de barrela* (2016) e *Solitária* (2022), mais próximas da ficção literária, ambas obras escritas por Eliana Alves Cruz; são trabalhados também os relatos da obra *Eu, a empregada doméstica: a senzala moderna é o quatinho da empregada* (2019), marcados pelo teor de depoimento, coletados e organizados por Preta-Rara. Além do Corpus principal, dialogaremos com outras textualidades que dialoguem com a temática, dentro do campo artístico brasileiro, o conto “Maria, “Quantos filhos Natalina teve”, o poema “Vozes-mulheres” de Conceição Evaristo, bem como a narrativa fílmica *Que horas ela volta?* (2015), dirigido por Anna Muylaert, entre outras.

Esta tese tem como estratégia analisar não só os modos de invisibilização, silenciamento, opressão vivenciados no espaço de trabalho, dado que as trabalhadoras estão/são submetidas ao desamparo e às formas de despolitização do âmbito doméstico, mas também identificar a ressignificação das relações de colonialidade, a construção de uma retórica favorável à linguagem e a existência atribuída à experiência de ser trabalhadora doméstica no Brasil.

É importante destacar que nesta tese, as análises das obras literárias e as textualidades que orbitam os capítulos serão realizadas de maneira dialogada. Faço isso, com a perspectiva de que é mais interessante no contexto da escrita pluricultural brasileira, o estabelecimento do diálogo entre elas, procurando suas singularidades no compasso dos contextos de produção, a história da problemática, a importância das autoras e os possíveis impactos nas leitoras-empregadas domésticas e seus familiares como também nas leitoras e leitores do presente e do futuro. Sendo assim, ao pensar na análise da colonialidade que constituem nossa sociedade e é trazida nas obras, o mais plausível e coerente é a análise dialogada, para que não ocorra uma redução das possibilidades de leitura que posso fazer destas obras, destas

autoras.

As textualidades aqui abordadas apresentam as divergências entre a relação do cotidiano das trabalhadoras domésticas e dos indivíduos pertencentes às famosas *casas de famílias*. A partir do contato estabelecido dentro das casas, percebemos a teia que entrelaça dois mundos extremamente opostos, marcados pela desigualdade social e quase sempre racial, como podemos observar em *Le noire de...*, um filme francês-senegalês, dirigido por Ousmane Sembène. A obra apresenta Diouana, jovem senegalesa, que se muda de Dakar (Senegal) para Antibes (França) com a finalidade de trabalhar de babá para um casal francês. Ao longo da narrativa fílmica, contudo, percebemos juntos com a jovem que não se trata somente de cuidados voltados para as crianças, mas de um regime de servidão. Repetidamente, Diouana realiza as tarefas do ambiente doméstico impedida de conviver socialmente, restrita à residência do casal.

A produção senegalesa, lançada em 1966, é importante por ser um dos primeiros longas-metragens produzidos no continente africano, na esteira de um cinema envolvido com as lutas contra o colonialismo e o racismo. Além de narrar o processo de marginalização e inferiorização da mulher negra na Europa marcadas pela apropriação cultural, relações de poder, o papel da mulher branca ocidental naquela época, *Le noire de...* retrata a condição da trabalhadora doméstica análoga à escravidão.

Esta perspectiva é interessante, uma vez que, no Brasil, cada vez mais frequente notícias que abordam o apagamento do trabalho e das trabalhadoras domésticas, no qual é possível percebemos situações semelhantes à da jovem Diouana. Um dos casos mais impactantes é o caso de Madalena Gordiano, empregada doméstica de uma família abastada do interior de Minas Gerais. Ela trabalhou por quatro décadas sem remuneração, folgas ou férias, além de ter sido submetida ao casamento arranjado pelos patrões com um parente idoso, possuidor de uma graúda pensão militar. É verdade que Madalena nunca se relacionou com seu marido, mas também não teve acesso à sua pensão, já que a família se apropriou da maioria do dinheiro a fim de manter seus gastos próprios (Gortázar, 2021, recurso online).

A história de Madalena Gordiano expõe uma estrutura racista e escravocrata no país, principalmente ligada às trabalhadoras domésticas. Já que, em sua maioria,

são mulheres negras e periféricas. De acordo com as pesquisadoras Luana Pinheiro, Carolina Tokarski e Marcia Vasconcelos: “As trabalhadoras domésticas representam, hoje, cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras) (2020, p.7)”. Nesse sentido, o pacto social sexista e racista, revelado no fato mencionado acima, converge não só com a narrativa de Ousmane Sembéne, mas também com a do filme *Que horas ela volta?* (2015), da diretora Anna Muylaert.

Diretora, produtora e roteirista de cinema e televisão, Anna Muylaert¹ é diretora do longa-metragem *Que horas ela volta?* (2015). O filme retrata a história da Val, interpretada por Regina Casé, mulher pernambucana que migra para São Paulo para trabalhar como empregada doméstica e babá de Fabinho na casa de Bárbara (Karine Teles) e Carlos (Lourenço Muratelli), com o intuito de alcançar melhores condições de vida para si e para sua filha Jéssica, que permanece no Nordeste. Após 10 anos, Jéssica pede à sua mãe o consentimento para encaminhar-se para São Paulo e ficar com ela na casa em que trabalha a fim de prestar vestibular. A filha de Val é bem recebida pelos patrões, inclusive Fabinho, contudo, no decorrer da sua estadia, Jéssica comporta-se de uma maneira inesperada, ela não reconhece seu lugar como filha da empregada e atua como uma hóspede na casa. Esta situação gera desconforto tanto para Val quanto para Bárbara, a matriarca da família. A mãe da Jéssica não consegue compreender as atitudes da filha que não se comporta como subordinada, assim como era feito por ela. Bárbara, a patroa, se sente incomodada com a presença de uma mulher jovem, filha de empregada doméstica, que circula livremente em sua casa.

Essa obra cinematográfica caminha, assim como o filme do senegalês, desconstruindo saberes, além de demonstrar as relações de poder enraizadas nas falas e nas atitudes diárias dos indivíduos, especialmente, aqueles que estão numa situação de poder em relação a outros sujeitos.

No âmago das narrativas, são apresentadas nas obras, a vida e o cotidiano

¹ Anna Muylaert é premiada pelos seus trabalhos tanto no Brasil quanto no exterior do país. Com uma vasta experiência cinematográfica, ela produziu vários tipos de filmes (curta, média e longa-metragem), entre eles, *Durval Discos* (2002), longa-metragem premiado no Festival de Cinema de Gramado.

vivenciados pelas domésticas. Por isso, conhecer as autoras e as obras escolhidas para análise nesta tese é de suma importância para a compreensão da construção narrativa desenvolvidas por elas que está atrelada ao legado da profissão. Assim, apresento uma breve biografia das escritoras e um resumo de suas obras.

A jornalista esportiva Eliana Alves Cruz, nascida no Rio de Janeiro em 1966, há alguns anos, tem se dedicado à escrita, com destaque para a ficção. Seu romance de estreia, *Água de Barrela* (2016), foi ganhador do Prêmio Oliveira Silveira, concurso promovido pela Fundação Cultural Palmares, em 2015. Além dessa obra, a autora escreveu os romances *O crime do cais de Valongo* (2018), *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) e *Solitária* (2022). Na categoria de contos, Eliana Alves, em 2021, publicou o livro *A vestida*, vencedor do Prêmio Jabuti, na edição de 2022.

Água de Barrela é uma narrativa que conta a história dos ancestrais da própria autora, desde duas pessoas traficadas na África para serem escravizadas nos engenhos do recôncavo baiano até a mudança de suas ancestrais para o Rio de Janeiro, no século XX, para atuarem como trabalhadoras domésticas. Sendo assim, a narrativa é fruto de cinco anos de pesquisa sobre a trajetória da família de Eliana, na qual a autora, para recorrer aos fatos históricos e políticos desta grande saga, precisou pesquisar diferentes documentos referentes à cada época e ouvir o relato da sua tia-avó Anolina, a tia Nunu.

São três séculos de história focados naqueles que foram escravizados, principalmente, na sobrevivência das mulheres, a partir das tarefas de cuidado e limpeza da casa grande até as casas da classe média do Rio de Janeiro. É uma narrativa (re)significante da história colonial do Brasil, uma vez que combate e se posiciona contra a política do roubo justificado, legitimado e praticado pelos europeus.

Além desta obra, inauguradora da escrita de Eliana Alves, também, faz parte do *corpus* literário outra narrativa da autora intitulada *Solitária*. Lançado em 2022, o romance se centra na história de duas mulheres negras, Eunice e Mabel, mãe e filha, que vivem num quatinho de empregada do luxuoso condomínio Golden Plate no Rio de Janeiro. Neste contexto, a narrativa da autora contempla a história de duas personagens - mulheres racializadas - que colocam em perspectiva a herança colonial através de vestígios de subalternização. Mas que, sobretudo, desmistifica e sustenta suas experiências de vida na busca de não assegurar nem mesmo reconfigurar o pacto oculto de subalternidade. *Solitária* é um romance com foco em trabalhadoras

invisibilizadas, representadas pelas personagens Eunice e Mabel. Ambas vivem do trabalho realizado *na casa e para a família*. Mas, não são consideradas como familiares, são diminuídas, ao ponto, dos empregadores/patrões, acreditarem, piamente, que estão fazendo um favor em manter essas relações de poder desiguais. Por isso, em *Solitária*, aqueles que falam são justamente as pessoas do outro lado destas relações: a empregada, a babá adolescente, a filha da doméstica, o zelador e seus filhos.

Dentro desta lógica, vemos um fio de condução entre as obras *Água de Barrela* e *Solitária*, pois se na primeira podemos conhecer um passado colonial escravocrata pela percepção de três gerações de mulheres negras, na segunda, de maneira geral e elementar, podemos perceber a lógica da colonialidade imposta pelos colonizadores em fazer o trabalho doméstico uma continuação da colonização. Nesse sentido, as narrativas discutem a colonialidade que conduz a exploração dos corpos racializados através do trabalho doméstico originado nas cozinhas e cômodos da casa grande.

Outra autora importante para esta tese, é Joyce Fernandes, historiadora e influenciadora digital, conhecida artisticamente como Preta-Rara, atuou por sete anos como empregada doméstica e no ano de 2016, criou a página no *Facebook* intitulada *Eu, a empregada doméstica*, na qual relatou sua experiência como trabalhadora desta área. Por meio do seu relato, muitas outras trabalhadoras e/ou pessoas, que convivem com essas mulheres, enviaram suas histórias. Com o seu olhar de historiadora percebeu “a autenticidade e qualidade desses relatos” (Preta-Rara, 2019, recurso online), e a partir de histórias inéditas organizou o livro *Eu, a empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, publicado em 2019.

Não há como discutir o trabalho doméstico sem pensar nos estudos sobre feminismo, especialmente dentro da perspectiva decolonial, por isso é fundamental o trabalho da historiadora italiana Silvia Federici². Autora de obras importantíssimas sobre o feminismo anticapitalista, incluindo o livro *Calibã e a bruxa* (2017), referência

² Nascida em Parma em 1942, viveu na Itália até migrar para os Estados Unidos em 1967 a fim de estudar filosofia na Universidade de Buffalo. Atuou como professora e ativista feminista onde participou em 1972, da fundação do Coletivo Feminista Internacional, grupo reconhecido pela campanha mundial em defesa do salário para o trabalho doméstico. Também trabalhou por vários anos como professora na Universidade de Port Harcourt na Nigéria até se tornar docente em Filosofia Política e Estudos Internacionais no New College da Universidade de Hofstra consagrada professora emérita da instituição.

para a compreensão das relações desiguais de gênero, especialmente, ao demonstrar a transição para o capitalismo como principal fator de coerção e mecanização dos corpos femininos em objetos sexuais e de reprodução.

Uma das principais contribuições de sua obra é o estudo interdisciplinar que realiza para compreender as transformações da reprodução da vida e da força de trabalho, durante a “transição para o capitalismo”. Sua análise envolve os aspectos sociais, políticos e filosóficos em prol da construção do sistema capitalista. Para a autora, uma das formas de manutenção deste sistema foi exercida na separação dessas linhas disciplinares na Academia, algo extremamente importante de se levantar já que a luta feminista, deve ser anticapitalista e antirracista.

De acordo com o Coletivo Sycorax, tradutoras da obra para o português, a publicação do livro no Brasil é uma possibilidade de somar na compreensão sobre as consequências do processo de acumulação primitiva do capital nas Américas. Dessa maneira, é possível observar como se estabelece a invisibilização de grupos politicamente minoritários e a perda de direitos comuns, arduamente conquistados outrora.

No entanto, a abolição da escravidão não pressupôs a desaparecimento da caça às bruxas do repertório da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros (Federici, 2017, p. 414).

Nesse sentido, os comportamentos e atitudes considerados masculinos são comumente mais valorizados do que aqueles considerados femininos. A divisão do trabalho é sustentada pelos estereótipos de gênero e narrativas criadas pelo patriarcado que ainda mantém válida a ideia de que o trabalho não remunerado de cuidado ou mesmo o trabalho remunerado realizado nos lares, é uma responsabilidade das mulheres, já que elas são designadas pelo âmbito doméstico. De acordo com Danièle Kergoat, essa divisão é definida em termos de uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, e simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc)” (Kergoat, 2001, p. 89 *apud* Ávila, Maria Betânia, Ferreira, Verônica, 2020).

Vale destacar que o trabalho de cuidados, ou trabalho reprodutivo, trata-se de variadas tarefas realizadas cotidianamente: o preparo dos alimentos; a organização do cotidiano familiar e doméstico; o cuidado com as crianças e idosos, com a higiene pessoal, com as pessoas doentes, com a casa; e a organização dos afetos e das relações são todas atividades construídas, em grande medida, na intimidade das casas, pelas mulheres.

Observando o desenvolvimento capitalista do ponto de vista dos não assalariados — que trabalham nas cozinhas, nos campos e nas plantações, fora de relações contratuais, cuja exploração foi naturalizada, creditada a uma inferioridade natural —, Calibã e a bruxa desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer “troca igualitária” dentro do capitalismo. Seu argumento é o de que o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção (Federici, 2017, p. 13).

Esta reflexão apresentada por Federici sobre o desenvolvimento do trabalho reprodutivo, no contexto capitalista, nos ajuda a compreender as relações desiguais estabelecidas também no trabalho doméstico remunerado, uma vez que a origem do trabalho doméstico está inserida no contexto colonial.

Dentro desta temática, é de suma importância compreender como outras textualidades consideram e reproduzem o trabalho doméstico, tais como os textos jornalísticos, poesias, letras de música e filmes que orbitam nesta tese.

Pensando no contexto das textualidades presentes nesta tese, evoco no título a palavra confissões e seus distintos significados, que mencionam o ato de confessar como a revelação de culpa, do próprio delito, de ato reprovável ou a revelação de sentimentos, de ideias ou de fatos. Busco, aqui, de maneira dialogada e em conformidade com as perspectivas decoloniais das escritoras, prestar mais atenção aos relatos apresentados pelas trabalhadoras domésticas e às narrativas que representam essas mulheres. Durante os capítulos analisados, seremos condicionados às oposições reveladas, às vezes, com a intenção de ruptura com a colonialidade, outras, mais próximas às características de testemunhos, uma vez que é assumido pelas próprias domésticas, os traumas vivenciados no e pelo trabalho doméstico.

Além do mais, atribuío às confissões a característica de serem deslocadas, pois são narrativas que discutem assuntos e sujeitos que estavam sempre à margem da sociedade. É por meio das narrativas e relatos das trabalhadoras domésticas, que poderemos observar não só a movimentação simbólica de discursos, onde a margem se desloca para o centro, como também seremos “confessores” do deslocamento social e intelectual vividos pelas próprias autoras das obras analisadas.

Portanto, para a análise que me proponho nesta tese, divido-a em quatro capítulos, estruturados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo intitulado “De(s)colonizando os saberes: estudo do feminismo decolonial”, apresento um panorama histórico do surgimento da teoria e a prática do feminismo decolonial. Para isso, recorro aos estudos sobre a subalternização e a imposição linguística trabalhado por Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*. Para tratar do pensamento sobre a formação da modernidade com base na análise histórica do capitalismo e colonialismo transformando-se em colonialidade do poder, saber e ser, trago a reflexão de Aníbal Quijano. Outro trabalho utilizado no capítulo é o de María Lugones, que compreende o pensamento da colonialidade dentro da perspectiva do feminismo decolonial.

No segundo capítulo, “Ressignificando a Barrela”, analiso o romance *Água de Barrela* de Eliana Alves Cruz. Sua narrativa evoca as memórias de suas ancestrais, gerações de mulheres que resistiram às imposições do período colonial por meio do trabalho doméstico, simbolizado pela barrela. Neste capítulo, entendo a razão pelo qual, no Brasil, o trabalho de cuidado e limpeza ser realizado, predominantemente, por mulheres negras e pobres, consequência do nosso passado colonial escravocrata. Tendo em vista, a extensão do romance – constituído por 44 capítulos - e a profundidade dos assuntos políticos e históricos abordados na narrativa, elenco para análise quatro capítulos - “A menina estranha”, “A rainha e o rei”, “Moendo a cana, o corpo e a alma” e “A escrava e a mulher do feitor” - importantes para a construção do próprio romance e o pensamento sobre o trabalho doméstico ser uma continuação do trabalho realizado pelas mulheres escravizadas. Além disso, observa-se que as opressões ainda prevalecem sobre as mulheres negras e pobres e como o trabalho doméstico remunerado está atrelado a existência delas, a partir da análise dos contos “Maria” e “Quantos filhos Natalina teve?” de Conceição Evaristo.

No terceiro capítulo, “Ouvindo os silêncios: porque “o quartinho da empregada

é a senzala moderna”, inicialmente, observo as desigualdades sociais, raciais e de gênero nas ofertas de emprego no Brasil, com destaque para o trabalho doméstico. Para isso, analiso as vagas voltadas para o trabalho de cuidado e limpeza, disponibilizadas em redes sociais retiradas da página “Vagas arrombadas” do *Facebook* e publicadas em uma *playlist* de vídeos do canal “Matando Matheus a grito” do *Youtube*. Posteriormente, analiso os relatos das trabalhadoras domésticas organizados por Preta-Rara no livro *Eu, a empregada doméstica*. O objetivo é demonstrar a desvalorização do trabalho e as vivências e os comportamentos de resistência realizados pelas domésticas.

No quarto e último capítulo, “A casa e a empregada doméstica”, analiso outra narrativa de ficção de Eliana Alves Cruz, *Solitária*. Para a análise e organização do capítulo me baseio no trabalho *500 anos da casa no Brasil*, dos arquitetos Francisco Salvador Veríssimo e Willian Bittar, pois observam a evolução do espaço habitar no Brasil nos últimos cinco séculos de acordo com os setores tradicionais da casa. De maneira similar e não limitante, compreendo a relação entre a empregada doméstica e os cômodos da casa no qual ela não só trabalha como também habita. Outro aspecto importante tratado no capítulo são os sentidos do título *Solitária*, pois remetem a colonialidade e a prisão resultante das imposições de poder. Posteriormente para explicar conceitualmente o espaço casa, trago a definição utilizada pelo autor Bachelard em sua obra *A poética do espaço*.

Assim, o *corpus* escolhido para esta tese permitirá ampliar e ressignificar a visão colonizada sobre esta profissão que há muito tempo serve aos cuidados essenciais dos indivíduos da nossa sociedade, mas que ainda suporta as opressões da colonialidade. Mais do que apresentarem situações, fatos e até mesmo opiniões importantes a respeito das trabalhadoras domésticas, as textualidades escolhidas permitem dar voz as confissões das trabalhadoras marginalizadas em nossa sociedade e nos propicia ouvir/conhecer suas vivências no/pelo trabalho nas casas de família.

1.1 PRÓLOGO

Escrevo este texto introdutório a fim de situar os leitores a respeito de quem está por trás das ideias aqui construídas sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil.

Sou filha e sobrinha de empregadas domésticas que até o momento trabalham em *casa de família*. Desde de cedo, frequentei estas casas e percebi seu funcionamento, minha mãe e tias atarefadas com o serviço da casa e do jardim, cuidando das crianças e idosos destes empregadores, além de fazerem aquelas outras tarefas “pagar um boleto, pegar uma coisinha no mercado”, entre outros pequenos afazeres que sabemos que demandam tempo e muita paciência em filas de casas lotéricas e mercados.

Entre em quartinhos de empregada, dormi em um deles, visitando minha tia, que morava no trabalho. Um ambiente que sempre se misturou com a lavanderia, com roupas para lavar, passar, dobrar e guardar com um armário abarrotado de produtos de limpeza não só para as roupas como também para todos os cômodos da casa. Estas, na maioria das vezes, habitações de dois andares com escadas de madeira para subir e descer incansavelmente, carregando as roupas retiradas do quartinho projetado nos fundos da casa.

A vivência com minha mãe e tias me fez perceber que o meu lugar era ao lado delas na cozinha, respeitando a *casa das patroas*. Nos momentos que estava com minha mãe no seu trabalho oferecia ajuda para adiantar o *serviço*, nem todas as vezes ela aceitava, não queria que eu trabalhasse ali, contudo, eu fazia, pois queria voltar para casa com ela um pouco mais cedo.

Nestas minhas experiências com meus familiares na *casa das patroas* não fui discriminada ou tratada de maneira desagradável, e acredito que a cor da minha pele influenciou bastante, pois em comparação as histórias que eu ouvi de colegas negras ou pardas, filhas ou netas de empregadas domésticas, eu fui resguardada. Ainda na infância, eu, intuitivamente, entendia *meu lugar* naquelas casas, sentia o desconforto de estar ali e observar, silenciosamente, meus familiares limpando cada cristal ou canto dos cômodos quase infinitos.

Por isso, eu resolvi pesquisar as raízes do trabalho doméstico no Brasil e buscar compreender quais os mecanismos de resistência criados pelas trabalhadoras domésticas ao longo dos anos. Acredito, verdadeiramente, que sou uma ponta dessa resistência, pois diante das políticas de cotas, incentivos estudantis e apoio dos meus

familiares, em especial, minha mãe, foi possível eu iniciar e permanecer dentro de uma Universidade pública e me tornar uma das primeiras mulheres da família a concluir um curso de graduação e trilhar uma carreira acadêmica.

2 DE (S) COLONIZANDO OS SABERES: estudo do feminismo decolonial

Para que possamos compreender a dinâmica da colonialidade é importante perceber que há muito tempo, mesmo no período colonial, já haviam mulheres declarando o quanto nossa história foi/é violenta com os povos originários e negros, principalmente, quando nos referimos às mulheres. Por isso, esta tese está inserida no debate do feminismo decolonial, pois articula gênero, raça e classe no contexto dos territórios que sofreram com a expansão e exploração dos europeus, considerando os mecanismos de subjugação dos saberes locais. Pensando nisso, neste primeiro capítulo, busco apresentar a teoria e a prática do feminismo decolonial.

Em *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2020), Heloisa Buarque de Hollanda organiza os principais textos que desafiam as matrizes hegemônicas do feminismo, perpassando pelas pensadoras das práticas do feminismo decolonial. Com uma seleção diversificada sobre o tema, também é apresentado a potência discursiva das artes plásticas de três artistas brasileiras que não disfarçam o intuito de resistir ao processo colonial, ao manipular, diversamente, as feridas históricas das mulheres racializadas. Nesse contexto, a percepção do pensamento feminista decolonial nos convida a construir “Uma nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos impõem urgência em ser sonhados” (Hollanda, 2020, p. 12).

Os textos apresentados no livro mencionado acima, assim como *Um feminismo Decolonial*, de Françoise Vergès; *Memórias da plantação* (2019), de Grada Kilomba e *Rumo a um feminismo descolonial*, de María Lugones são importantes fontes de saberes que viabilizam vozes de mulheres que buscam romper com a colonialidade do saber, poder e ser e, por isso, são obras importantes que nos ajudam a identificar as lacunas da nossa própria história, narrativas legitimadas a partir de uma única perspectiva. A história hegemônica glorificada pelos europeus, na verdade, carrega consigo uma sistemática brutal de sugar as vivências das comunidades originárias e dos povos africanos, a fim de utilizá-los como a engrenagem social do sistema colonial.

Neste primeiro capítulo, busca-se apresentar a concepção e prática do feminismo decolonial com vistas à compreensão dos mecanismos de opressão

exercidos a priori pelos colonizadores europeus que se desdobrou em redes de subalternidades de grupos muito específicos. Portanto, para se praticar um feminismo brasileiro e/ou latino-americano deve-se considerar o nosso passado colonial escravista. Isto é, ressignificar nossas existências a partir da construção de novos horizontes, mas para se conquistar este cenário, é preciso elaborar maneiras diversas de se combater o imaginário racista europeu.

Assim como é diversa a seleção feita por Heloisa Buarque de Hollanda em busca de apresentar o tema da decolianidade através de diversas autoras e artistas plásticas, busco, nesta tese, pensar o tema do trabalho doméstico através de várias fontes textuais, que nem sempre são as obras literárias escolhidas, mas nutrem esta pesquisa de maneira rizomática.

Vale destacar que a escolha do termo *textualidade*³ se refere à percepção da diversidade, especialmente, se tratando de textos. Há uma gama textual que vem sendo produzida por vários campos temáticos e publicada em plataformas distintas - é o caso da coletânea de relatos selecionados por Preta-Rara aqui mencionados como corpo literário desta pesquisa - que refletem sobre a história e os desdobramentos do trabalho doméstico remunerado. Nesse sentido, a apropriação deste termo refere-se ao pensamento de Maria Helena Mira Mateus em *A Gramática da Língua Portuguesa*, a textualidade como “conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser um texto (discurso)” (p.134). Neste caso, são considerados textos pertinentes à produção audiovisual, narrativa, jornalística além dos relatos em primeira pessoa na reflexão da “produção de uma multiplicidade de efeitos significantes” (Ceia, 2013, recurso online), no que concerne às perspectivas

³ Para o “textualista” crítico, deve ser o estudo que se caracteriza pela intenção de ampliar incessantemente a compreensão do texto, no sentido de apreendê-lo na sua totalidade. As perguntas que faz a si próprio serão necessariamente diferentes: não: “O que é um texto? ”, mas: “Qual é a razão de ser deste texto? ”; não: “Como é que podemos (re) conhecer o texto? ”, mas: “Qual é o conhecimento que o texto ensina? ”; não: “Quais as causas, fundamentos, leis ou princípios do texto? ”, mas: “Como é que o texto respeita as causas, fundamentos, leis ou princípios que constituem as suas crenças? ” Porque vejo nestas interrogações maiores um trabalho de natureza participativamente filosófica, porque lhe acrescentaria não sem pudor um pouco do desafio iluminista à tradição e à autoridade e o incentivo à liberdade de pensamento, não parece ser desajustado acreditar na textualidade crítica menos como uma forma de nos servirmos da filosofia fugindo à argumentação, mas, mais precisamente, como uma forma de argumentação que exige o refúgio na caverna dos filósofos. (Ceia, 2013, recurso online).

do trabalho doméstico. O texto é então produzido num espaço específico entre o leitor e a escrita, que é o lugar da produtividade, a *écriture* ou escritura” (Ceia, 2013, recurso online).

2.1 QUEM PODE FALAR?

Grada Kilomba⁴ em sua palestra-performance “Descolonizando o conhecimento”, produz um composto de textos teóricos e narrativos, vídeo e performance para questionar e transformar as formas de se produzir conhecimento. Assim, ela apresenta algumas perguntas, no segundo ato “Quem pode falar?”, que nos faz refletir sobre a legitimidade e autoridade construída em torno daqueles que podem falar a respeito do conhecimento.

Qual conhecimento é reconhecido como tal?
 E qual conhecimento não o é?
 Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais?
 E qual conhecimento não faz parte de tais currículos?
 A quem pertence este conhecimento?
 Quem é reconhecido/a como alguém que tem conhecimento?
 E quem não é?
 Quem pode ensinar conhecimento?
 Quem pode produzir conhecimento?
 Quem pode performá-lo?
 E quem não pode? (Kilomba, 2018, p.4)

Tais questionamentos trazem à tona a imparcialidade em relação ao saber e desvela o projeto hierárquico colonial patriarcal, demarcador do limite imaginário e metafórico dos sujeitos autorizados e não autorizados a falar.

Na publicação de *Memórias da plantação* (2019) para a edição brasileira, em *Carta da autora*, Grada Kilomba nos apresenta um pouco da sua história pessoal e os motivos da sua necessidade de deixar Lisboa para se encontrar em novos ambientes com outras linguagens que nos faz refletir sobre os limites da verbalização impostos aos sujeitos racializados, por isso, ela afirma “Não havia nada mais urgente para mim

⁴ Grada Kilomba nasceu em Lisboa em 1968, atua enquanto escritora, teórica, psicóloga e artista interdisciplinar. Possui formação em Psicologia e Psicanálise também em Lisboa. Seu trabalho se desenvolve a partir de dimensões híbridas que unem texto, performance, encenação e vídeo como forma de crítica ao próprio sistema artístico-acadêmico, sem deixar de vista sua percepção das questões raciais.

do que sair, para poder aprender uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser *eu*” (Kilomba, 2019, p. 11). Isso porque, a autora relata ao longo do seu livro os preconceitos vividos em Portugal junta a uma trajetória solitária e adversa no mundo acadêmico e profissional, em que sua figura estava sempre ligada à da moça da faxina.

Grada Kilomba nos convida a conscientizar sobre a temática e buscar pensar/pesar⁵ o valor do conhecimento. O peso das suas indagações são as lacunas reveladas naquilo que imaginamos ser/ter o conhecimento. Com inúmeras performances, instalações, textos e conferências, Kilomba desenvolve tanto o pensamento acadêmico quanto artístico através desta articulação, é possível demonstrar o sistema dominante da produção de conhecimento e as formas de reconstruí-lo (Hollanda, 2020).

Por isso, é desafiante, principalmente, ao questionar as formas de dominação do saber. Essa que hoje, após os estudos anticoloniais, compreendemos estar dentro da estrutura colonial, patriarcal e racista do capitalismo.

A performance citada acima, assim como *Plantation Memories* (2016) são oriundas do estudo teórico de Kilomba que, recentemente, lançou o livro *Memórias da plantação* (2019), no Brasil, pela editora Cobogó. O livro, fruto de sua tese de doutoramento, é originalmente escrito em inglês e foi publicado pela primeira vez em 2008, na Alemanha. A obra tem por subtítulo *Episódios do racismo cotidiano*, e retrata os caminhos percorridos pela colonização do conhecimento que, segunda a autora, em prefácio da edição da Língua Portuguesa, é “para lembrar da importância de um percurso de conscientização coletiva – pois uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas” (Kilomba, 2019, p.12-13).

Dessa maneira, partindo de memórias familiares, relatadas a partir das suas próprias vivências como mulher negra, somos convocados a pensar o colonialismo e

⁵A forma verbal pensar que para nós, falantes da Língua Portuguesa significa “formar uma ideia”, vem do Latim PENSARE, de mesmo significado de PENDERE, porém originalmente querendo dizer “pendurar para avaliar o peso de um objeto”, quer dizer, “pendurar, pesar”. Com o uso, passou-se a utilizar a conotação de “pesar” os diversos argumentos ou fatos para chegar a uma conclusão. De acordo com o verbete do dicionário latino-português de F. R. dos Santos Saraiva (2006, p. 863): Penso, as, avi, atum, are, v. trans. Freq. De Pendo. Liv. Pesar. § Fig. LIV. HOR. Pesar, examinar, ponderar, considerar, meditar, ruminar.

a colonialidade em seu próprio cotidiano. Ler sobre a brutalização dos corpos negros e escutar sobre racismos, por meio da vivência da autora e das entrevistadas por ela, além de pensar o *conhecimento* para além da linguagem imposta sobretudo na tentativa de romper com o discurso colonial⁶.

E, assim como Grada Kilomba, as autoras que trazemos para esta pesquisa de maneiras distintas e com textos plurais *quebram o silêncio imposto* ao narrar práticas muito distantes da *romantização* das narrativas coloniais, pois buscam reencontrar o *eu* apartado das suas memórias e histórias de origem.

2.2 O PENSAMENTO DECOLONIAL E A CRIAÇÃO DO GRUPO COLONIALIDADE/MODERNIDADE

O Brasil é um lugar construído a partir de vários remanescentes étnicos⁷ - indígenas⁸, portugueses, africanos⁹ e muitos imigrantes¹⁰ e por isso, é reconhecido pela sua diversidade sociocultural. No entanto, historicamente, a constatação ambígua da diversidade étnica não considerou nosso passado colonial, atribuindo sentido positivo ao colonialismo, negando as complexidades, as contradições e a violência declarada na nossa formação cultural. Nesse sentido, a glorificação do processo de apropriação, exploração e conquista das terras originárias possibilitou

⁶ O trabalho de Grada é particularmente forte por conta da sutileza e precisão com que identifica detalhes e códigos resilientes do racismo e entra em camadas profundas de significados silenciados, reprimidos e guardados até hoje como segredos. Diz ela: “Eu realmente gosto desta frase ‘quieto como é mantido’. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (Hollanda, 2020, p. 17).

⁷ *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro.

⁸ “A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este censo revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal, há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de índios ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista” (FUNAI, 2016, recurso online).

⁹ “A proveniência dos escravos percorria toda a costa oeste da África, passando por Cabo Verde, Congo, Quíloa e Zimbábue. Dividiam-se em três grupos: **sudaneses, guinenos-sudaneses muçulmanos e bantus**. Cada um desses grupos representava determinada região do continente e tinha um destino característico no desenrolar do comércio” (Gaspardo Junior, [?], recurso online).

¹⁰ Franceses, holandeses, italianos, japoneses, alemães entre outros.

diminuir e desfavorecer nossas comunidades originárias e povos negros em favor da expansão e manutenção do sistema capitalista europeu.

Desse modo, o colonialismo e a expansão europeia ultramarina foram fundamentais para acumulação primitiva, pois os ganhos obtidos com o tráfico de escravizados representou a maior parte da acumulação de capital ao desenvolvimento industrial europeu – principalmente, o inglês. Note-se que o Brasil – colônia que recebeu maior ingresso de negros escravizados – possui especificidades históricas em suas relações raciais que foram vastamente investigadas como objeto de estudo nas Humanidades (Santos *et al*, 2020, p. 2).

Diante do construto simbólico e narrativo das identidades pertencentes ao Brasil, não há como (re) considerar o passado histórico da América Latina sem levar em conta o processo de colonização. Esse foi marcado pelo genocídio dos povos originários - pessoas indígenas habitantes originais de nossa terra -, assim como das pessoas africanas traficadas e escravizadas em nossas terras para conservarem o sistema colonial.

Assim, o colonialismo tem como objetivo perpetuar o controle sobre os povos originários nos locais “descobertos” subvertendo suas estruturas sociais. Essa dominação política e econômica dos povos não europeus residentes em territórios das Américas, África e parte da Ásia garante a exploração das pessoas e a apropriação das riquezas e do conhecimento locais considerados vantajosos para a produção de bens, serviços e não obstante a própria elaboração do conhecimento europeu¹¹.

O passado violento e excludente vivenciado pelas colônias da América Latina faz parte do projeto colonial moderno, em que a colonização e a escravidão¹² são as engrenagens principais da expansão territorial e a colonialidade é o mecanismo de dominação do ser e estar nessas sociedades.

Em busca de compreender as relações de poder causadas pela Modernidade, o Grupo Colonialidade/Modernidade, desde os anos 1990, discute e promove a

¹¹ Houve uma exploração dos territórios colonizados a fim de identificar, classificar e organizar a fauna, flora, cultura e as comunidades. Segue-se os exemplos dos naturalistas viajantes.

¹² Uma das obras que discutem as relações raciais coloniais é *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (2003), de Gilberto Freyre.

renovação de perspectivas históricas a partir da desnaturalização das formas de ser e estar no mundo, pois, por muito tempo, foi naturalizado ideias concebidas como universais cuja trajetória seria um percurso evolutivo linear rumo ao progresso, destinado à civilização essencialmente ocidental. Nesse sentido, o silenciamento dos povos originários camuflado de desenvolvimento – político, econômico, social, cultural - serviu como imaginário dominante do sistema mundial moderno, máquina motriz para subalternizar outros conhecimentos, estabelecendo um padrão epistemológico planetário.

Esse padrão imposto pelo colonialismo europeu vem se perpetuando até a contemporaneidade como o que denominamos de colonialidade, fazendo alusão à perspectiva teórica elaborada por Aníbal Quijano (2010), que propõe o conceito de ‘colonialidade do poder’. Seu principal objetivo é analisar as relações de colonialidade presentes nas esferas da sociedade e que estas, não acabaram com o fim da colonização ocidental do sul global, longe disso, trata-se de um dos veículos de dominação que, ainda, persiste sobre a população local, socialmente estratificada de acordo com o ideal eurocêntrico.

O pensamento decolonial traz uma nova compreensão acerca das relações globais e locais, uma que essencialmente entende, como propõe Enrique Dussel, que a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo são uma trilogia inseparável. A América é um produto da modernidade na construção de um sistema-mundo; a Europa, para constituir-se como centro do mundo, a produziu como sua periferia desde 1492, quando o capitalismo se faz mundial, através do colonialismo (Curiel, 2020, p.131).

Nesse sentido, intelectuais latino americanos, como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo e outros têm discutido a geopolítica do conhecimento – dominada pelos países centrais do capitalismo, pelo continente europeu e pelos Estados Unidos – foi imposta a todos os países do mundo uma hierarquia epistêmica universal. Assim, o detentor da fala em nome da raça humana e de toda a população do planeta são somente os intelectuais e acadêmicos dos países centrais do capitalismo, só eles estariam mais capacitados a compreender as questões, de maneira neutra e imparcial, sobretudo, o conhecimento científico.

Ou seja, a partir do século XV, a Europa construiu uma razão científica universal em detrimento da razão do outro, os povos colonizados. Neste processo foi necessário tornar invisíveis histórias e dinâmicas sociais com base no que denominamos racismo epistêmico. Isto é, foram criados artifícios para negar qualquer possibilidade de reconhecimento das formas de organização, de pensamento e de conhecimento desses povos, sendo a 'descoberta' do novo mundo um momento inaugural de constituição do outro como inferior (Oliveira; Silva, 2019, p. 9).

As mulheres e os homens subalternos não têm autoridade e lugar de fala nessa geopolítica, porque a perspectiva a partir de um país não desenvolvido é sempre vista como parcial e incompleta, por não ter o domínio das categorias universais de análise criadas pela Europa e dominadas pelos Estados Unidos.

A respeito desse modo de conhecimento eurocêntrico, Quijano destaca que:

Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente, em crise (Quijano, 2009, p.74).

A modernidade, conforme Quijano (2009), representa um poder mundial, no qual foi instaurado um domínio controlador das diversas formas de existência presentes na sociedade, formando um complexo estrutural, cujo caráter é sempre histórico e bem específico. Em outras palavras, podemos conceber a modernidade tal como o conhecimento racional, o ponto mais avançado e representativo da temporalidade contínua, unidirecional e linear das espécies.

Ainda sobre a modernidade, Quijano (2005) afirma que os europeus se enxergavam como os modernos da humanidade assim como da sua história. Eram a real representação da inovação e os fiéis responsáveis pela sua disseminação mundial. Por isso, atribuíam valor negativo àqueles que não eram de sua espécie, defendendo a ideia de serem os únicos criadores e protagonistas dessa história, assim "raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade" (Quijano, 2005, p. 118). Diante desta lógica, é possível verificar que o racismo se

manifesta na tentativa de tentar branquear tudo aquilo que rodeia as pessoas, assim como é exposto no prelúdio da obra *Água de Barrela* (2016), intitulado “Um século”, em que Damiana, uma das personagens da obra, relembra os tempos de barrela, ao ver todos os familiares em seu entorno na comemoração de seu aniversário de 100 anos.

Quando os panos secavam, entrava em ação o pesado ferro de engomar, que deslizava em cima do tecido com algumas gotas de água de cheiro. Vinco por vinco. Gola por gola. Pronto. Tudo limpo. Tudo perfumado. Tudo branco.

No fundo, ela achava que o que se queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia. As roupas, as vidas, as pessoas... (Cruz, 2016, p. 17-18).

Para Quijano, a partir da formação histórica das Américas é possível vermos novas formas de controle e exploração do trabalho além do controle da produção-apropriação-distribuição de produtos associados ao capital-salário. Essas são novas formas, histórica e social, de conceber o controle do trabalho.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial (Quijano, 2005, p. 118).

A raça, categoria mental da modernidade, associada ao capitalismo possibilitou novos papéis e lugares para essa nova estrutura global de trabalho. Isto é, a narrativa construída pelos europeus estruturou e articulou esses elementos - raça e divisão do trabalho - mutuamente, em favor de uma sistemática, com uma divisão racista do trabalho. Nesse sentido, raça é o elemento fundamental para a validação do poder e a exploração dos povos originários pelos europeus, a colonização é um procedimento que realiza e dissemina esse novo padrão, naturalizado pelos europeus e pelos colonizados - cabe ressaltar que essa naturalização passa pela exploração, violência, apagamento da história e memória desses povos assim como destruição de seus

afetos - espalhado na conquista das Américas. Assim, “Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p.118).

Se a modernidade ocidental opera a noção de humanidade exterminando os povos originários e diminuindo seus saberes, ela empreende essa façanha a partir da desumanização dessas pessoas. Assim sendo, os colonizados são descritos enquanto animais, uma vez que não se encaixavam nas categorias criadas pelo Ocidente.

Essa visão de humanidade criada pelo Ocidente é crucial no processo de colonização, pois legitima a desumanização dos povos originários e autoriza a posse das terras “descobertas” para a civilização presunçosa dos europeus.

No Brasil, a partir dos contatos iniciais com os indígenas, vemos essa percepção, em que os colonizadores portugueses, expressam de um modo geral, uma visão ambígua sobre os povos nativos. Contudo, essa ambigüidade não é inoportuna para os colonizadores portugueses, se aproximando do projeto capitalista e desdobrando-se na capitalização de novos fiéis para o Cristianismo - máquina do sistema de produção - os indígenas eram, ao mesmo tempo, vistos como selvagens mais puros, aptos para deixarem de ser pagãos. Dessa forma, a falta de coerência nessa perspectiva possibilita a hegemonia branca, uma vez que a falta de lógica, racionalidade e cristandade desses povos sinaliza suas inconsistências enquanto *ser humano*¹³.

Nesse contexto favorável a várias formas de repressão advindas da relação modernidade, colonialismo e capitalismo, a partir do mito de superioridade e emancipação pela civilização europeia daqueles que são considerados bárbaros¹⁴, imaturos e/ou necessitados de apoio para seu desenvolvimento frente à modernidade. Sobre isso, Silvano Santiago afirma:

Desde o século passado, os etnólogos, no desejo de desmitificar o discurso beneplácito dos historiadores, concordam em assinalar que a vitória do branco no Novo Mundo se deve menos a razões de caráter cultural do que ao uso arbitrário da violência e à imposição brutal de

¹³ Em seu sentido mais biológico e científico.

¹⁴ Maneira como os gregos denominavam outras sociedades.

uma ideologia, como atestaria a recorrência das palavras “escravo” e “animal” nos escritos dos portugueses e espanhóis. Essas expressões, aplicadas aos não-ocidentais, configuram muito mais um ponto de vista dominador do que propriamente uma tradução do desejo de conhecer (Santiago, 2000, p. 11).

Os povos originários são colocados como agentes da sua própria desgraça, são os culpados pela própria vitimização (Curiel, 2020). São as descrições que corroboram para o colonialismo. Ao tornar menor o outro, afirmando-o e categorizando-o como besta¹⁵, além de anulá-lo diante de outros seres humanos, é justificável sua punição, já que estes não se encontram nessa categoria.

Sobre esse aspecto, o porto-riquenho Nelson Maldonado Torres propõe o conceito de colonialidade do ser, outro conceito importante retomado pelo feminismo decolonial, em que a humanidade de certas populações (sobretudo indígenas e afrodescendentes) é negada por ser considerada um obstáculo para a cristianização e para a modernização. Essa negociação do ser (Dasein) foi a justificativa para escravizar essas populações, tomar suas terras, promover guerras contra elas ou simplesmente assassiná-las. Elas são, como diria Frantz Fanon, as condenadas da terra (Curiel, 2020, p.131).

O “pouco saber”¹⁶ é o exemplo prático para o conceito de colonialidade do saber retomado pelo feminismo decolonial, este seria “um tipo de racionalidade

¹⁵ **bes·ta** |ê|¹

(latim *bestia*, -ae, animal, fera)

substantivo feminino

1. Animal que se pode cavalgar. = CAVALGADURA

2. Animal quadrúpede, híbrido e estéril, filho de jumento e égua ou de cavalo e jumenta. = MACHO, MU, MUAR, MULO

3. [Informal] Pessoa grande ou muito forte.

4. [Informal, depreciativo] Pessoa violenta ou grosseira. = ALIMÁRIA, ANIMAL

5. O ser humano considerado sob o seu aspecto mais desfavorável ou mais brutal.

adjetivo de dois gêneros e substantivo feminino

6. [Informal, depreciativo] Que ou quem se considera ter falta de inteligência. = BURRO, ESTÚPIDO, PALERMA, TOLO. Definição de acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

¹⁶ É com base na perspectiva racional de humanidade que Caminha admite o julgamento dos fatos, mas ressalta sua preocupação em providenciar um relato honesto. “Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afeiar, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.” (1963, não paginado). Dentro da concepção europeia, ele descreve de maneira “neutra e objetiva” os fatos vivenciados, os primeiros encontros com pessoas jamais vistas por ele e outros. E confirma uma visão antagônica e racional de culturas opostas “Caminha não consegue captar os valores do outro, os “antagonismos” confundem-no e, embora reconheça beleza e formosura (gentis, rijos, limpos), assevera que está diante de povos desprovidos de humanidade

técnico-científica, epistemológica, que se coloca como o modelo válido de produção do conhecimento (Curiel, 2020, p.132). Nessa perspectiva eurocêntrica, o conhecimento é objetivo, neutro, universal e positivo em oposição ao conhecimento subjetivo, parcial e local das comunidades autóctones.

Dentro desta lógica, podemos concluir que a primeira maneira de opressão se dá sobre os saberes locais. São essas maneiras de perceber e compreender o mundo mesmo que distintas e singulares em cada comunidade autóctone, mas que dialogam por meio do entendimento do mundo pela ancestralidade.

2.3 FEMINISMO DECOLONIAL

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e
 fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

completa” (Pacheco, 2010, p.33). Nesse sentido, observamos que Caminha descreve os indígenas como "rijos, saudáveis e inocentes". Ao mesmo tempo, comparou-os com animais, chamando-os de "gente bestial e de pouco saber" são essas afirmações que asseguram e possibilitam - de maneira forçada - a colonização.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.
 (Evaristo, 2008, p. 24-25)

No poema “Vozes-mulheres” de Conceição Evaristo, o eu-poético inicia sua fala a partir da figura da sua bisavó que veio nos “porões do navio” em referência aos navios negreiros, que transportavam os africanos traficados para serem escravos dos “brancos-donos de tudo”. Nos lamentos pela infância perdida, os escravizados, negros, marcharam “pelo caminho empoeirado rumo à favela”. E nesse contexto, as mulheres negras continuaram a servir às pessoas brancas, à margem das cidades, onde ganharam seu refúgio após a abolição da escravidão, mantiveram o vínculo da servidão “no fundo das cozinhas alheias/ debaixo das trouxas/ roupagens sujas dos brancos” (Evaristo, 2008, p. 24-25).

A partir da memória de seus ancestrais, o eu-poético mantém perplexa as dores daqueles que foram silenciados desde à época da escravidão até a atualidade. Sobretudo, “a voz que ecoou baixinho” nas “cozinhas alheias” passa a ter progressão e se transforma no “eco da vida-liberdade”.

Conquistar a liberdade e obter o poder sobre o conhecimento e ações não é tarefa fácil para aqueles que são oprimidos. No transcorrer da colonização e período escravocrata no Brasil, os povos originários e negros lutaram de maneira enérgica contra a opressão, contudo, foram fortemente oprimidos com uma violência que atravessava seus corpos, saberes e crenças.

Contudo, no poema de Conceição Evaristo e no romance de Eliana Alves temos outras maneiras de lutar, a resistência se dá ao longo das gerações de mulheres que confiam naquela voz transmitida nos porões dos navios e repetida por cada geração de maneira gradual e clandestina, à espera do momento adequado em que as circunstâncias estejam a favor da emancipação de seus espíritos.

À vista disso, o feminismo decolonial é aquele que nomeia uma corrente dos feminismos subalternos e contra hegemônicos. E, que busca incluir diversas vozes a favor dos feminismos: pós-coloniais, negro, comunitário e indígena. Suas

representantes, intelectuais não-brancas, racializadas, discutem o racismo de gênero de forma não epistêmica a fim de denunciar o silêncio de todas pessoas subalternizadas pelo poder colonizador.

“Feminismo decolonial” nomeia uma corrente dos feminismos subalternos, contra hegemônicos, que incluem também os feminismos pós-coloniais, negro, comunitário e indígena, cujas representantes, intelectuais não brancas, denunciam o racismo de gênero e a forma como a geopolítica do conhecimento silencia as vozes das intelectuais e dos intelectuais subalternos, isto é, todas as pessoas não brancas, indígenas, negras, chicanas, latinas, indianas, asiáticas, afrodescendentes, mestiças, imigrantes, e as vozes de sexualidade dissidente, pessoas transexuais, gays e lésbicas dos países periféricos do capitalismo (antes chamados de países do terceiro mundo, em desenvolvimento) (Castro, 2020, recurso online).

A perspectiva decolonial no feminismo – constituído por intelectuais latino-americanas, afrodescendentes, mestiças, não brancas – busca a compreensão de como as relações de gênero se viram modificadas historicamente pelo colonialismo e vem sendo reproduzida incessantemente pela geopolítica do conhecimento, no qual a colonização europeia nas Américas representa um marco na constituição de uma matriz capitalista-patriarcal de dominação econômica e intelectual que perdura até os dias atuais, sustentando as desigualdades socioeconômicas e as desigualdades de gênero (Castro, 2020).

Foi María Lugones que identificou que o pensamento de Quijano sobre a colonialidade, principalmente, aquele relativo à colonialidade do ser, baseava-se em conceitos ainda eurocêntricos e heteronormativos sobre a categoria sexo, mantendo-se na perspectiva, ainda, biológica. Tal lacuna impulsionou a socióloga a ampliar o conceito da colonialidade do ser e discuti-lo diretamente ligado à questão do gênero.

María Lugones era latino-americana, nasceu em Buenos Aires, Argentina, no ano de 1944 e faleceu, recentemente, na cidade Syracuse, Nova York, em 2020. Era socióloga, ativista feminina e era professora de literatura comparada e estudos femininos na universidade de Binghamton em Nova York. Grande parte do seu trabalho foi voltado para as relações políticas de gênero e raça. Contudo, ao fazer parte do grupo Modernidade/Colonialidade, a partir de 2006, a autora criou o conceito de colonialidade de gênero que foi acrescentado às formas de colonialidade, do ser,

do poder e do saber. Além dessa contribuição, a autora pensou sobre intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade na efetivação do Estado moderno.

Assim, o conceito ampliado por Lugones - colonialidade do gênero - não considera somente raça o fator determinante da colonialidade do poder, esse está articulado ao gênero, assim como à heterossexualidade.

Por isso, Lugones destaca que o sistema moderno colonial de gênero é constituído pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe. Ainda para a autora, é importante evidenciar que a colonialidade de gênero no sistema moderno colonial representa uma ferramenta específica para se entender o espaço dos países periféricos do capitalismo. Lugones afirma:

Minha tentativa é a de fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação – tanto dos homens como das mulheres de cor – em todos os âmbitos da vida. Ao mesmo tempo, esse trabalho torna visível a dissolução forçada e crucial dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e exploração que constituem a colonialidade. Também quero fornecer uma forma de entender, ler e perceber nossa lealdade para com esse sistema de gênero (Lugones, 2020, p.52).

A discordância da autora aparece no fato de que Quijano compreende sexo como atributo biológico que se transforma em categoria social, essa redução do gênero em apenas uma maneira de organização sexual, em que os homens são o controle e as mulheres são os recursos e produtos do sistema suaviza a violência imposta às mulheres.

Isto é, Quijano defende a noção de sexo hiperbiologizada, nesse sentido, a categoria gênero refere-se à relação do homem branco europeu, senhor de direitos, com sua senhora, mulher branca destinada à reprodução da espécie (Curiel, 2020).

Tal concepção apresentada por Quijano não expõe todas as nuances do projeto capitalista em destruir as sociedades originárias por meio das categorias lhe impostas. Por isso, Lugones desenvolveu a colonialidade do gênero como maneira de conceituá-la sem deixar de percebê-la como forma de opressão colonial.

Nesse sentido, o Estado força os indivíduos colonizados a se enquadrarem em duas categorias de gênero – macho e fêmea¹⁷. Para Lugones trata-se do *dimorfismo*

¹⁷ Referência as categorias científicas criadas pelo cientificismo europeu.

sexual que garante ao Estado a capacidade reprodutiva e a sexualidade animal. Ele não reconhece nenhuma outra forma de se expressar sexualmente para além da heterossexualidade. Esta é construída miticamente, é produzida pelas narrativas, é obrigatória aos colonizados.

A autora reitera que as fêmeas colonizadas não eram consideradas nem mulheres, eram animalizadas assim como os homens da colônia. Quer dizer que Lugones compreende o gênero como imposição colonial moderna, em que esvazia e inviabiliza “a mulher” em seu sentido de classificação.

Dado isso, os estudos feministas são relevantes ao levantarem críticas ao sistema capitalista, já que eles desmistificam categorias, valorizam sociedades autóctones ao demonstrarem como as mulheres originárias possuíam formas distintas de sobrevivência dessa criada pelo sistema moderno. De acordo com Lugones (2020, p.70), “o capitalismo eurocêntrico global se constitui por meio da colonização, diferenças de gênero foram introduzidas onde antes não havia nenhuma”.

A perspectiva decolonial permite observarmos o controle do trabalho, a separação de raça, o contraste construído entre o colonizador e colonizados, elementos divisores e centrais para uma cultura ocidentalizada. Por isso, discutir as sujeitas e sujeitos do Sul faz com que busquemos discutir as categorias fundantes do pensamento racional moderno ocidental, pois a colonialidade do poder e modernidade sustentam o poder capitalista eurocêntrico global.

Para dismantelar os pilares da colonialidade do poder não há como não pensar na reorganização dos corpos - colonialidade de gênero - uma vez que o corpo feminino, foi realocado de acordo com os propósitos do capital. Assim, os corpos racializados são categorizados e definidos dentro da racionalidade branca ocidental:

Acredito que seja importante vermos, enquanto tentamos entender a profundidade e a força da violência na produção tanto do lado oculto/obscuro como do lado visível/iluminado do sistema de gênero moderno/colonial, que essa heterossexualidade tem sido coerente e duramente perversa, violenta, degradante, e sempre funcionou como ferramenta de conversão de pessoas “não brancas” em animais e de mulheres brancas em reprodutoras da Raça (branca) e da Classe (burguesa) (Lugones, 2020, p. 70).

Uma das críticas à perspectiva de Lugones se dá no contexto de sua análise não ter considerado a América Latina, isto é, a autora apesar de ser latina¹⁸ não se debruçou sobre as experiências locais, em vez disso, ela discutiu o conceito de colonialidade de gênero a partir dos pensamentos e exemplificações de indígenas norte-americanas e dos iorubás, em diálogo com as pensadoras Gunn Allen e Oyèrónké Oyěwùmí.

Nesse sentido, a perspectiva de Lugones é lacunar. Ao pensar a América Latina a partir de experiências chicanas e africanas contribui para o afastamento das realidades latinas. De acordo com Mendoza (2021), ofusca a materialidade da territorialidade, a diferença da geografia e a localidade.

Outra discordância está no fato de que Lugones acredita que as hierarquias de gênero fossem desconhecidas nas sociedades indígenas. Rita Segato integra alguns elementos da teoria decolonial em seu trabalho, mas critica essa noção de colonialidade de gênero de Lugones. Por isso, “Segato sugere que os patriarcados de baixa intensidade se tornaram mais hierárquicos quando foram sujeitos à lógica de gênero da colonização e que tiveram consequências graves para as mulheres indígenas” (Mendoza, 2021, p. 312).

São as relações intersubjetivas de dominação, no qual o poder moderno-colonial de gênero cria microfuncionamentos perceptíveis nos homens, estes mesmos sendo racializados, são coniventes com a exploração violenta das mulheres.

Além disso, é importante ressaltar que o feminismo decolonial incorpora duas questões centrais do feminismo negro norte-americano: a não fragmentação das opressões e a desuniversalização do sujeito “mulher”. Essas percepções são fundamentais para se pensar as opressões a sujeitas do Sul, especialmente, para se analisar como foram estratégias de colonialidade.

2.3.1 Interseccionalidade

Para compreender a interseccionalidade é preciso entender a fragmentação das opressões. A dominação é dada em vários âmbitos da vida daquela ou daquele

¹⁸ Vai de encontro com os pós-coloniais, muitas vezes, se limitam às discussões dentro da universidade, sem considerar as experiências reais e locais. Além do mais, toda a formação da autora é estadunidense, já que ela foi erradicada nos EUA.

que é oprimido, pois pessoas subalternizadas não sofrem apenas um tipo de opressão. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge em *Interseccionalidade* (2020) oferecem uma discussão interessante sobre o termo e a sua prática na sociedade contemporânea. Em uma definição genérica, elas descrevem como:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p.17).

Isto é, todas as raças, etnias e nacionalidades subalternizadas são oprimidas pelo menos racialmente e economicamente, por isso, falar do racismo ou do sexismo sem falar da distribuição desigual de riquezas é desviar a atenção do fato de que a origem dessas opressões está no sistema capitalista, ou seja, “o feminismo aqui em questão faz uma análise multidimensional da opressão e se recusa a enquadrar raça, sexualidade e classe em categorias que se excluem mutuamente” (Vergès, 2020, p. 34).

Portanto, as relações de poder que envolvem, por exemplo, classe, gênero e raça, não se evidenciam pelo caráter excludente, pelo contrário, funcionam de maneira sobreposta e unificada e “apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins; Bilge, 2020, p.17).

2.3.2 Feminismo não fragmentado

A outra questão levantada pelas intelectuais negras norte-americanas é a desuniversalização do sujeito “mulher”, cara à perspectiva feminista decolonial, tanto as mulheres que defendem o feminismo negro e o feminismo decolonial não se veem representadas pelos feminismos liberal, civilizatório e eurocêntrico. Não é difícil perceber que as experiências e vivências de um corpo feminino racializado, cis ou trans, e pobre, em países da periferia global são muitas distintas das vividas por

mulheres brancas ocidentais. Portanto, os feminismos são diferentes, existem inúmeras formas de viver em um corpo feminino.

Nesse sentido, o título da obra de Françoise Vergès é relevante, ao dizer “Um feminismo Descolonial”, o uso do artigo indefinido pode significar uma definição vaga ou imprecisa de seu objeto. Contudo, neste caso, partilha da preocupação em não definir a perspectiva da autora como a correta e colocá-la entre uma das maneiras de se significar a luta pela igualdade social, racial e de gênero.

Assim como os homens são coniventes com a opressão das mulheres, as mulheres brancas ocidentais são, também, coniventes com a opressão das mulheres racializadas ao redor do mundo. Sobre o feminismo hegemônico (ou feminismo civilizatório assim como é definido por Françoise Vergès), Lugones afirma que:

Apagando a história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não brancas, o feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher. Mas é evidente que as mulheres burguesas brancas, em todas as épocas da história, inclusive a contemporânea, sempre souberam orientar-se **lucidamente** (*grifo meu*) em uma organização da vida que as colocou em posições muito diferentes daquelas das mulheres trabalhadoras ou de cor (Lugones, 2020, p.73).

Dentro dessa lógica monolítica criada pelo movimento feminista civilizatório, em que há somente uma identidade única e universal para a “mulher”, foi possível esconder outras formas de opressão, como a de raça e a de classe.

Compreender “como as relações de gênero se viram modificadas historicamente pelo colonialismo e na episteme da colonialidade cristalizada e reproduzida permanentemente pela matriz estatal republicana” (Segato, 2012, p. 106), faz com que possamos refletir sobre as formas de opressão com o intuito de construir mecanismos de resistência assim como Lugones propôs: uma teorização de resistência. É ilusório o combate ao colonialismo, é preciso combater a colonialidade de gênero, segundo a autora. Para isso, busca-se o dismantelamento da episteme colonial republicana assim como Rita Segato sugere: “É necessário ensaiar uma habilidade retórica considerável para fazer compreender que o efeito de profundidade histórica de certas tradições é uma ilusão de ótica, que serve para consolidar as novas formas de autoridade dos homens e outras hierarquias da aldeia” (Segato, 2012, p.

24), ou seja, devemos compreender que viver de maneira decolonial é buscar lacunas nesse território permeado de binarismos.

3 RESSIGNIFICANDO A BARRELA: de mulheres escravizadas à empregadas domésticas

Lavadeira Tem Filho Doutor

Lava lavadeira lava
Lava com água e sabão
Lava lavadeira lava
Lava pra ganhar seu pão

Lavadeira tem seis filhos
Todos eles são de cor
Quando eles se formarem
Muito branco vai ter que chamar de doutor

Lava lavadeira lava
Lava com água e sabão
Lava lavadeira lava
Lava pra ganhar seu pão

Lavadeira tá cansada
Os seus dedos estão cortados
Mas valeu o sacrifício
Pois seus filhos estão formados

Lava lavadeira lava
Lava com água e sabão
Lava lavadeira lava
Lava pra ganhar seu pão

Lavadeira já não sofre
Foi pro céu, acabou sua dor
Mas levou aquela frase
Muito branco vai ter que chamar de doutor
(Leila Silva, 1964)

Neste capítulo, proponho analisar obra *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz, contudo, sem deixar de considerar outras textualidades que fazem parte desta tese e que conversam entre si, entre elas, os contos “Maria” e “Quantos filhos Natalina teve”, presentes na obra *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo. Minha tentativa é demonstrar que no Brasil, devido a sua história de colonização, não é mais possível discutir questões sociais sem considerar as relações de poder e as imposições praticadas desde o período colonial que ainda reverberam em nossa sociedade.

A literatura pelo seu poder de criação e recriação do espaço e do tempo nos auxiliam a ouvir vozes inaudíveis por longos anos em nossa sociedade. Por esse motivo, *Água de Barrela* é um importante texto a ser analisado, uma vez que apresenta uma das perspectivas históricas das pessoas negras traficadas e escravizadas em uma das regiões do país, a partir da escrita feminina que tangencia a biografia familiar¹⁹. Para além das questões de identidade, cultura e opressão, o romance apresenta a intrínseca relação entre o trabalho doméstico remunerado e o trabalho escravo imposto às pessoas negras por mais de 300 anos. Assim, o livro de Eliana é uma fonte importante de conhecimento histórico para a compreensão das raízes coloniais e escravistas que ainda continuam a ser colocadas às trabalhadoras domésticas. Além do mais, a trama desenvolvida na obra dirige-se para uma valorização dos estudos formais como estratégia de rompimento e emancipação das relações coloniais e racistas.

Por se tratar de uma narrativa longa com 44 capítulos, me detenho a analisar quatro capítulos da obra, são eles: “A menina estranha”, “A rainha e o rei”, “Moendo a cana, o corpo e a alma” e a “A escrava e a mulher do feitor”. São eles também os demarcadores das seções deste capítulo. Faço isso, pois acredito que são pontos importantes para a compreensão sobre a temática do trabalho doméstico e pelo fato de dialogarem com a discussão apresentada nesta pesquisa. No entanto, o livro oferece muitos fatos históricos, biográficos e representações que podem ser trabalhadas no futuro.

O livro possui 44 capítulos divididos em dois momentos, o primeiro intitulado “Martha e Adônis”, o segundo chamado de “Damiana e João Paulo”. Personagens centrais para o desenrolar da narrativa. O romance tem como foco narrativo a terceira pessoa discursiva, com narrador onisciente. A trama é organizada de maneira cronológica e segue o ritmo dos acontecimentos históricos desde a chegada dos jovens Akin e Ewá no Brasil, no ano de 1849. Em poucos momentos, o narrador apresenta fluxos de memória.

¹⁹ Na ficha catalográfica do livro é classificada como romance, contudo, a própria autora classificou como biografia familiar (2020, p.15).

Água de Barrela (2016) inicia-se contando a história do menino Akin Sangokunle²⁰ (Xangocunlé) e sua família, habitantes de Iseyin, pequena região de Oió. Outra personagem importante no contexto da narrativa é Ewà Oluwa, a jovem moça era de Ketu e havia acabado de se casar com Gowon, irmão mais velho de Akin. A união foi parte de um arranjo feito por Olufemi, pai de Akin, com a família da moça, em busca de unir forças para combater e resistir aos constantes conflitos que viviam as cidades iorubás contra a guerra santa: “O senhor Daren dizia que uns homens brancos estavam ajudando a armar fortemente os fulani e que estes estavam cada vez mais numa coisa chamada *jihad*” (Cruz, 2016, p. 27).

O início desta narrativa retrata a maneira como duas pessoas da mesma família foram capturadas e vendidas para serem escravizadas neste país. Essa história é narrada no primeiro capítulo intitulado “Ferro em brasa na memória”, por meio do narrador, podemos ter acesso à memória de Akin e sua chegada à costa brasileira. Akin e Ewà Oluwaa, grávida de Gowon, são capturados pelos fulani²¹, em 1849, na pequena região do reino de Oió, no oeste africano. Atravessam um deserto de maneira maçante até serem atirados num galpão de navio ocupado por pessoas desconhecidas. Transportados de maneira insalubre, chegam no litoral do Brasil e, são vendidos ao engenho da família Tosta para trabalharem no Recôncavo baiano açucareiro. A partir dali, são separados. Ele, menino com aspecto de resistente, se torna escravo da plantação de açúcar. Ela, mocinha recém-chegada, é escolhida para trabalhar na casa grande. Mesmo após tantos sofrimentos e violência contra o corpo da jovem grávida, Ewà concebe uma menina chamada Anolina, assim temos acesso à continuação da história e das futuras gerações dos jovens raptados em Oió.

²⁰ “O nome de sua família – Sangokunle, que poderia ser traduzido livremente para “aquele que se ajoelha para Xangô” – honrava a divindade poderosa da justiça, dos trovões” (Cruz, 2016, p. 33).

²¹ “A etnia Fula, Torobé, Fulani, Peul, Pullo, Fulacunda, Futa-Fulas ou Futa toros (nomes pelos quais é conhecida na África, dependendo do lugar ou país onde se encontra), são grupos étnicos nômades, agricultores e criadores de gado vindos do sul do Saara a procura de condições climáticas favoráveis e de solos férteis para o pastoreio. Os fulas possuem uma língua classificada no grupo linguístico denominado Niger-Congo e de idioma Pular ou Ffulfulbe. Os fulas estabeleceram-se na maior parte dos países da África Ocidental por muitos anos. Durante a expansão islâmica dos árabes no continente, foram os primeiros grupos étnicos a se converterem ao islamismo (muçulmanos Sunitas) por volta do Século VII e a adotarem o islã como um dos seus pilares religiosos e políticos.” Disponível em: <http://sysprppg.ufc.br/eu/2011/Resumos/wrappers/MostrarResumo.php?cpf=39152944387&cod=001>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Com ar de epopeia, a saga contada por Eliana não evoca as divindades da mitologia grega assim como eram feitos pelos narradores da Antiguidade clássica, símbolos da cultura eurocêntrica. Para auxiliá-la a contar a história dos jovens traficados na África, a autora inicia a narrativa com a passagem intitulada “Um século”, referente ao aniversário de 100 anos de Damiana, personagem central na narrativa. São as lembranças de Damiana há cerca de 100 anos de vida que nos prelude sobre a saga de sobrevivência e a busca pela liberdade.

Noite e dia no “vapt-vupt” da água e sabão. Sem lamentos, sem perda de tempo com a tristeza. Apenas barrela, água, sabão, ferro de engomar, trouxas, varal, cheio de tecido ao vento e os cobres que ajudaram a sobreviver e a manter aquela família que agora ali estava vestida de branco (Cruz, 2016, p. 18).

A lembrança da mulher a respeito do processo artesanal da lavagem de roupas retrata um passado de trabalho intenso e repetitivo. Aquela atividade que foi imposta às suas ancestrais - a começar por Helena - fez com que as gerações seguintes seguissem o caminho do cuidado e da limpeza sem muitas perspectivas de mudança e melhoria das condições de trabalho. Contudo, também, é a barrela o símbolo de resistência e a ferramenta de subsistência para essas mulheres e seus familiares.

É somente ao fim da narrativa, especificamente, no último capítulo, intitulado “Destinos” que temos a mudança do foco narrativo, que deixa de ser onisciente e passa a ser narrado em primeira pessoa. A autora acrescenta à narrativa a sua própria voz, e nos é esclarecido que toda a história narrada no livro *Água de Barrela* - a contar da captura violenta de Akin e Ewá até a mudança de Damiana para o Rio de Janeiro - é referente ao passado de seus ancestrais. Assim, Eliana nos confessa sobre a relação, de séculos, entre a família Tosta e os seus familiares, o rompimento com o passado e nos atualiza sobre os destinos de alguns parentes próximos.

A história continuou e está prosseguindo através de todos nós, pessoas comuns, mas que têm em suas mãos os pedaços miúdos da vida. Eu, meus irmãos Paulo Vicente, Adriana – que, acredito firmemente, não por acaso hoje é juíza federal – e Bárbara, meus primos Pedro Henrique e Andréia, meus filhos e os filhos deles... O que aconteceu depois e o que está acontecendo agora? Seriam necessários outros livros, pois essas são outras águas, outras “barrelas” (Cruz, 2016, p. 445).

Embora seja um romance que relata a história familiar da autora²², essa bem poderia ser - ou mesmo é - a história de cerca de 4 milhões de pessoas, entre elas - homens, mulheres e crianças - traficadas no período entre os séculos XVI e meados do XIX, de acordo com as estatísticas de povoamento levantados pelo IBGE²³.

Seja em livros de História, seja em narrativas fictícias, a origem do povo brasileiro é contada de uma maneira que se distancia das muitas realidades vividas pelos brasileiros. Por isso, Eliana Alves Cruz em seu primeiro romance, narra uma dessas realidades, a partir da perspectiva de diferentes gerações de mulheres negras escravizadas e subjugadas por uma única família no decorrer de praticamente trezentos anos. De acordo com a apresentação de *Água de Barrela* feita por Erivaldo Oliveira, presidente da Fundação Cultural Palmares:

As histórias vencedoras trazem novos heróis e heroínas, sejam reais ou fictícios, carregam consigo a verdade sobre nossos ancestrais que protagonizaram a construção da liberdade no Brasil. Logo, não se trata de narrativas sobre super-humanos, mas de heróis e heroínas da vida real que foram forjados em sua trajetória de opressão, como muitos que ainda hoje sofrem com os estigmas do racismo e a herança da escravidão (Cruz, 2016, p.5).

Nesse sentido, não há como negar que temos um desafio social no Brasil e não podemos manter o discurso que não existe discriminação em relação à raça, classe e gênero, pois junto ao racismo velado, ocorre o apagamento da história e da memória das comunidades originárias e negros neste país, obtidos desde o período colonial.

A necessidade de esquecer o passado sem se efetuar qualquer tipo de reparação passou pela história do Brasil e seus danos ainda permanecem. Como no decorrer do processo histórico não foi realizado o debate acerca da violência que se tornou estrutural e o testemunho das vítimas não foi acolhido pela sociedade, a tendência é a repetição. Nossas amargas experiências revolucionárias não foram enfrentadas, por isso, enquanto nação, estaremos sempre aquém da elaboração no plano histórico. Em todos os períodos da

²² Fato que só é revelado pela autora no final da narrativa.

²³ REIS, J.J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Presen%C3%A7a%20negra,%C3%A9%20exatamente%20para%20ser%20comemorada>. Acesso em: 21 jun. 2023.

história do Brasil, desde o pré-colonial até a República, as rupturas democráticas foram resolvidas com a força da Lei. Sempre os poderes recorreram à Lei para nos lembrar de que temos que esquecer para seguir em frente. Querem nos fazer esquecer que negros foram açoitados, que indígenas foram dizimados e isso só é possível dada à ausência de uma política da memória (Saçço, 2021, p. 21).

Assim como Grada Kilomba, que elabora sua tese de doutorado num processo de recuperação de seu *eu*, Eliana, também, na escrita do romance *Água de Barrela*, não só pôde mergulhar na sua própria história individual como também resgatar uma perspectiva histórica marginal do período colonial brasileiro.

Dentro desta lógica, podemos concluir que as narrativas descritas e intituladas como a *história mundial* são contadas a partir de uma única percepção universal e dicotômica - branca, masculina e capitalista - e excluem outras percepções, outras vivências do mundo. Importantes, pois relatam a verdade sobre o que é ser um vivente dentro de um sistema violento e excludente.

Por essas vivências não silenciadas, contudo, subjugadas. Fica evidente o quanto é interessante pensar as narrativas que incomodam, principalmente, aquelas que refletem sobre o poder colonial, nesse sentido, obras como *Água de Barrela* (2016), *Solitária* (2022), e *Eu, a empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) despertam nossos sentidos automatizados, ao narrar percepções distintas das hegemônicas correlacionando entre as dimensões de gênero, raça e classe.

Uma das obras mais (re) conhecida pelo seu grito de resistência ao sistema colonial capitalista é o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus²⁴. Carolina - mulher negra, pobre, semianalfabeta e mãe solto - narra, diariamente, suas experiências de sobrevivência na favela do Canindé²⁵, em São Paulo. À beira do rio Tietê, residiu com seus três filhos, de maneira precária e sem nenhuma infraestrutura.

²⁴ Nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 1914.

²⁵ "Situada num terreno público, em um meandro do rio Tietê prestes a ser canalizado, a favela do Canindé originou-se em 1948 por estímulo da própria Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), que concedeu a área para o assentamento de famílias desalojadas da ocupação de um terreno particular, e, treze anos depois, em 1961, foi extinta" (Barone, Ana Cláudia Castilho, 2018, p. 1).

Em uma das falas de Carolina vemos a resignação da mulher-mãe e a ressignificação do papel, que é transformado em subsistência da alma, em suas palavras: “Alimentei, eduquei e amei meus três filhos. Catei papel, revirei lixo. Do papel também meu alimento: a escrita.” Essa apropriação do papel feita por Carolina vai de encontro ao que Grada Kilomba pensa sobre a escrita e representa em muito a discussão sobre a educação como libertadora. Não somente politicamente, mas também simbolicamente essa mulher superou a opressão capitalista.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

Quarto de despejo pode ser pensada como uma obra de uma mulher negra que trabalhou sob o regime das trabalhadoras domésticas, mas rejeitou essa forma de trabalho: “não gostava de limpar a sujeira deixada pelos patrões”. A escolha implicou grandes dificuldades, ela vivenciou muitas outras formas de miséria humana, ao tornar-se catadora de papel. Contudo, ao renunciar um dos seus legados coloniais, servir aos/às brancas ricas, ela quebrou com um dos segmentos de apropriação dos corpos racializados e angariou a liberdade que muitas outras mulheres não obtiveram em suas vidas, ocupando a função de trabalhadoras domésticas.

3.1 A MENINA ESTRANHA

Damiana e Maria da Glória ou Dodó são filhas de Martha e Adônis, personagens que nomeiam e marcam a primeira parte do livro. Seus pais ao longo da narrativa lutam pela liberdade e vivem momentos históricos distintos narrados na obra, entre eles, a epidemia de cólera na cidade de Cachoeira, a guerra do Paraguai e a instituição da Lei Áurea em 1888. Todos esses acontecimentos são intercalados com os conflitos familiares vividos pelas mulheres e homens daquela família que mantém diretamente, mesmo após o término da escravidão, a relação com a linhagem Tosta. Na segunda parte do livro, temos mais uma menção histórica: a mudança do cenário

político com o fim do período colonial e início da República. A narrativa desenrola-se com o foco principal nas histórias de Maria da Glória e o casal Damiana e João Paulo.

No capítulo 34 intitulado “A menina estranha” é narrada acontecimentos importantes na trama da narrativa. Nele, podemos observar a potência da mulher-mãe, representada pela figura de Damiana, ao desafiar João Paulo em prol do seu objetivo maior: a educação formal de suas filhas. Também é apresentado a rotina de trabalho incansável de Dodó, o incômodo que seus pais e irmã sentiam ao testemunhar a exploração sofrida por Dodó desde muito criança se encontrava “ao lado direito, esquerdo ou atrás do casal (Adolpho e Maricota), nunca na frente”.

O nascimento da segunda filha de Damiana e João, é o principal acontecimento narrado no capítulo 34. Aos 45 anos, no mês de setembro de 1920, após uma noite de briga com o marido, Damiana engravida novamente. Não só ela, Maricota Tosta, também estava “de barriga”. No dia 24 de abril do mesmo ano, nasce Maria Auxiliadora Bandeira Tosta e Silva, a “Mignon”. A quarta filha do casal Maricota e Adolpho: “Mais uma menina para Dodó cuidar na casa dos brancos” (Cruz, 2016, p. 350). Exatos doze dias depois, seguindo o mesmo destino, Damiana dá à luz a mais uma menina, chamada de Anolina, assim como sua ancestral, a filha de Ewá e Gowon.

Os anos se passaram e as duas meninas já contavam com seus anos de idade, devido à aproximação entre as famílias e Dodó trabalhar na casa dos Tosta, Damiana e Martha mantinham os laços e frequentavam o sobrado. A relação de Nunu e Mignon à primeira vista era muito parecida aos comportamentos que a própria Martha vivenciou no seu passado, inclusive as duas últimas gerações daquelas mulheres: “Um mar de recordações veio a sua mente. Maricota entregando as bonecas para que ela vestisse, lavasse, penteasse. Maricota reproduzindo com ela tudo o que via a mãe, Iaiá Bandeira, fazer com sua mãe Anolina” (Cruz, 2016, 352). Contudo, a avó é surpreendida, ao ver um novo desenrolar de cena naquele cenário tão familiar a ela, suas ancestrais e filhas:

Mignon deu a Anolina a boneca mais feia que jamais vira, com cabelos ralos e ásperos, faltando um dos olhos e muito suja. Nunu não esboçou reação. Apenas pegou calmamente o brinquedo e quebrou ali mesmo, sem pressa, em muitos pedaços. Nenhuma expressão lhe alterava o rosto. Nem ao menos um esgar de raiva, tristeza ou mágoa. Uma frieza mais aguda que a da navalha. Com gestos mecânicos, ela simplesmente despedaçou o brinquedo inteiro. E depois, olhando

fixamente para a menina branca, com a fria lâmina do desprezo que parecia estar entranhado em sua pele, Nunu pisou com toda a força em sua figura de porcelana favorita (Cruz, 2016, p. 352).

A atitude fria e calma da menina Anolina diante daquele presente usado e feio da menina branca é a fonte de despertar em Martha, a partir daí a avó sente inquietação e estranhamento em relação às atitudes da neta. Ela mantém-se alerta por muito tempo e sente que algo está fora do lugar com a pequena.

Nunu estava sempre calada, isolada. Gostava de ficar só, e várias vezes foi vista falando sozinha, como se estivesse cercada de pessoas invisíveis, de quimeras ou de anjos. Seus olhos reviraram buscando imagens no ar e seus braços esticavam para tocar o nada. Ria ou chorava, argumentava calma ou brigava ferozmente (Cruz, 2016, p.352).

Desde a infância, Anolina comporta-se diferentemente de outras crianças, na adolescência, as atitudes começam a se intensificar, os ataques de raiva e as alucinações fogem do controle dos familiares. Damiana se nega, por muito tempo, enxergar que havia algo incomum nas atitudes da filha, por outro lado, a avó compreende a necessidade de investigar o comportamento tão divergente da neta, quer levar Anolina no terreiro para Vó Umbelina, mas é sempre tolhida pela filha, criada em escola de freiras. No final, Nunu é internada no Asilo São João de Deus para tratamento da “enfermidade da cabeça”, a partir dessa primeira passagem, teriam muitas idas e vindas traumáticas nos hospitais psiquiátricos.

É justamente o transtorno da tia Nunu, fio condutor entre passado e presente. Suas lembranças centradas entre os anos de 1920 e 1940, ou seja, no período da sua infância e juventude em conjunto com a pesquisa histórica realizada por Eliana são cruciais para a montagem do quebra-cabeça das origens dos antepassados da escritora.

A relação com o trabalho doméstico permanece na vida das duas irmãs, contudo, de maneira distinta. Damiana, casa-se com João Paulo e vive uma vida matrimonial conflituosa, devido ao caráter mulherengo do rapaz. Ela sabia ou “Talvez um sexto sentido lhe dissesse que nunca, jamais, em tempo algum, deveria depender dos homens. Sua bisavó, sua avó e a sua mãe não dependeram. Não seria ela a primeira” (Cruz, 2016, p. 319). Nesse sentido, Damiana, que já era conhecida pelo

seu espírito prático, após o nascimento da primeira filha, Celina, mais determinada se sente “e a disposição para o trabalho triplicou. Um sentido de sobrevivência e uma força que nem ela sabia que possuía” (Cruz, 2016, p. 319). É durante uma discussão com o marido, ao tentar convencê-lo de a importância das filhas estudarem, em virtude de ele discordar da ideia de mulheres pretas frequentarem a escola, que Damiana profere palavras profundas e oportunas para a mudança do futuro de suas filhas e também das próximas gerações:

— Pois eu vou lavar as privadas desses brancos, vou lavar louça, roupa, passar, engomar.... Mas ninguém depois de mim vai fazer isso outra vez na minha família, está ouvindo bem? Ninguém! E isso vai começar com essa – e apontou para Celina, que ficou encolhida em um canto — E depois com a irmã e quem mais chegar” (Cruz, 2016, p. 354).

Essa passagem carrega um simbolismo extremamente relevante na obra, pois é a persistência, a dedicação e a inteligência de Damiana que não só acreditou, mas planejou o futuro que sonhava para sua família, e encontrou na educação formal um caminho que permitiria a emancipação da dependência de longos anos vividos sob o poder e a influência da família Tosta. Por isso, no capítulo “A justiça é nossa estrada”, Damiana pode saborear o gosto da vitória ao ver a conquista do neto Eloá, aprovado aos 18 anos, na Faculdade Nacional de Direito “Damiana, sentada um pouco mais distante, quase explodida de orgulho. Esperou por aquilo a vida inteira para romper a linha de diferença e achava que finalmente tinha conseguido” (Cruz, 2016, p. 439).

Maria da Glória ou Dodó, por sua vez, é a representação de uma dessas mulheres, presa aos caprichos de uma família elitista, com seus 13 anos já estava sob os *cuidados* de Iaiá Bandeira, a matriarca da família. Viveu para servir todos os integrantes da família e morreu sob o domínio deles: “Dodó era vigiada 24 horas por dia e passou meses sem ver a família. Por diversas vezes, a mãe fez plantão em frente ao sobrado e nada da filha” (Cruz, 2016, p. 289).

Iaiá Bandeira, como toda *boa* patroa, sabia como manipular Martha, mãe de Dodó: “Dizia que ali ela estava protegida, tinha conforto e a convivência de uma família de verdade. Morava em um quarto muito melhor que qualquer casa que ela, a mãe, poderia oferecer” (Cruz, 2016, p. 289). Todavia, ao receber a mãe e as suas irmãs

“Nunca conseguiram ter uma hora completa a sós. A todo instante eram interrompidas por alguma solicitação - um refresco, uma bolacha, um ponto num vestido, uma ida ao mercado, um café para a visita, uma roupa no varal” (Cruz, 2016, p. 288).

O dia para Maria da Glória começava às quatro e meia da manhã quando despertava, fazia orações, higiene, vestia-se e ia para a cozinha preparar o mingau das meninas, o desjejum dos patrões e dar uma primeira conferida no que faltava na despensa. Depois ia para o quarto das crianças para despertá-las. Enquanto elas se vestiam, Dodó descia e arrumava a mesa. Durante o desjejum das três filhas, a negra subia para pegar o bebê com Maricota, que descia com o Dr. Adolpho para o café. Dodó dava mamadeira para a caçula e arrumava as camas e cômodos de cima. Terminada esta tarefa, Dodó descia e começava a arrumação dos cômodos de baixo. Quando o Dr. Adolpho saía, Maricota subia para ficar com o bebê, bordar ou ler, e ela retirava a mesa, lavava tudo, arrumava a cozinha e começava a preparar o almoço. Enquanto as panelas estavam no fogo, ela arrumava o material no escritório para as aulas das meninas maiores, que começariam assim que a professora chegasse. Tinha que estar para não deixar nada queimar (Cruz, 2016, p.350).

O trabalho doméstico tem essa característica predominante: a infinidade de tarefas. É tão perceptível essa nuance nas obras aqui abordadas. Val, personagem central do longa *Que horas ela volta?* assim como Dodó não descansava. Nos enquadramentos feitos ao longo do filme pela diretora, ela é sempre observada, por nós, telespectadores, nas atividades diárias pelos cômodos da casa e seus arredores do amanhecer ao anoitecer.²⁶ Sugere a figura da formiga na fábula de Esopo que trabalha incansavelmente a fim de criar um estoque de comida para o inverno, contudo, as trabalhadoras domésticas não conquistam o estoque de alimentos nem mesmo o merecido descanso durante o inverno rigoroso, renunciando atividades realizadas 24 horas por dia, cotidianamente, em uma situação similar ao trabalho realizado em outros tempos pelas mulheres negras escravizadas.

²⁶ Trago essa metáfora, de acordo com o relato da minha mãe, sobre as características do trabalho de minha tia, irmã dela. Numa dessas conversas casuais entre patroa e empregada, a *patroa* comparou a execução do trabalho diário e corrido da minha tia como de uma formiguinha a fim de elogiá-la pela destreza. Ambas são empregadas domésticas e começaram a trabalhar juntas precocemente, durante a adolescência. Quando saíram do interior de Minas Gerais para trabalharem em uma casa de família em Brasília, enviadas pelo meu avô, assalariado que trabalhava em ambiente rural. Minha mãe, com seus então 12 anos, era a babá das crianças e minha tia, com seus 17 anos, fazia o trabalho da casa.

Como uma formiga que não para nunca. Dodó terminava a comida e colocava a mesa. A professora saía, as meninas se lavavam, sentavam-se com a mãe e almoçaram. Na parte da tarde, lavar a louça e a roupa, fazer compras, passar e colocar a mesa para o jantar, pois Dr. Adolpho não tardaria chegar. No dia seguinte, tudo outra vez (Cruz, 2016, p. 351).

Por isso, se faz importante buscar correlacionar tais obras às teorias que acreditam na potência dessas experiências relatadas por vozes que abarcam o universo cotidiano, não se trata apenas de ilustrações narradas para desmantelar o poder hegemônico, são experiências vividas, dia após dia, por pessoas que resistem de formas distintas a esse sistema colonizador de saberes e conhecimento.

Tais obras são, por si só, narrativas de resistência que desmantelam a dinâmica do poder do patriarcado colonial moderno. Assim como é pensado por Grada Kilomba²⁷, é o poder de contar com suas próprias palavras.

Dessa maneira, a escrita possibilita a humanização daqueles que são animalizados ou objetificados pelo projeto colonial. Escrever significa viver, e por isso, torna-se um ato político. O ato de escrever é um movimento de descolonização, na medida em que aqueles que não são ouvidos, experimentam a sensação de se tornarem sujeitos pela verbalização, nesse sentido, um ato político de tornar-se “a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história” (Kilomba, 2019, p. 28).

Por esse motivo, a autora repensa a linguagem, e vê ela como ferramenta de reflexão. Trata-se de apropriação metalinguística da linguagem perante ao mundo, ao analisarmos, termo a termo, nos reinventamos por meio da reflexão etimológica.

Grada Kilomba dialoga com muitos estudiosos que questionam o poder do conhecimento do saber e ser eurocêntrico. Gayatri Chakravorty Spivak²⁸ é uma das

²⁷ Grada Kilomba é para essa pesquisa, uma dessas intelectuais, que pensa a palavra tanto através da fala, no qual a fala é, por muitas vezes, a multiplicação do silêncio imposto, ou na dimensão da escrita, em que a voz se torna materializada pelos relatos de sobrevivência/resistência, é a rejeição da máscara# imposta. Por isso, para esta pesquisa, é uma intelectual importante, pois, seus questionamentos atravessam não só a forma como naturalizamos o saber eurocêntrico em detrimento do saber local, aquele dos povos originários, como também nossas vivências colonizadas.

²⁸ Gayatri Chakravorty Spivak nasceu em Calcutá em 24 de fevereiro de 1942 e atua como professora na Columbia University. É reconhecida pelos seus estudos.

teóricas mencionadas e discutidas pela artista, desafiante do conhecimento hegemônico eurocêntrico, produtora de um discurso crítico questionador das crenças do saber condensado no título do seu aclamado livro *Pode a subalterna*²⁹ falar? (2010).

Em seu ensaio “Pode o subalterno falar?” [(1985) 1988], Spivak estabeleceu os parâmetros da crítica feminista pós-colonial ao conceitualizar a violência epistêmica como intrínseca à produção do conhecimento ocidental. Spivak mostrou como a produção discursiva do subalterno, particularmente da “mulher pobre do Terceiro Mundo”, teve o efeito de silenciar as mulheres do Sul Global por uma espécie de ventriloquismo, com o pretexto de dar voz aos oprimidos, ao subalterno permanentemente como ser passivo, irremediavelmente oprimido e essencialmente o outro dos sujeitos ocidentais (Mendoza, 2021, p. 301).

Recuperando algumas passagens do pensamento de Gayatri Spivak, vale relembrar que são os sujeitos subalternos, nas palavras de Almeida seria “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p.12 *apud* Almeida, 2011, p. 254). Dentro dessa lógica, as empregadas domésticas se encaixam nesses quesitos, pois estão à margem da acumulação capital.

No decorrer desta perspectiva de sujeito subalternizado, a autora articula com a condição de ser mulher viúva na Índia. A história trabalhada demonstra que a viúva é duplamente impedida de se auto-representar, primeiro por ser mulher e segundo por sua condição de viuvez, nesse sentido, Gayatri Spivak sustenta que esta situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra

²⁹ Grada Kilomba em Carta à edição brasileira explica: “O termo inglês *subaltern* não tem gênero. No entanto, o título do importante trabalho de Gayatri C. Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, é comumente traduzido na língua portuguesa para *Pode o subalterno falar?*, adotando o gênero masculino. Tendo em conta que Spivak é uma mulher, teórica, filósofa e crítica de gênero da Índia que tem feito uma das contribuições mais importantes para o pensamento global, revolucionários os movimentos feministas com a sua escrita. A redução do seu mais importante termo, *subaltern*, ao gênero masculino na língua portuguesa é duplamente problemática. Por isso, opto por escrever o termo na sua forma feminina: *subalterna*” (Kilomba, 2019, p. 21).

Diante desta explicação, em respeito às autoras, a mim e àquelas que escrevo, mantenho o gênero feminino.

os meios para se fazer ouvir” (p.15). Diante da ideia de dupla subalternidade da mulher viúva explorada por Spivak, podemos compreender que a opressão vivenciada é importante pois coloca a mulher como duas vezes subalternizada.

Sobre o título ambíguo e desconcertante de Gayatri Spivak, Grada Kilomba não se limita somente à resposta dessa pergunta direta, sobretudo, ela afirma que Spivak alerta os/as críticos pós-coloniais a não romantizar os sujeitos resistentes.

Não obstante, seu objetivo é desafiar a simples suposição de que podemos recuperar o ponto de vista da subalterna. A própria ausência (no centro) da voz da/o colonizada/o pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz, e como a confirmação de que *não* há espaço onde colonizadas/ os podem falar (Kilomba, 2019, p.49).

Questionar e focar nas opressões e nas concepções dos oprimidos, pois, aqueles que foram colonizados não são vítimas passivas nem mesmo cúmplices do colonizador. Eles foram submetidos a muitas situações violentas que expropriou de seus territórios, corpos assim como de seus saberes. Portanto, não há como simplificar em categorias dicotômicas toda a pulsão das vivências das pessoas racializadas.

Para a ciência da linguagem é evidente que o processo comunicativo envolve componentes importantes na troca de mensagens, entre eles, o emissor e receptor, o primeiro é o anunciante da mensagem, o segundo é aquele que recebe a mensagem enviada pelo emissor. Esse processo realiza-se no compartilhamento de informações através da negociação dos turnos de fala. Isto é, o processo comunicacional envolve a negociação entre quem fala e quem escuta e dessa maneira, a comunicação³⁰ se aproxima do seu sentido mais essencial: a partilha das informações entre os interlocutores. Sobre isso, percebemos, então, que a fala é a concordância entre ambos os lados, no qual só é possível o convívio desde que os interlocutores estejam em sintonia. De acordo com Grada Kilomba:

³⁰ “O conceito de comunicação vem do latim *communicare*, que significa tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar. O ato de comunicar implica em trocar mensagens, que por sua vez envolve emissão e recebimento de informações. Comunicação é a provocação de significados comuns entre comunicador e intérprete utilizando signos e símbolos” (Pinheiro, 2005, p. 11).

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es (...). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’ (Kilomba, 2019, p. 42-43).

Contudo, é evidente que no sistema de colonização, em razão da brutalização dos corpos racializados, não houve/há comunicação entre colonizado e colonizador. Não há essencialidade na partilha de comunicar, pois os colonizados não são/estão autorizados a falar desde o período de colonização no Brasil. A respeito deste silenciamento forçado pelos colonizadores, Grada Kilomba nos reconta sobre a *máscara*, instrumento de tortura e sadismo, sobretudo, para a autora, um símbolo das políticas racistas de silenciamento e de dominação pelo sistema colonial.

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/ as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura (Kilomba, 2010, p.172).

A necessidade de controlar a *boca* dos povos colonizados é coerente ao projeto colonial, uma vez que ela “simboliza a fala e enunciação” (Kilomba, 2010, p. 172), por isso, os colonizadores querem controlá-la e reprimir a linguagem transmitida por ela. É dentro desta lógica que Grada nos adverte na publicação brasileira de seu livro, não existente na publicação original “que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência³¹ (...)” (Kilomba, 2019, p. 14), principalmente, se compararmos a situação

³¹ “Na ótica do colonizador português, essas três instituições nucleares do aparelho de Estado - religião, realeza e direito - simbolizam um estágio avançado de civilização que têm como base uma única língua nacional gramatizada e escrita. Desse ponto de vista, a língua portuguesa é também uma instituição que faz parte do funcionamento social geral da nação, ao mesmo tempo em que dá legitimação escrita às outras instituições do reino. Os habitantes da terra brasileira e suas línguas, portanto, não são civilizados porque a eles se atribui a falta

linguística do Brasil, mesmo com suas proporções continentais em comparação a outros países, não foi possível conservar com grandes amplitudes os dialetos originários, devido ao genocídio efetuado ferozmente em nossas terras.

Por isso, a imposição linguística da Língua Portuguesa sobre outras línguas provenientes dos povos originários e africanos³² visou não só o apagamento destas do contexto histórico como também foi útil para o silenciamento e morte de seus interlocutores.

A menina cozinheira Dasdô sabia que, se a africana não falasse logo o português e não domasse seu gênio, as coisas ficariam muito feias, pois os “soberanos” eram implacáveis. Helena se foi bem antes de ter a chance de desagradar à “rainha” e sentir sua fúria. Foi melhor assim (Cruz, 2016, p. 60).

Extremamente impositiva e violenta, a Língua Portuguesa foi empregada na função de inferiorizar e hierarquizar os povos sobreviventes à luta colonial. O patriarcado colonial apagou a diversidade linguística, classificando seres em dois gêneros possíveis: masculino e feminino. No qual, o masculino é colocado como primordial e essencial à vivência política, em sobreposição ao feminino. Portanto, de acordo com Grada Kilomba, é necessário procurarmos novas narrativas e novas linguagens, com o intuito de dismantelar a língua colonial portuguesa, assim como é realizado pela língua alemã e língua inglesa.

3.2 A RAINHA E O REI

No capítulo 4, “A rainha e o rei” de *Água de Barrela*, a autora nos apresenta a figura da matriarca da família Tosta, D. Joanna. Ela era “Uma leoa” (Cruz, 2016, p. 53) que estava à frente de todo o clã e não permitia que seu “feudo”³³ fosse abalado por qualquer situação. E, na maioria das vezes, ela solucionava os conflitos do

do que os portugueses possuem e veem como essencial à civilização. Legitimam-se em uma teoria linguística uma teoria religiosa e uma outra de natureza político-jurídica, ambas servindo como justificativa para a expansão das terras da metrópole” (Mariani, 2004, p.26).

³² É importante destacar que a imposição linguística da língua portuguesa se deu, também, sobre os imigrantes europeus no Brasil, contudo, com menos imposição e violência.

³³ “O engenho Natividade era um feudo” (Cruz, 2016, p. 64).

engenho com uma naturalidade brutal aos corpos dos escravizados, principalmente, se tratando das mulheres negras.

Isso já estava nos planos, mas tratou de arrumar rápido, para que Manuel partisse para os estudos na Europa, e foi só o rapaz pisar fora do engenho para a mãe mandar dar uma surra sem precedentes na negra. Ela abortou e, não passaram muitos dias, Amância foi encontrar o filho não nascido no outro mundo. No enterro, da escrava, a “sinhá” apareceu, puxou um terço abaixou a cabeça em oração e antes de sair afirmou, passando os olhos na assistência, que não ousava olhá-la nos olhos. Falou em um tom pausado como se estivesse dando uma advertência a crianças travessas:

— Que não tenha ido em vão (Cruz, 2016, p. 54).

Popularmente, os leões são considerados “os reis da selva” devido a sua impressionante crina, destemor, poder e força. Como vivem em grupos familiares, constituídos especialmente por fêmeas, ficam responsáveis pela proteção do grupo. Em contrapartida, as leas, suas companheiras, são responsáveis pela caça e os cuidados com os filhotes. O papel da mulher branca não difere muito da leoa no mundo animal, por isso, a metáfora criada por Eliana Alves demonstra a intenção destas mulheres de garantirem seu domínio - mesmo que diluído - junto aos “leões” da colônia, uma vez que elas oprimem assim como os homens.

O fato de a mulher branca assumir um lugar estratégico e controverso na episteme do mundo colonial, é abordado, inicialmente, por Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), figura central do feminismo negro norte-americano.

Rita Segato, assim como outras pensadoras do feminismo decolonial, também levanta a questão do papel da mulher branca dentro da ordem colonial/moderna e afirma: “Sustenta, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentradas, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial/modernizadora” (Segato, 2012, p. 116).

D. Joanna executa ativamente sua missão civilizadora-colonial/modernizadora. Suas atitudes mostram suas convicções e propósitos. Se considerava mulher com muita fé, e em muitas oportunidades, ela demonstrava a veracidade do seu poder através dos momentos de credo. No período da colheita da cana de açúcar, reunia os habitantes do engenho, os empregados e escravizados, no pátio, para fazer a oração matinal, antes da lida. Em um dia, uma das escravizadas, Felipa, negou-se a rezar, a

pronunciar as palavras vazias e incompreensíveis em que era obrigada a repeti-las, numa ladainha desmedida e tediosa. Sem hesitar, a matriarca demonstrou o que era sabido pelos habitantes do engenho, o controle daquele lugar e daqueles corpos que quase sempre se desembaraçava com crueldade para todos.

Quando o homem voltou, ela ordenou que amarrasse Felipa ao tronco que estava a pouco metros dali. Ele a arrastou até lá e a acorrentou à madeira que já assistira tantos suplícios. dona Joanna, outra vez com seu passo lento, foi caminhando sem pressa entre o corredor formado por escravos de um e de outro lado.

— Abram a boca desta mulher! - ordenou aos homens do feitor. Estendeu a mão direita e o feitor depositou nela uma faca brilhante grande e afiada. Num só golpe, ela cortou a língua da escrava. Enquanto continuou recitando, altiva, enquanto caminhava de volta à casa, com a saia respingada de vermelho, sob os olhares de pavor de alguns, choros contidos e ódio mal disfarçado de outros (Cruz, 2016, p. 56).

Estas vivências tão brutalizadas e desumanizadas, dia após dia, num ciclo incansável de violências distintas, para os corpos racializados, é incoerente as opressões, assim como é colocada por Grada Kilomba (2019), contudo, a desumanidade persiste para aqueles que não fazem parte da identidade eurocentrada.

Alfredo Bosi, em um dos seus livros mais conhecidos sobre a literatura brasileira - *História concisa da literatura brasileira* (2015), afirmou que “A colônia só deixa de o ser quando passa a sujeito de sua história” (Bosi, 2015, p.11). De fato, por alguns anos, acreditamos que éramos senhores da nossa história, que havíamos deixado nosso passado colonial e progredíamos rumo ao capitalismo global, nós éramos emergentes, éramos a promessa de um continente latino-americano. Todavia, não nos atentamos que o processo de descolonização³⁴ havia terminado, mas a

³⁴ Considero esse termo como conceito do processo histórico e administrativo de desligamento das colônias perante à metrópole. Assim como Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo assumiram na nota de tradução da obra “Um feminismo descolonial” de Françoise Vergès. Segundo elas: “Para traduzir as poucas ocorrências em que Vergès mobiliza a palavra *décolonial* para se referir propriamente aos processos histórico-administrativos de desligamento das metrópoles das ex-colônias, optamos por utilizar termos como “descolonizar”, “descolonização” e “descolonial”. Em contrapartida, nos momentos em que a autora faz referência ao movimento contínuo de tornar pensamentos e práticas cada vez mais livres da colonialidade, recorreremos a termos como “decolonial” e “decolonialidade”, marcando essa diferença por meio da supressão do “s”. Tal opção busca enfatizar que os processos

colonialidade do saber permanece em nossas vivências, impregna nosso conhecimento do saber, naturaliza poderes dicotômicos e desconcerta as experiências dos povos originários.

3.3 MOENDO A CANA, O CORPO E A ALMA

É justamente o conhecimento ancestral que, por muitos momentos, possibilita a sobrevivência dos povos originários diante da redução e animalização de seus corpos racializados. Em um dos capítulos de *Água de Barrela*, ainda no contexto da escravidão, Tito, escravo no engenho Natividade, sofre um acidente na moenda de cana de açúcar. Apesar do ferimento gravíssimo, graças ao ânimo do velho Quim e dos outros escravizados, Roberto e Firmino, eles conseguem parar a máquina e salvar a vida de Tito, ainda que ele tenha perdido um dos seus braços.

Sobretudo a sabedoria e a articulação social dos mais velhos naquele “feudo”, que permite salvar a vida de Tito não só no episódio da moenda, mas também quando Quim interpela ao capataz do engenho, Moreno, para que o jovem receba tratamento. Negado seu pedido, uma vez que o médico só estaria presente no final de semana, o velho não desiste e declara: “— Mas quem tá falando em doutó é o sinhô feitô, eu tô falando de arguém pra cuidá. Tô falando que pode ser um de nossa gente...” (Cruz, 2016, p. 66).

Quim manifesta em sua fala que o privilégio do conhecimento não pertence somente aos brancos europeus e, apesar das condições subumanas de vivência, em que ele e os escravos viviam, eram capazes de salvar a vida de Tito com seus próprios saberes.

Mesmo que Quim tenha sido castigado severamente após a apelação feita ao feitor. Nas falas seguintes, constatamos que está oculto as gradações da colonialidade, em que o poder é exercido com violência e recalque: “- Hoje, negro, ocê dorme no tronco” (Cruz, 2016, p. 66). E o ressentimento e menosprezo aos saberes

histórico-administrativos de descolonização de um território não garantem que os discursos que circulam nele e sobre ele tenham superado a lógica colonial”. (p.8). Além delas, a mesma perspectiva é abordada por Heloisa Buarque de Hollanda na introdução do terceiro volume sobre pensamento feminista “A supressão da letra ‘s’ marcaria a diferença entre a proposta de rompimento com a colonialidade em seus múltiplos aspectos e a ideia do processo histórico de descolonização” (Hollanda, 2020, recurso online).

oriundos de outras comunidades não europeias, revelam a colonialidade do saber confundida e intitulada de feitiçaria³⁵ “— E vosmicê bem sabe, seu Joaquim, o que a beata da sinhá Joanna se sabe dessas feitiçaria de nego nas terra dela? (Cruz, 2016, p. 66).

Trabalhar dentro da casa-grande era atribulado e inacabável, Ewà Oluwa /Helena³⁶ percebe o volume de trabalho assim que é designada para ser escravizada *portas adentro* - “Um trabalho sem fim e sem descanso, temperado com caprichos os mais bizarros e, por vários momentos, cruéis” (Cruz, 2016, p. 41). Todavia, ser designada para as tarefas domésticas trazia uma aproximação inevitável, no qual, em muitos momentos, poderia beneficiar os escravos domésticos.

É o caso da intervenção de Dasdô. Ela que “tinha suas artimanhas. Cozinheira de mão cheia na casa-grande, sabia conquistar a simpatia de todos os lados daquele mundo sempre prestes explodir” (Cruz, 2016, p. 67), consegue a permissão para cuidar da ferida de Tito.

E, se ajoelhando perto da estreita onde o rapaz jazia, deu a ele um líquido amargo. Chá de mulungu, uma planta que acalmava, sedava, aliviava a dor. Umedecendo um pano na bacia, limpou o ferimento e o deixou envolto em um emplasto. Por fim, deu pedaços de pão, fez com que tomasse um caldo quente e bateu umas folhas nos cantos do casebre. Murmurou umas palavras incompreensíveis, deu recomendações a Salustiana e saiu apressada (Cruz, 2016, p. 67).

Quer dizer, a supervalorização do ser/saber da Europa, e posteriormente dos Estados Unidos, em detrimento da desvalorização dos saberes locais, desdobra-se em maneiras distintas de se justificar a violência da expropriação dessas terras. Por isso, a subalternidade do outro deve ser analisada, comparada, reduzida ao ego

³⁵ Silvia Federici discuti a origem da ideia de bruxaria construída na Europa: “Porém, naquela época, só eram castigadas por malefício aquelas práticas mágicas que infligiam dano às pessoas e às coisas, e a Igreja só usou esta expressão para criticar os que acreditavam nos atos de magia” (Federici, 2017, 149).

A situação mudou por volta da metade do século XV. Nesta época de revoltas populares, epidemias e crise feudal incipiente, tiveram lugar os primeiros julgamentos de bruxas (no sul da França, na Alemanha, na Suíça e na Itália), as primeiras descrições do sabá (Monter, 1976, p. 18) e o desenvolvimento da doutrina sobre a bruxaria, na qual a feitiçaria foi declarada como uma forma de heresia e como o crime máximo contra Deus, contra a Natureza e contra o Estado (Monter, 1976, pp. 11-7)” (Federici, 2017, p. 295-296).

³⁶ Nome de batismo recebido por Ewà Oluwa assim que chega no Brasil.

européu, uma vez que o europeu ao contactar outros povos, identifica aquele grupo social a partir de seus quadros referenciais e valores gerais considerados, equivocadamente, como universais.

É interessante destacar que as relações não tinham o peso e o significado social e econômico que possuem atualmente, elas foram ressignificadas nos últimos 500 anos³⁷ de história, principalmente, como subordinação às instituições estatais. É a perpetuação de um padrão universal introjetado por meio do imaginário das sujeitas e sujeitos do sul.

As colonialidades do poder, do ser e do saber, portanto, constituem o lado obscuro da modernidade (Curiel, 2020). Lado esse, difícil de se perceber ao longo da história, uma vez que a opressão opera muitos mais pelos aspectos simbólicos do que pela realidade estrutural da exploração territorial e subjugação dos corpos locais. Mas que explora e conserva da mesma maneira os aspectos de subjugação dos povos colonizados.

Contudo, são as novas representações e sentidos de sujeitos dentro da sociedade apresentados no espaço contemporâneo que estão desestruturando as verdades e certezas vistas como absolutas da cosmovisão ocidental. São tantas maneiras distintas de se pensar, significar e agir sobre o mundo (Bauman, 1999).

Podemos dizer assim que a decolonialidade, segundo Mignolo (2010), é um projeto de desprendimento epistêmico na esfera social, isto é, a perspectiva decolonial busca se afastar intelectualmente, politicamente, socialmente, economicamente das estruturas de poder criadas pelo colonizador com o intuito de oprimir sujeitas e sujeitos do sul global.

3.4 A ESCRAVA E A MULHER DO FEITOR

Podemos compreender melhor como se dá a fragmentação das opressões a partir do capítulo “A escrava e a mulher do feitor” presente na obra *Água de Barrela*. Nele, é apresentada uma série de acontecimentos em que observamos as facetas de opressão e dominação sobre as mulheres, em que salienta a desigualdade social. Duas personagens femininas são centrais neste capítulo, a primeira, mulher

³⁷ Para Federici isso aconteceu anteriormente.

escravizada Isabel “(...) tão linda. Isabel...Roberto só tinha olhos para ela desde menina. Quando descia aquela ladeira com as bacias nos braços ou na cabeça, não tinha quem não olhasse” (Cruz, 2016, p. 79). Ela não só era a paixão de Roberto como também de Moreno, marido de Ângela, nossa segunda figura fundamental. A respeito de Ângela:

Ângela não era mulher feia, mas tinha uma cor amarelada, uma magreza e um olhar que lhe conferiam grande melancolia. Vivia nas novenas e eventos religiosos de sinhá Joanna e sinhazinha Joaquina, mas era acintosamente tratada como subalterna, embora fizesse tudo para adular as “sinhás” (Cruz, 2016, p. 81).

O casal vivia nas terras do engenho e cultivavam sua própria lavoura. Ele, era o feitor daquele engenho, tinha suas responsabilidades, entre elas, a supervisão e açoitamento dos escravos. Ela, por sua vez, vivia nas novenas e eventos religiosos das “sinhás”. Mas tampouco era aceita nos círculos sociais delas, ela conseguia adentrar nestes lugares em que a caridade é bem quista e fundamental. Fora deles, Ângela vivia sob o controle do marido e a depreciação das “sinhás”. Nesse sentido, é possível entender como se dá uma das maneiras de opressão sobre os racializados, Ângela, mesmo sendo branca, não possuía autoridade e lugar de fala para as senhoras do engenho, sendo ela, fruto das terras colonizadas, diante daqueles que detinham/detém o poder ela não tinha a capacidade de dominar as categorias do saber criadas pelos colonizadores. O seu ser “brasileiro” não é/pode ser considerado como detentor de sabedoria.

Outro aspecto que deve ser levantado, a respeito das fragmentações da opressão, é a subalternização econômica. Ângela não possuía os mesmos recursos financeiros em comparação às donas das terras, ela e seu marido, outro personagem sob o domínio delas, eram, assim como os escravizados, submissos aos caprichos e ordens dos proprietários do engenho, só que numa proporção menos desumana em relação às pessoas escravizadas. De fato, o casal compactuava com a opressão - tornando-se meio para exercer a violência - e cedia aos delírios daqueles rapinadores de pessoas, terras e culturas, a fim de garantirem os restos que lhe sobraram dos dominadores.

Carregando uma sombrinha rendada, meio puída e amarelada que acabara de ganhar de “inhá’ Joaquina, apressou o passo de nariz empinado e fingiu que não viu as moças. Umbelina balançou a cabeça pesarosa, e Isabel, irônica, disparou:

- Essa daí, coitada, pensa que é livre” (Cruz, 2016, p. 82).

Sem filhos, Ângela e Moreno mantinham um casamento turbulento e infeliz, baseado em suas ambições pessoais, resguardando a miséria humana de viver sob os interesses de um falso prestígio. Nesse sentido, ela não se diferenciava das mulheres brancas pobres da sua época:

(...) submissa ao esposo, restrita aos afazeres da casa e de olhos fechados para a infidelidade, mas com o sinal de alerta ligado quando alguma outra fincava raízes no coração de seu homem, oferecendo perigo a sua posição de direito ou aos recursos financeiros da família (Cruz, 2016, p. 81).

Ângela não se relacionava bem com as mulheres escravizadas do engenho: “Com a escravaria, era arrogante, afinal, pensava, alguém precisava estar abaixo dela” (Cruz, 2016, p. 81). Principalmente com Isabel, mulher que ocupava o coração de Moreno, que “em uma de suas famosas carraspanas, adormeceu e não parava de chamar pela negra. Ângela acreditou piamente no dito popular que dizia *in vino veritas* ou ‘quando a cachaça entra, a verdade sai” (Cruz, 2016, p.81). A partir daí a relação entre as duas ficou mais pungente, não faltava oportunidades para pregarem peças uma à outra, longe dos olhos da matriarca e do feitor.

Uma não podia provar que era a outra quem aprontava as armadilhas, e assim viveram por muito tempo a escrava e a mulher do feitor: na base do toma-lá-dá-cá. Nada ficava sem resposta. Mas o coração de Isabel era de Roberto. Disso toda a gente sabia...Inclusive e principalmente Moreno. Ela vivia em fuga desse homem brutal, que desprezava profundamente os negros, mas que tinha nela um dos seus pontos fracos (Cruz, 2016, p. 83).

Na maioria das vezes, as armações criadas - em resposta ao desgosto de ambas viverem em torno de Moreno - causavam o sofrimento físico de ambas. Isabel, em razão da sua condição de mulher escravizada, sofria *toda a sorte* de castigos: “Tu bem sabe que já fui pará nos ferro, levei surra de bacalhau, me tacaram água de sal grosso nas feridas, ajoelhei no milho...Tudo por causa dessa tarzinha” (Cruz, 2016, p.

82). Ângela, mulher subalterna ao marido, sofria com as surras dadas por ele: “ela sentira o peso da mão do marido mais algumas vezes e iria dormir várias noites com o rosto inchado para o deleite de Isabel” (Cruz, 2016, p. 82).

Moreno representa a figura paradoxal do homem racializado. Ele é quem pratica vias de fato contra os escravizados em nome dos senhores do engenho, sobretudo, sendo ele a ferramenta de dominação e controle feita por homens brancos. Nesse sentido, o feitor é a mão de obra bélica dos colonizadores, que precisam demonstrar a potência através da violência (Segato, 2012). De fato, para a construção da masculinidade com o intuito de adquirir status social, os homens - racializados ou não - devem provar e confirmar as habilidades de resistência e agressividade sobre o “tributo feminino”, “para poder exhibir o pacote de seis potências – sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral – que lhe permitirá ser reconhecido e qualificado como sujeito masculino” (Segato, 2012, p. 118).

Tanto Isabel quanto Ângela sofrem com o fato de viverem próximas a Moreno. Apesar de Isabel não corresponder aos sentimentos dele, mesmo assim, ela era perseguida e controlada pelos seus atos, uma vez que ele era homem e feitor. Ângela, por sua vez, também vivia sob seu domínio, devia cumprir com suas obrigações de esposa, presa no âmbito doméstico, mantendo a correspondência dos sentimentos negativos que cultivavam um ao outro.

Para Moreno, Isabel era aquela que deveria ser repreendida, explorada e castigada. Isto é, ela era um objeto voltado para o trabalho escravo, não poderia ser alguém digna de receber afeto dentro daquele sistema vigente. Contudo, como as relações humanas extrapolam as estruturas dominantes e as contradizem, ela era a sua paixão. E quanto mais, ela tentava se distanciar deste homem, mas ele clamava por ela. Foi em um dos êxtases de Moreno, em que, mais uma vez, ele chamava por Isabel, Ângela teve seu despertar para o estado de submissão dela e seu marido:

Na noite de São João, Ângela transbordou os anos de humilhação. Quando Moreno chegou bêbado, pensando, murmurando e transpirando Isabel, chamando pela negra, ela partiu pra cima dele com unhas e dentes, e atirou objetos espumando de raiva. Chorava com as mãos na cabeça. Nunca se sentia amada, nunca se sentira respeitada, nunca fora senhora de nada.

- Eu sou uma negra branca! Eu sou uma negra branca! Eu sou uma negra branca! – repetia sem cessar (Cruz, 2016, p. 83).

Nesse contexto, observamos a conscientização de Ângela em relação à sua condição de mulher subalternizada não só ao marido como também às mulheres brancas herdeiras dos recursos financeiros e culturais da Europa. Em meio à alienação e à cumplicidade com o patriarcado, a mulher do feitor passou por muitas humilhações, sociais e emocionais, além de suportar a violência física causada pelo cônjuge, tudo isso, em prol dos pequenos benefícios que recebia. De fato, sua posição em relação às mulheres negras era de privilégio dentro do sistema escravocrata, ela não era uma pessoa escravizada, concebida somente como um objeto descartável. Dentro desta lógica, ela possuía a autorização legal de ser uma pessoa livre desde que cumprisse com a sua função primordial: gerar filhos. Todavia, Ângela não teve filhos e, desse modo, sua liberdade era relativizada, pois ela se submetia ao controle do marido e de outras pessoas com mais poder. Por isso, o entendimento de Ângela sobre as relações de poder não está equivocado.

No Brasil, a “ausência de opções” fica praticamente restrita às mulheres negras e indígenas, e também às mulheres brancas pobres. Mulheres brancas que não se encontram em situação de pobreza ou que não se encaixem em padrões cis-heteronormativos de sexualidade, ainda que exploradas e discriminadas, estruturalmente, não costumam vivenciar a restrição extrema de oportunidades (Viana; Mano, 2021, p.3).

O entendimento de Ângela sobre sua condição de mulher racializada é importante para compreender o feminismo decolonial que sustenta a ideia de que existem muitas maneiras de existir num corpo feminino. E que carregar o “tributo feminino” (Segato, 2012) em uma sociedade estruturada em torno do patriarcado colonial traz consequências insuportáveis e incoerentes para a sobrevivência das mulheres de origem humilde, especialmente, as que carregam traços dos povos originários e negros. Por isso, é importante ter em mente que o sexismo e racismo sustentam as relações de desigualdade no Brasil.

Você não passa de um lacaio! Você não é nada assim como eu! Você é um covarde, um capacho desses barões. Você não tem nada, ouviu bem? Nada! Não passa de um porco que se mistura com as sujas e

porcas negras! Você é um bosta! Uma merda de um bêbado metido a gente! Nem na cama você presta!
E desferiu o golpe fatal. Aquele que equivaleu a um suicídio, uma sentença de morte:
— Não é só você, seu idiota corno, que se deita com pretos! - e olhou pra ele com uma cara de lascívia que o deixou possuído de ódio (Cruz, 2016, p. 83).

As declarações feitas por Ângela ao marido demonstraram não só reconhecimento de seus papéis desenvolvidos na sociedade como também escancarou a verdadeira situação em torno de um casamento mantido pela pressão social de não perderem a renda, o patrimônio e a imagem de casal construído juntos. Não que eles haviam adquirido bens materiais, mas socialmente, não eram miseráveis diante de outros indivíduos. Vale destacar que o casamento é um estado social, e dentro da sistemática da modernidade patriarcal deve-se ser executado e mantido pelos casais, independentemente das dificuldades, emoções e sentimentos dos envolvidos. Nesse sentido, as mulheres ocupam um lugar especial na dinâmica social do matrimônio, elas não só o conservam como também mantêm o funcionamento do lar, geram filhos, e são as responsáveis pela educação e fortalecimento do *futuro da nação*.

A grande questão é que Ângela quebra com esses ideais previstos para as mulheres brancas e desdobradas para as mulheres racializadas. Por muito tempo, ela mantém seu papel como esposa submissa, carregando o fardo de não ter concebido filhos. Porém, ao revelar ao marido o quanto eram insignificantes naquela sociedade, sobretudo, confessando sua infidelidade, Ângela desconstrói a sua própria imagem feminina, construída de maneira contrária à masculina.

Ao pensarmos no gênero, exatamente na forma como conhecemos nos dias atuais, a partir dos estudos decoloniais, percebemos que é uma construção ocidental corroborada e executada pelo processo de colonização nas Américas, uma vez que a separação sexual dos indivíduos não era acentuada para as sociedades originárias.

A verbalização da mulher do feitor representa a ruptura com as relações de colonialidade, especialmente, a colonialidade de gênero. É num processo de insensibilidade à dor que Ângela consegue expor a verdade sobre ser ela naquele mundo incoerente, em que predominavam o abandono e o seu silenciamento. E apesar da falta de afeto matrimonial, Ângela rompe essa barreira do abandono igual

ao marido, com a traição. O ato de trair já seria uma violação impensável, ainda carrega esse estigma, para o “tributo feminino”, porém, a sua verbalização é, abertamente, a quebra latente com o machismo estrutural. A coragem da personagem de compartilhar seus sentimentos e aventuras extraconjugais não são aceitas pelo marido. Logo, ele, o próprio instrumento de execução bélica, por isso:

Num reflexo, ele passou a mão no facão que estava em cima da mesa e cravou na barriga da mulher. Já tivera sangue nas mãos muitas e muitas vezes, mas sentiu uma vertigem com o sangue de Ângela. As conveniências pediam que ele fosse casado com aquela mulher por quem nada sentia, não lhe dava um filho, que lhe irritava apenas por existir... Mas não queria fazer o que fez. Como justificar a morte dela para toda a gente? Só lhe restava agora arrumar uma boa história (Cruz, 2016, p. 84).

A morte de Ângela pelas mãos do marido é a representação de um dos fenômenos recorrentes nos países da América Latina: o Femicídio³⁸. Sobre a brutalização dos corpos femininos, Rita Segato no seu artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário descolonial”, traduzido por Rose Barboza, busca discorrer sobre as práticas decoloniais que percorrem caminhos contrários à ordem da colonialidade. Segato faz uso da sua prática acadêmica decolonial para buscar compreender as relações de colonialidade e gênero. Dentro desta lógica, ela apresenta a prática do Femicídio, ao tratar de defini-lo com uma barbárie do gênero veiculada à modernidade. Para a autora:

O confinamento compulsivo do espaço doméstico e das suas habitantes, as mulheres, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. É indispensável compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, recordando que o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso. Assim como as características do crime de genocídio são, por sua racionalidade e sistematicidade, originárias dos tempos modernos, os feminicídios,

³⁸ Lei de Nº 13.104, de 09 de março de 2015, aprovada pela presidenta da república, Dilma Rousseff. A lei é descrita da seguinte forma: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Para lê-la na íntegra, acesse o link disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.

como práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres são também uma invenção moderna (Segato, 2012, p. 121).

O feminicídio pode ser considerado como o extremo da opressão e da barbárie imposta pelo patriarcado colonial, a partir da fragmentação das opressões. Ela serve também para separar e desunir pessoas homens e/ou mulheres. Dessa forma, a dominação se faz com menos esforço, pois sem laços comunitários de solidariedade para combater racismo e sexismo, os opressores asseguram seu domínio, em outras palavras, dividir para manter a opressão³⁹.

Como pode ser visto no capítulo “A escrava e a mulher do feitor”, também, pode ser observado em um dos contos da obra *Olhos d’água* (2014) de Conceição Evaristo⁴⁰ em que são apresentadas narrativas sobre mulheres significativas de vivências diversas, contudo, igualmente, com experiências árduas de vida. Essas vivências escritas por Evaristo narram as desigualdades enfrentadas, dia a dia, pelas mulheres negras periféricas. Dentre as personagens que estampam a tessitura da autora, uma delas é Maria, mulher comum que, acidentalmente, reencontra o pai de seu primeiro filho.

Ela reconheceu o homem. Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem sentou-se ao seu lado. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoo. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu,

³⁹ *Pedagogia do Oprimido* (1974) de Paulo Freire.

⁴⁰ Conceição Evaristo é escritora com carreira universitária na área da literatura brasileira. Nascida em Minas Gerais em 1946, escreve nos gêneros de poesia, conto, romance e ensaio. Suas vivências mesclam-se ao enredo de suas personagens, pois as mulheres retratadas são negras e periféricas assim como Conceição. Residia na periferia de Belo Horizonte, neste contexto, conciliou seus estudos com o trabalho de doméstica em sua juventude, em suas próprias palavras: Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços domésticos. Cozinhar, arrumar, passar, cuidar de crianças. Também eu, desde menina, aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. O mesmo acontecia com os deveres de casa. Ao assistir os meninos de minha casa, eu estendia essa assistência às crianças da favela, o que me rendia também uns trocadinhos. Além disso, participava com minha mãe e tia, da lavagem, do apanhar e do entregar trouxas de roupas nas casas das patroas. Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos (Evaristo, 2009, não paginado).

sem olhar, que era o pai de seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de uma outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! Tou sozinho! (Evaristo, 2016, p.24).

Nessa passagem, percebemos as fraturas dos relacionamentos de casais racializados, marcados por muitas violências em que a felicidade parece não ser destinada a eles. Dessa maneira, se procurarmos observar com mais atenção nesse ponto, vemos que realmente não há como ter felicidade. Herdeiros da animalização colonial, diariamente, tem todos os tipos de privação em que manter laços seja quase impossível diante da subalternidade.

O conto “Maria” em muito dialoga com obras literárias que são trabalhadas nesta tese, seu título faz referência ao nome mais comum⁴¹ de mulheres brasileiras e a ocupação mais recorrente das mulheres negras no Brasil, o trabalho doméstico. Nesse sentido, Maria é só mais uma mulher comum vivendo como tal. Contudo, são nessas irrelevâncias cotidianas que Conceição desfaz os laços daquilo que é genérico para narrar a significância daqueles que são insignificantes para o sistema capitalista.

Mulher, negra, pobre e empregada doméstica e/ou diarista⁴², no final do dia, precisa se aventurar no transporte coletivo com as sobras da festa da patroa e a gorjeta ganhada em hora oportuna, para os filhos menores que estavam gripados. Dos restos da patroa à exposição dos filhos a qualquer tipo de violência na favela, vemos essas mazelas da desigualdade no depoimento da própria Conceição sobre sua realidade e de mulheres semelhantes assim como no relato de Maria Carolina de Jesus: “Carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhantemente para as nossas mãos. Restos” (Evaristo, 2009, recurso online).

Na aventura diária do transporte coletivo, o reencontro com o pai do primeiro filho, que traz todos aqueles sentimentos esquecidos retomados por breve momento, a emoção de poder transmitir o recado afetuoso do pai ao filho, a lembrança da faca

⁴¹ De acordo com o levantamento inédito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nome próprio mais comum no Brasil é Maria. Segundo o órgão, 11,7 milhões de brasileiras têm esse nome (Informações retiradas do Censo Demográfico 2010).

⁴² Não é evidente no texto, contudo, aparece sua relação com a patroa.

a laser que lhe cortou o dedo no dia anterior. As mesmas facas a laser que dilaceram o corpo esperançoso da mulher/mãe de comunicar o afeto paternal. Nesse sentido, a figura paterna que apresenta o abandono, é no mesmo sentido, o patriarcado que desvaloriza e violenta os filhos racializados dessa sociedade brasileira.

Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (Evaristo, 2016, p. 44).

Em espaços distintos, privado ou público, tanto Ângela quanto Maria sofreram o mesmo destino: a morte. A perversidade cometida em grupo contra Maria não é enquadrada legalmente como feminicídio, porém, é visível que ela foi linchada graças a sua condição de ser mulher. O fato dela ser ex-mulher daquele homem e não ter praticado o crime não a colocou a salvo naquele instante em que o motim foi criado para correção, não do delito cometido por ele, nem perto ele sofreu as mesmas consequências, mas o ódio e desprezo foram para ela. E como se Maria fosse apenas uma extensão daquele ser masculino, dessa maneira, naturalmente, ela compactua com suas ideias e ações. Por isso, Rita declara sobre a crueldade e o desamparo das mulheres crescem na proporção que a modernidade e do mercado - facas a laser - se ampliam e “apesar de todo o aparato jurídico que se conhece, desde a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, com a expressão “direitos das mulheres”, podemos, sem dúvida, falar da barbárie crescente de gênero moderno, ou do que já é chamado “genocídio de gênero” (Segato, 2012, p. 108).

Se no conto “Maria”, é possível observar uma das facetas monstruosas do “genocídio de gênero”, sem um final esperançoso. Em “Quantos filhos Natalina teve?”, outro conto de *Olhos d'água* (2014), Conceição trabalha a violência contra o corpo feminino por outro ângulo. Sexualidade e violência caminham juntas nessa narrativa e são perpassados pela temática da maternidade.

Semelhante a personagem Maria, Natalina também é uma mulher negra periférica, vive a gestação quatro vezes, contudo, só na última se torna mãe. Filha de

pais muito pobres, no qual sabemos que a mãe trabalhava na cozinha da madame e o pai não sabemos sua profissão, tem seis irmãs, no qual ela é mais uma boca para ser alimentada entre os seis. Desde de muito nova, ajuda com a limpeza e cuidados da casa e de suas irmãs mais novas. Cedo também, inicia a sua vida sexual. No barraco de Bilico, “os dois brincavam prazerosos sempre” (Evaristo, 2014, p.45), ainda menina, “ia fazer catorze anos” (Evaristo, 2024, p.44) engravida do namoradinho de aventuras e descobertas dos prazeres do corpo. Sem querer viver a maternidade e muito menos ter condições psicológicas e financeiras para isto, Natalina “sabia de certos chás” (Evaristo, 2014, p.44) e toma por vários dias, mas os chás não resolviam. A mãe da menina percebe a gravidez e ela mesmo faz as beberagens, se não desse certo, levaria a menina a Sá Praxedes. Com medo da parteira, Natalina foge de casa, e com outra menina-mulher pega um trem para longe daquela mulher que comia crianças. A verdade é que ela “Não queria o menino, mas também não queria que ele fosse comido pela velha. Uma enfermeira quis o menino. A menina-mãe saiu leve e vazia do hospital!” (Evaristo, 2024, p.45).

A segunda gravidez é também sem querer, Natalina já era uma mulher adulta e sabia como evitar “tomava os seus chazinhos, às vezes, o mês inteiro” (Evaristo, 2014, p.46), entretanto, “uma semente teimosa vingou” (Evaristo, 2014, p.46), e mais uma vez ela estava esperando um filho que ela não queria ter. Ao contrário da mulher, Tonho, companheiro de prazer, queria formar família e chorou de alegria com a notícia. Só não compreendeu “a recusa de Natalina diante do que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz. Uma casa, um homem, um filho...Voltou levando consigo o filho que Natalina não quis” (Evaristo, 2014, p.46).

A terceira gravidez, ela também não desejava, contudo, diferente das duas primeiras, foi planejada e muito bem organizada, não por Natalina, mas pela patroa, “Ela queria e precisava ter um filho” (Evaristo, 2014, p.47), e Natalina mais uma vez terceirizou seu corpo e engravidou para que os outros fossem felizes:

Natalina lembrou-se de Sá Praxedes comendo crianças. Vai ver que a velha, um dia, comeu o filho desta mulher e ela nem sabia. Lembrou da primeira criança que tivera e que nem tinha visto direito, pois fora direto para as mãos-coração da enfermeira que seria a mãe. Lembrou da segunda que ela deixara com o Tonho, pai feliz. Não entendeu porque aquela mulher se desesperava e se envergonhava tanto por não ter um filho. Tudo certo. Deitaria com o patrão, sem paga alguma,

tantas vezes fosse preciso. Deitaria com ele até a outra se engravidar, até a outra encontrar no fundo de um útero, que não o seu, algum bebê perdido no limiar de um tempo que só a velha Praxedes conhecia (Evaristo, 2014, p.47).

A quarta e última gravidez, também foi sem querer, mas ao contrário das três anteriores, Natalina quis o filho, porque naquela ela não devia nada a mais ninguém, não tinha Sá Praxedes, Tonho, patroa ou pai do bebê para cobrar o preço da maternidade. Em um contexto de extrema violência, é narrado de maneira lírica e contrastiva o estupro vivido por Natalina. Levada de carro para algum lugar, onde “Escutava o estalar dos ramos secos” (Evaristo, 2014, p.49), um dos homens que haviam invadido sua casa procurando por um suposto irmão - no qual “Ela não sabia o que responder. Não tinha irmão algum. Saíra de casa anos atrás, deixara a mãe, o pai e as seis irmãs” (Evaristo, 2024, p.49) - puxou ela violentamente do carro, jogou ela no chão, desamarrou suas mãos e pediu pra fazer um carinho. Entre ódio e pavor, ela obedecia a tudo, quase na hora do gozo, ele tirou a venda dos seus olhos: “Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor. A noite escura não permitia que divisasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela. Depois tombou sonolento ao lado” (Evaristo, 2014, p.50). Nesse momento, ao tentar se afastar dele, Natalina sentiu a arma jogada no chão, não hesitou: “O tiro foi certo e tão próximo que Natalina pensou estar se matando também. Fugiu. Guardou tudo só pra ela” (Evaristo, 2014, p.50).

Além de guardar o segredo do estupro, “o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada. (...) a coragem da vingança e da defesa. (...) a satisfação de ter conseguido retomar a própria vida” (Evaristo, 2014, p.50). Natalina guardou mais, guardou o que somente uma mulher fértil poderia guardar, guardou a semente invasora daquele homem.

Longe de idealizações sobre a mulher, sexualidade e maternidade, Conceição narra a trajetória da mulher que em nenhum momento se vitimiza com o contexto das suas gestações nem mesmo na meninice, quando foge de Sá-Praxedes. E quando Natalina se torna vítima de um estupro, ela reverte a situação de violência e torna-se livre para então ser mulher-mãe.

Sua passividade não se confirma, quando se defende do estuprador. Neste ato e espaço discursivo, pois lugar de produção, se entrelaçam

significações atravessadas, paradoxalmente, por início e fim, uma vez que “Um filho” ali “fora concebido” ...” (n) os frágeis limites da vida e da morte” (Campello, 2016, p. 5960).

Conceição reconstrói a representação da maternidade e da mulher-mãe, distante da criada pelo romantismo na narrativa de fundação do Brasil, intitulada *Iracema* (1865), de José de Alencar. Iracema, índia tabajara, após viver um amor romântico com Martim, português colonizador, descobre-se grávida, mas Martim precisa partir para defender, junto a Poti, a tribo pitiguara. Sem a presença dele, Iracema concebe o filho sozinha, e nomeia seu filho com Martim, de Moacir, que significa o nascido da dor. Iracema fraca pelo trabalho de parto e triste pela falta do amado, morre após entregar o filho aos braços do pai.

Se Iracema representa a origem da população brasileira através da vitória do colonizador e invasor sobre os povos originários junto ao fortalecimento do patriarcado. Isto é, o símbolo nacional da colonização. A personagem Natalina representa justamente o contrário, o processo de descolonização da figura da mulher, especialmente ao representar a mulher negra brasileira. Por isso, o significado do seu nome seja tão relevante, nesse contexto, quanto o significado do nome Moacir. Natalina significa o nascimento, a celebração da construção de novos sentidos e a ressignificação dos mitos patriarcais. Nesse sentido, Conceição demonstra que o filho continua sendo feito a partir da violência e da violação do corpo feminino, mas o pai está morto e não será mais a figura que sustenta o filho nos braços. Isto porque a mãe está livre e (...) “feliz. O filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz e só consigo mesma” (Evaristo, 2014, p.50).

4 OUVINDO OS SILÊNCIOS: porque “o quartinho da empregada é a senzala moderna”

Sou uma Carolina
 Sou uma Carolina
 Trabalhei desde menina
 Na infância lavei, passei, engraxei...
 Filhos dos outros embalei
 Sou a negra escritora que virou notícias nos jornais
 Foi do Quarto de Despejo aos programas de TV
 Sou uma Carolina
 Escrevo desde menina
 Meus textos foram rasgados, amassados, pisoteados
 Foram tantos beliscões
 Pelas bandas lá de Minas
 Eu sou de Minas Gerais
 Fugi da casa da patroa
 Vassoura não quero mais
 A caneta é meu troféu
 Borda as palavras no papel
 É tudo o que quero dizer
 Sou uma Carolina
 Feminino e poesia
 A negra escritora que foi do
 Quarto de Despejo aos programas na TV
 Hoje uso salto alto
 Vestido decotado, meio curto e com babados
 Estou na sala de estar
 No meu sofá aveludado
 Porque...
 Sou uma Carolina
 Feminino e poesia
 Pobreza não quero mais
 A caneta é meu troféu
 Borda as palavras no papel
 É tudo o que quero dizer...
 Carolina...
 (Tula Pilar, 2020, p. 30-31)

Neste capítulo, são analisados os relatos escritos pelas próprias trabalhadoras domésticas e/ou de seus familiares presentes no livro *Eu, a empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) de Joyce Fernandes, conhecida

artisticamente como Preta-Rara. Relatos que carregam a história, memórias, sentimentos antagônicos e traumas.

Na imensidão de vozes presentes no livro, para serem ouvidas e discutidas ao longo deste capítulo, escolhi textos que de alguma maneira buscavam a ruptura de alguns padrões - opressões - exercidos pelas figuras de poder do ambiente doméstico. Fiz isso, na tentativa de não somente expor a estrutura racista e colonial presente no trabalho doméstico, mas em demonstrar que as trabalhadoras domésticas não concordam nem mesmo são *tão* obedientes às imposições deste trabalho. Elas, assim como as pessoas escravizadas e subalternizadas no país, lutam diariamente pelos seus direitos e reconhecimento profissional.

Para iniciar a análise, é interessante pensar o mercado ocupacional trabalhista no Brasil e para isso, início o capítulo explorando o primeiro vídeo publicado na playlist intituladas “vagas arrombadas” situada no canal “Matando Matheus a Grito” do *Youtuber* Matheus Marques. Segundo o próprio influencer, esta é uma das séries mais procuradas e visualizadas pelos inscritos de seu canal, demonstrando o alcance desta temática.

Faço isso em busca de observar as desigualdades presentes nas ofertas de emprego no Brasil. Para isso, busco aproximar dois tipos diferentes de textos - que trabalham com palavras ou diferentes multimídias, entre elas, as imagens e os vídeos - que foram publicados em redes sociais e plataformas digitais. Por mais que tenham formatos e sejam classificados de maneira distintas, não deixam de trabalhar a mesma temática e serem destinados a um público comum. Entendo que as ofertas de emprego publicadas através da playlist “Vagas arrombadas” tem como função inicial neste capítulo, introduzir o pensamento sobre a colonialidade em todas as camadas da sociedade brasileira.

4.1 DAS VAGAS “ARROMBADAS” AO TRABALHO QUASE ESCRAVO: relações de poder no mercado de trabalho brasileiro

No canal Matando Matheus a Grito, do *site* Youtube, Matheus Marques criou uma playlist intituladas “vagas arrombadas⁴³”, inspirada pela página de Facebook com o mesmo nome. São 14 vídeos gravados nos últimos 4 anos, a partir do ano de 2020, em que são apresentados anúncios de vagas de trabalho, que se destacam pelo perfil de exploração. Nesse sentido, a criação do termo “vagas arrombadas” tem como principal objetivo denunciar vagas que exigem dos trabalhadores habilidades discrepantes entre si, seja com o cargo ou salário oferecido. Pode-se explicar pelas famosas vagas destinadas aos estagiários, em que se pede um período de experiência. Ora, se é destinada à candidatos em período de formação não faz sentido buscar experiência, já que a prática será exercida no ambiente de trabalho - não seria essa a principal motivação dos estágios obrigatórios dos cursos superiores?

Se falamos de jovens estagiários, por exemplo, busca-se aproveitar a inexperiência e o entusiasmo pelo aprendizado no funcionamento do mercado de trabalho. Em contrapartida, as pessoas mais experientes são, por muitas vezes, eliminadas das vagas justamente devido ao conhecimento e astúcia a respeito da lógica do mercado de atividades.

Essas incongruências fazem parte de muitos anúncios, um tanto absurdos, pois neles é possível observar uma das situações comuns do mercado de trabalho⁴⁴ no

⁴³ Para assistir a *playlist* com todos os vídeos postados até o momento, acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=u7XAR84xHDY&list=PLcofSMh5qvuPOhpLf7eKTRE7r8OK7AfNo>.

⁴⁴ Segundo a definição do Gestrado UFMG, mercado de trabalho “Pode ser definido a partir da relação entre aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego num sistema típico de mercado onde se negocia para determinar os preços e quantidades de um bem, o trabalho. O seu estudo procura perceber e prever os fenômenos de interação entre esses dois grupos, tendo em conta a situação econômica e social do país, região ou cidade. Assim como em todo mercado, o mercado de trabalho também possui compradores e vendedores, sendo que os compradores são os empregadores e os vendedores são os empregados.

O mercado de trabalho é, assim, composto de todos os compradores e vendedores de trabalho. Alguns desses participantes podem não ser ativos num dado momento, no sentido de estar procurando novos trabalhadores ou novos empregos, mas, em qualquer dia dado, milhares de empregadores e trabalhadores encontram-se no mercado.

Pode-se dizer que as circunstâncias sob as quais os empregadores e empregados alugam os serviços de mão de obra constituem claramente um mercado e por vários motivos. Alguns motivos são destacados por Ehrenberg e Smith (2000, p. 2). Em primeiro lugar, instituições foram desenvolvidas para facilitar o contato entre compradores e vendedores de serviços de trabalho. Em segundo lugar, uma vez que o contato seja atingido, informações sobre preço e qualidade são tocadas. Inscrições para emprego, entrevistas e mesmo informações verbais, a partir de amigos, ilustram esse tipo de intercâmbio no mercado pela mão de obra. Em

Brasil: a tentativa de burlar o sistema de leis que envolvem os trabalhadores. São muitas as situações que desfavorecem os trabalhadores, entre elas, são oferecidas supostos benefícios que de longe favorecem a carreira dos profissionais, mas danam estes sujeitos, usurpando os direitos obtidos em anos de luta.

A característica “arrombada” atribuída às vagas é significativa, se pensarmos a partir da sua etimologia. De acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, na morfologia, “arrombada” é um substantivo feminino que tem como primeira acepção “ato ou efeito de arrombar (arrombamento), ou na acepção da língua brasileira informal: mulher que se prostitui por dinheiro (prostituta). Se para alguns não é conveniente a prostituição da profissão, para outros é a única maneira de se fazer parte do grande mercado trabalhista, desvalorizados e subalternizados às camadas de opressões já impostas pela racialização, não tem outra saída que aceitar o

terceiro lugar, quando um acordo é atingido, algum tipo de contrato é executado, abrangendo a compensação, as condições de trabalho, segurança no emprego e até a duração do emprego. Cabe ressaltar que os contratos trabalhistas requerem normalmente que os empregadores remunerem os empregados por seu tempo e não pelo que produzem. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), alguns mercados de trabalho, particularmente aqueles em que os vendedores de mão de obra são representados por um sindicato, operam sob uma série formal de regras que governam parcialmente as transações comprador-vendedor. Existem mercados sindicalizados onde, por exemplo, os empregadores devem fazer a contratação em uma sala específica do sindicato, escolhendo a partir de uma lista de trabalhadores sindicalizados. Em outros, o empregador tem a opção sobre quem contratar, mas está limitado por um acordo entre sindicato e empresa, em questões como a ordem em que os empregados podem ser demitidos, procedimentos concernentes a queixas do funcionário e cronograma de compensação, a carga ou ritmo de trabalho e promoções. Os mercados para empregos no governo e com grandes empregadores não sindicalizados também tendem a funcionar sob normas que restringem a autoridade da administração e asseguram tratamento justo aos funcionários. Em muitos casos, as transações do mercado de trabalho não são feitas dentro do contexto de normas ou procedimentos escritos. A maioria das transações em que um funcionário muda de empregador ou em que está acabando de ingressar no mercado incide nessa categoria. Normas ou procedimentos escritos geralmente não governam transações dentro da empresa – como promoções e demissões – para empregadores menores não sindicalizados. Embora os empregos nesse setor do mercado de trabalho possam ser estáveis e bem-remunerados, muitos não o são. Empregos mal remunerados e instáveis, às vezes, são considerados um mercado de trabalho secundário. O resultado final das transações empregador-empregado no mercado de trabalho, naturalmente, constitui-se na colocação de pessoas em funções mediante certas taxas de pagamento. Essa alocação da mão de obra serve não apenas às necessidades individuais das pessoas, mas também às necessidades da sociedade em geral”. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

“arrombamento” - que para as mulheres pode estar ligado a uma outra acepção desta palavra.

Por isso, nos vídeos de conteúdo produzidos pelo Matheus ou na página de Facebook, tem como apresentação a seguinte oração: “Quanto mais engraçaralho o anúncio da vaga, mais piada será o salário”. No qual demonstra a cruel realidade do mercado de trabalho brasileiro no ambiente urbano, que recria muitas maneiras de se desfavorecer à classe trabalhadora através de propostas de subempregos.

É com a tentativa de rir da própria tragédia que os produtores de conteúdo assim como os próprios trabalhadores ativos nos comentários dos vídeos e das publicações das redes sociais lidam com a problemática do mercado de trabalho. É possível ver essa estratégia no anúncio abaixo em que a solicitante procura “mulher idosa” para morar com ela, cuidar da casa e filhos por apenas R\$1,00.



De maneira sarcástica, um dos seguidores da página, responde ao anúncio, dizendo que aluga a própria avó. Diante da insensatez anunciada nesta vaga, talvez a única resposta apropriada seja a de menosprezo. Por isso, o tom humorístico utilizado neste comentário ajuda a compreender o manifesto de repúdio e crítica a esse tipo de anúncio que fere os direitos trabalhistas e, ao mesmo tempo, os direitos previstos no “Art. 4 Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei” (Governo do Brasil,

2022, recurso *on-line*), inscrito na Lei nº 10. 741⁴⁵, que dispõe sobre o estatuto da pessoa idosa.

Isto é, o riso é uma maneira de expressar toda a indignação contra a opressão e subalternização presente no mercado de trabalho. Em entrevista ao *Jornal do Campus*, o professor de História e autor do livro “Raízes do riso”, Elias Thomé Saliba afirma:

Mas o riso também é a arma social dos impotentes. No decorrer da história, o próprio riso popular permitiu que se criasse, cada vez mais, uma cultura da divergência, ativa e oculta – mostrando como o humor se tornou uma arma política importante contra os regimes repressivos. Se não se pode mudar a história real, muda o sentido dela. O riso, a piada é, essencialmente, alteração de sentido, reversão de significado. No caso brasileiro, humor e riso compensam também a falta de identidade. Uma sociedade mal costurada, que sempre praticou a exclusão. Brasileiros só se sentem brasileiros em momentos emocionais, rápidos e circunstanciais – quando toca o Hino Nacional, tem jogo da seleção. O humor funciona como o carnaval e o futebol para o brasileiro ter este momento efêmero e emocional de identidade (Saliba, 2010, não paginado).

Isso explica o sucesso dos vídeos do Matheus e das páginas que inspiraram o *youtuber* a se dedicar ao conteúdo que explora os anúncios das “vagas arrombadas”. O número de visualizações e curtidas demonstram o quanto o brasileiro concentra-se nesta temática e crítica, de maneira irônica, o funcionamento do mercado de trabalho. Satirizar é uma maneira de expulsar coletivamente a sensação de aflição diante da desvalorização, bem como posto pelo historiador Elias Saliba, rir transforma-se em arma dos impotentes, neste caso, é sustentada pelos trabalhadores.

Nos comentários dos vídeos feitos pelos inscritos no canal pode-se observar a momentânea relação de união que se cria entre essas pessoas que expõem suas próprias experiências desagradáveis vividas ou nas entrevistas de emprego ou nas empresas exercendo suas atividades de trabalho remunerado. Os inscritos dialogam entre si e o *Youtuber* demonstrando que se identificam com as situações de abuso expostas nos vídeos. Isto é, constroem-se, mesmo que momentânea e de maneira sarcástica, uma rede de desabafo e apoio entre trabalhadores. Tanto que um dos

⁴⁵ “Para ter acesso ao texto da lei integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 08 fev. 2024.

comentários comuns feitos sobre o conteúdo do vídeo é uma das falas de João Grilo⁴⁶, retirada do longa-metragem *Auto da Compadecida* (2000) de Ariano Suassuna, que diz: “É tanta qualidade que exigem para dar emprego que não conheço um patrão com condições de ser empregado.”

Se a playlist de vídeos demonstra o riso com uma construção histórica utilizada pelos brasileiros para enfrentar os abusos anunciados nas vagas, também ressalta que a colonialidade, como o lado mais escuro da modernidade (Mignolo, 2017). Porque não existe a modernidade sem sua principal constituinte “a colonialidade”, fundada nos colonialismos de outrora.

Nesse sentido, a discussão que aqui se inicia traz como cerne as incongruências em torno do mercado de trabalho brasileiro geradas pela sua conexão com o passado colonial. Especialmente, as distorções que envolvem aquilo que Aníbal Quijano denominou de sistemática divisão racial do trabalho.

Uma das questões levantadas por Matheus é a exigência de alguns requisitos principais para se concorrer a estas vagas. Se engana quem presume que as exigências sejam somente voltadas às atribuições escabrosas, daquelas que o profissional além de exercer as atividades da sua área de formação deve ter competência emocional para driblar as adversidades do ambiente de trabalho, possuir o domínio de várias ferramentas de edição, falar inglês e alemão, fluentemente, além de servir um cafezinho aos chefes da empresa. Atribuições que por si só representam incoerência com a realidade dispar na aquisição de estudos e conhecimento técnico num país de grandes desigualdades sociais, como o Brasil.

Em muitas vagas, sobretudo, o que mais se destacam são as exigências um tanto duvidosas, pois não é requerido profissionais com melhores qualificações mesmo que o salário não condiz com o esforço, tempo e dinheiro investido nestas carreiras. Pelo contrário é solicitado às pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social, são aqueles que se encontram isolados de seus familiares, jovens recém-chegados do interior e/ou com baixa escolaridade, mulheres idosas com pouca escolaridade ou até mesmo imigrantes, nos faz entender o lado obscuro do mercado de trabalho, bem-posto por Aníbal Quijano.

⁴⁶ João Grilo é um personagem dos contos populares no Brasil, conhecido pelo seu comportamento irônico.



Este anúncio que foi retirado da página do Facebook “Vagas Arrombadas”⁴⁷ nos traz informações interessantes sobre os requisitos solicitados pelo anunciante, ser venezuelano ou angolano com agilidade. Ser ágil é esperado como habilidade na execução das tarefas de auxiliar de expedição⁴⁸, porém, ser pessoa migrante particularmente da Venezuela ou Angola indica a preferência por pessoas que se encontram em vulnerabilidade social no Brasil, atualmente. Neste sentido, pode-se ter como cerne da discussão a colonialidade presente no mercado de trabalho, assim como em todas as esferas da sociedade colonizada.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o

⁴⁷Para ter acesso ao anúncio e a página citada, clique no link disponível em: <https://pt-br.facebook.com/vagasVTNC/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

⁴⁸ De acordo com o site Gupy - Guia de profissões: “Uma pessoa que trabalha como Auxiliar de Expedição é responsável pelo despacho de mercadorias para os clientes da empresa. Ou seja, é a pessoa responsável por todo o processo de expedição de produtos, desde a sua separação e empacotamento, até o carregamento dos produtos para o transporte. De modo geral, uma pessoa Auxiliar de Expedição faz todo o processo prático para que os produtos saiam do estoque e cheguem até os clientes. Em alguns casos, também pode auxiliar no registro e organização da documentação desses materiais”. Disponível em: <https://www.gupy.io/profissoes/auxiliar-de-expedicao#:~:text=Uma%20pessoa%20que%20trabalha%20como,dos%20produtos%20para%20o%20transporte.> Acesso em: 07 fev. 2024.

momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (Quijano, 2000, p.119).

Vale destacar que a situação de imigração tem sido problemática em qualquer lugar do mundo, e isso, tem relação direta com o processo de colonização empreendido pelos países europeus e pelos diferentes graus das formas de exploração e colonialidade.

No Brasil, por exemplo, cidadãos venezuelanos⁴⁹ e aqueles que provêm de países africanos⁵⁰ sofrem com a discriminação racial, étnica e de gênero. Atualmente, devido ao fluxo migratório no Brasil são alvos destes anúncios, que se destacam pela super exploração. São indivíduos que estão distantes de seu país de origem, devido a crises econômicas e humanitárias, migram com a esperança de encontrarem condições efetivas de sobrevivência. Contudo, devido ao grande desafio de integralização e formalização de imigrantes pelo Estado, são expostos a situações de completa desumanização.

No entanto, tais garantias parecem ser irrelevantes quando referidas à recepção do “outro” (Quijano, 2009), cuja cidadania é negada quando não tem acesso à educação inclusiva, ao mercado de trabalho formal condizente com suas competências, à participação nas decisões políticas e sociais que lhes afetam, dentre outros direitos violados que passam a questionar, inclusive, a sua humanidade (Miguel, 2020, p. 2).

⁴⁹ Nos últimos anos, cresceu o número de notícias de pessoas que foram encontradas em regime de trabalho análogo ao escravo, principalmente, imigrantes. Em Santa Catarina, um grupo de 24 venezuelanos foram resgatados de alojamentos em condições precárias. Viviam com suas famílias no local:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/02/10/venezuelanos-com-recem-nascidos-e-criancas-sao-resgatados-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-sc.ghtml>. Outra notícia sobre trabalho análogo à escravidão envolvendo venezuelanos.

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Fevereiro/mte-encontra-seis-imigrantes-venezuelanos-em-situacao-irregular-de-trabalho-em-sao-paulo>

⁵⁰ Vale lembrar da história de Moïse Kabamgabe, jovem que chegou no Brasil no ano de 2011, fugiu de conflitos armados na República Democrática do Congo. Foi espancado até a morte em um dos quiosques na Barra da Tijuca ao cobrar pagamentos atrasados, leia a matéria na íntegra “Congolês morto em quiosque na Barra da Tijuca foi espancado por 15 minutos, diz primo”. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/congoles-morto-em-quiisque-na-barra-da-tijuca-foi-espancado-por-15/214051/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

Isto é, neste caso, entramos na discussão sobre a (des) qualificação desejável pelos empregadores, é nítida, mas injustificável, a intenção destas pessoas que anunciam às claras e de maneira objetiva a busca por pessoas que supostamente serão fáceis de serem exploradas. Já que estas pessoas não estão inscritas e totalmente legalizadas, ficam à mercê de anúncios falsos, uma vez que prometem benefícios que não vão arcar futuramente.

A reflexão da identidade nacional forjada no colonialismo e na inferiorização de outros corpos e nacionalidades, que manteve as relações de poder colonial na sociedade e reproduz os mecanismos de discriminação pelos quais passou, é fundamental para compreender a relação distinta do brasileiro com a migração, quando advinda do Norte global em relação ao Sul global, aqui representado pela Venezuela (Miguel, 2020, p. 2).

Um dos casos marcantes, aconteceu recentemente no estado de Santa Catarina, no qual 24 trabalhadores venezuelanos foram encontrados em condições análoga à escravidão. Viviam junto a seus familiares em alojamentos com condições precárias, no qual os próprios trabalhadores construíram enquanto viviam de maneira improvisada em quartos com seus familiares. Ao todo, foram resgatadas 39 pessoas, incluindo crianças e dois bebês gêmeos.

Além da condição de escravidão moderna, é importante ressaltar que essas pessoas foram aliciadas através de um anúncio publicado em uma página voltada somente para refugiados venezuelanos, no qual oferecia remuneração de até R\$ 3.000,00 reais com moradia e alimentação fornecidas pela empresa contratante. Diante da oportunidade de trabalho, os imigrantes venderam seus pertences pessoais e saíram com seus familiares das cidades de Chapecó e Itapiranga, no Oeste do Estado, rumo ao Alto Vale do Itajaí de transporte contratado pelo empregador. Contudo, além de viverem com a precariedade dos abrigos, trabalhavam na informalidade, sem carteira assinada ou qualquer outro direito trabalhista assegurado.

De maneira semelhante, muitas mulheres deixam sua cidade de nascimento e familiares em busca de uma oportunidade digna de trabalho. Atraídas pelas as possíveis vantagens de se morar no emprego, entre elas, não ter que arcar com aluguel e as contas que sustentam uma casa, já que estão longe de sua rede de apoio. Aceitam realizar o trabalho doméstico com a dinâmica de dormir no próprio trabalho.

São nesses tipos de trabalho, que mais encontramos o trabalho análogo à escravidão. A situação degradante e insustentável vivenciada pelos imigrantes venezuelanos é próxima da situação de trabalhadoras domésticas que vivem a dinâmica de trabalho de dormirem no emprego.

O aliciamento seja de imigrantes ou mulheres pobres é mais uma maneira que o sistema colonial moderno conseguiu constituir - por meio da colonialidade - a fim de explorar, subjugar e desumanizar pessoas, em prol de conservar uma estrutura permanente de controle político, econômico e racial.

4.2 DE MUCAMAS E CRIADAS À TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Entre tantas vagas desagradáveis aos olhos dos trabalhadores, as que mais se destacam pela naturalização da exploração, humilhação e apagamento dos direitos trabalhistas, são as vagas voltadas para o trabalho de cuidado e limpeza. O próprio youtuber Matheus Marques bem como seus seguidores em seus comentários observam a relação próxima do trabalho doméstico com as atividades feitas pelas escravizadas da casa grande. Comentários que ressaltam a aproximação entre o trabalho doméstico e a escravidão, por exemplo, o comentário feito pela inscrita no canal que diz: “Pobre que pensa que é rico, com mentalidade escravista, oferece “empregos” com salários que eles jamais aceitariam, mas acham válido explorar quem é mais pobre. Gente assim tem horror do bolsa família!”⁵¹. A perspectiva levantada pela inscrita é genuína, nos anúncios de vagas de emprego, podemos observar o interesse das camadas populares “em copiar” os gestos das camadas sociais abastadas, fato que se evidencia no anúncio seguinte:

⁵¹ Comentário feito pela @alineferreirademello.

Agius Machado ▶ Empregos [redacted] ***
27 min · 🌐

PRECISA-SE DE UMA DOMÉSTICA !!!

⚠️⚠️⚠️⚠️⚠️ MEIO PERÍODO (DE 12:00 ÀS 18:00 DE SEGUNDA A SEXTA) ⚠️⚠️⚠️⚠️⚠️

EM APARTAMENTO!!!

🍽️ TERÁ ALMOÇO E SALÁRIO FIXO DE \$500 REAIS + DIREITO A PISCINA NOS FINAIS DE SEMANA PARA EMPREGADA E 3 VISITANTES!!! 🍽️

OBS: PRECISA TER REFERÊNCIA !

LOCAL: BAIRRO [redacted] (PROX: ATACADÃO DIA A DIA DA AV. [redacted])

ÔNIBUS PARA PRATICAMENTE NA PORTA!!!

INTERESSADAS CHAMAR NO 0 [redacted]

👍👎👏 33

32 comentários

Vagas ARROMBADAS
vagasVTNC

No anúncio acima, temos expressado em poucas linhas, aquilo que as próprias trabalhadoras designam como “ranço da senzala”. Numa jornada de atividades de meio período em que a trabalhadora terá direito ao salário de R\$ 500,00 reais - que não corresponde à metade do salário mínimo - e terão acesso à piscina com 3 acompanhantes nos finais de semanas. São as camadas que têm relações de poder, oferecer um salário abaixo do teto estabelecido, com o benefício do almoço. Falar sobre o almoço é algo extremamente complicado nas relações dentro da *casa de família*, porque as empregadoras não gostam que as domésticas comam da comida que é preparada por elas próprias, mas também não oferecem o vale alimentação.

Numa relação trabalhista, quando tratamos de benefícios, estamos falando de vantagens que são oferecidas pelo empregador ou empresa que, na maioria das vezes, cumprem com as leis trabalhistas (benefícios obrigatórios)⁵² e/ou oferecem benefícios complementares (benefícios opcionais)⁵³. Nos chama a atenção que nenhum dos benefícios oferecidos nesta oportunidade de emprego cumpram com a lei, nem mesmo o benefício opcional está de acordo com os principais benefícios geralmente concedidos pelos empregadores.

⁵² São considerados benefícios obrigatórios pela lei: férias remuneradas, 13º salário, vale-transporte, fundo de garantia por tempo de serviço e adicional noturno.

⁵³ Em contrapartida, os benefícios opcionais são aqueles oferecidos pela empresa para que a vaga de emprego seja mais atraente para os funcionários, funcionando como ferramentas de incentivo e retenção de profissionais nas empresas.

Isto é, o acesso à piscina com mais 3 acompanhantes não é uma vantagem oferecida que visa a qualidade de vida e o bem-estar do beneficiário. Pelo contrário, a oferta está relacionada com o pensamento racista e colonizado da sociedade brasileira que reproduz intensamente as relações de poder empregadas um dia pelo colonizador.

No próximo anúncio, poderemos observar as várias camadas de exploração e conversaremos com os relatos retirados de livro de Preta-rara, no qual poderemos saber pelas próprias palavras das trabalhadoras, o quão é difícil, viver sob essa realidade de exclusão, preconceito e exploração.

8 anos!

Terá uma ajuda de custo de 600, reais ou poderá optar por fazer um curso Técnico ou Faculdade no mesmo valor ou inferior. Terá wi-fi em casa e tv a cabo.

A ajuda de custo É nesse Valor porque também terei gastos com a pessoa que for morar em minha casa e isso também conta, então Por favor, Nos procure Apenas as pessoas que realmente se Encaixam nos requisitos e estejam realmente dispostas a se comprometer com o Trabalho!

whats: 9927... ver número / 9910... ver número / 9948... ver número

Detalhes

Categoria: [Vagas de emprego](#)

[Ligar](#) | [Chat](#)

Bruno (anunciante)

Logof ARROMBADAS

vagasVTNC

REQUISITOS:

- Que seja responsável
- Educada
- goste muito de criança de verdade
- Tenha paciência
- Seja ativa e tenha atitude e prestativa
- Que não tenha vícios como ficar no celular ou bebidas ou fumo.
- Seja SOLTEIRA sem namorado
- SEM FILHOS
- Sem Família aqui na cidade
- QUE SEJA RECEM CHEGADA DO INTERIOR e queira realmente crescer e estudar.

BENEFÍCIOS:

- Terá Conforto, roupa limpa, cama nova e Boa alimentação
- Materiais de Higiene Pessoal
- Folga de Sábado a partir do meio dia até Domingo as 21h
- Terá uma ajuda de custo de 600, reais ou poderá optar por fazer um curso Técnico ou Faculdade no mesmo valor ou inferior.
- Terá wi-fi em casa e tv a cabo.

Precisa-se de baba p/ morar entre 18 e 27 anos

Publicado em 24/09 às 22:55

Descrição

Preciso de babá PARA MORAR, apenas para auxiliar nos cuidados de dois meninos de 6 e 8 anos!

Dois outros comentários interessantes que dialogam com o anúncio acima, são expressados da seguinte maneira: "Recém chegada do interior"/"Sem família na cidade "/A pessoa pra exigir isso deve querer manter o outro em cativeiro, só pode⁵⁴ e "Esse negócio de sem família na cidade e recém chegada do interior me tem um cheirinho de tráfico humano"⁵⁵. Não há coincidências nos requisitos desta vaga, espera-se que seja alguém que se possa em realidade manter em cárcere privado para efetuar um trabalho custoso e repetitivo, reproduzindo a realidade de pessoas traficadas e escravizadas no Brasil.

⁵⁴ Comentário feito pelo inscrito @neet-sama1154.

⁵⁵ Comentário feito pela inscrita @larag3747.

Nesse sentido, no artigo sucinto intitulado *Mucamas, Criadas ou Domésticas*, escrito pelo professor de história Ricardo Corrêa Peixoto, em colaboração com a Brasil Escola, busca-se entender a relação próxima da história das domésticas com o trabalho dos escravizados, a partir da daquilo que o autor considera como com uma “genealogia” do trabalho doméstico remunerado, ao aproximar as atividades desenvolvidas pelas domésticas à das mucamas e criadas.

A história das domésticas brasileiras se confunde com a história de nosso escravismo, não só ela mas quase todas as funções desprestigiadas, pois, ao ex-escravo restavam as ocupações residuais como diria Florestan Fernandes, para esta afirmação corroboram os jornais da época e mais precisamente os classificados de empregos, que denunciam concomitantemente as opções destinadas às pessoas de cor, que mesmo após a abolição e proclamação da República, estavam patentes não apenas as desigualdades econômicas, mas, e sobretudo, as desigualdades existenciais, àquelas que possibilitam o vislumbrar, a esperança em conquistar um torrão do grão-pátrio (Brasil Escola, recurso online).

Portanto, após 136 anos da instituição da Lei Áurea, destinada a abolir o trabalho escravo no Brasil, ainda é reproduzido em grande parte o comportamento anunciado nos jornais da República. Continua-se à procura dos mesmos padrões de indivíduos para serem explorados, subalternizados e em alguns casos, escravizados, contudo, à maneira contemporânea. O fato de nos tornamos independentes de maneira política e econômica de Portugal, não alterou o comportamento assimilado com a invasão do Brasil, muito menos trouxe a restituição de valores simbólicos e físicos para os povos escravizados nestas terras, infelizmente de maneira lúcida e violenta, manteve-se os resquícios da colonização manifestada por meio da colonialidade de poder saber, ser e de gênero.

O livro de Preta-Rara demonstra a partir da ótica das trabalhadoras a exploração vivenciada no/pelo período de trabalho e previstos nos anúncios vistos anteriormente. Com relatos expressivos e dignos de aversão, às trabalhadoras bem como pessoas próximas a elas, relatam um cotidiano marcado pela exploração e, muitas vezes, a desumanização da doméstica, que carrega a herança colonial na história da profissão. Nesse sentido, o trabalho de cuidado e limpeza são essenciais para o funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal, no entanto,

apesar de necessário, deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado (Vergès, 2020).

4.3 EU, A EMPREGADA DOMÉSTICA: a senzala moderna é o quartinho de empregada

Joyce Fernandes publicou em suas redes sociais sua última experiência como trabalhadora doméstica e utilizou a hashtag *#empregadadomestica* a fim de motivar outras trabalhadoras a publicarem também algumas das experiências vividas no ambiente das *casas de família*. Para sua surpresa, sua atitude despertou interesse e motivação em outras mulheres que não só marcaram seus relatos com a sua hashtag como também enviaram e-mails e fizeram até chamadas telefônicas para ela, com o intuito de contar todos os tipos de situações vivenciadas pelo trabalho doméstico remunerado e parabenizá-la pela disposição de problematizar as condições de desumanização das trabalhadoras domésticas.

Os primeiros dois relatos apresentados no livro são da avó, Noêmia Caetano Fernandes e da mãe, Maria Helena da Silva, de Preta-Rara, ambas trabalharam, por anos, como domésticas. O breve relato da avó da Preta-Rara traz informações comuns aos relatos da mãe e da própria Preta-Rara, terceiro relato disponibilizado no livro.

No relato da avó de Preta-Rara, Noêmia Caetano, ela descreve situações que vivenciou no trabalho de doméstica ainda na sua infância. Seu relato reforça a desigualdade vivenciada no cotidiano da casa dos patrões: comer somente após todos os moradores terem feito suas refeições, a falta de equipamentos de segurança para o trabalho de limpeza, além de seus filhos serem *presenteados* pelas patroas com roupas e brinquedos usados, como exposto a seguir: “Eu trabalhei num apartamento que era no oitavo andar, e ela exigia que eu limpava muito bem as janelas. Então eu ficava pendurada com a cintura pra fora da janela” (Preta-Rara, 2019, p.16).

Embora as situações relatadas pela avó de Preta-Rara serem evidências concretas de transgressão dos direitos trabalhistas e carrega fortes marcas de associação ao trabalho escravo, a matriarca ainda não percebe as dimensões do racismo colonial presentes nas situações relatadas por ela mesma, tendo em vista a

seguinte afirmação: “Todas as minhas patroas foram boas pra mim, não teve muita ruindade não” (Preta-Rara, 2019, p.16).

No entanto, Maria Helena da Silva possui perspectiva distinta. A mãe de Preta-Rara, também, relata muitas situações de abuso, ela começou a trabalhar mais jovem que a avó de sua filha, com apenas sete anos de idade. Maria Helena vivia com seus avós, porque sua mãe era alcoólatra e devido a isso, sempre abandonava os filhos. A vida era difícil para ela e seus irmãos, especialmente, pelo fato de os avós serem mais velhos e com pouco dinheiro para a subsistência da casa. Certo dia, na rua da casa de sua avó, bate na porta, uma mulher à procura de uma criança que possa ir morar com ela, para brincar com seus filhos enquanto ela cuida das suas tarefas domésticas. A avó justificou que Maria Helena era muito jovem para realizar o trabalho da casa, porém, a mulher insistiu, disse que seria só para brincar com seus filhos, e em troca, pagaria os estudos, alimentação e roupas da menina. A avó acreditou na mulher e consentiu com a partida de sua neta, para viver com a família, pois a mulher afirmou morar na mesma cidade, Uberaba (MG). Contudo, Maria Helena foi levada de Uberaba (MG) para Campinas (SP) sem o consentimento de seus familiares com o pretexto de brincar com os filhos da mulher. A partir daí ela viveu de maneira desumana, no qual ela definiu como início do seu tormento, foram muitas situações de violência física e psicológica. Mas, ela conseguiu fugir desta casa com a ajuda de um vizinho que acionou os bombeiros.

O relato da mãe de Preta-Rara é forte e nos ajuda a visualizar a desumanização das pessoas negras desde a infância. Nele, também é possível observar a determinação de Maria Helena em relatar suas vivências traumáticas para que auxilie outras pessoas a expor e enfrentar situações similares às suas.

Já fui muito humilhada em outras casas. Nessa primeira tratada como escrava. Eu tô fazendo força para lembrar do nome daquela mulher, mas que eu não consigo lembrar. Na minha cabeça eu apaguei muita coisa dessa história ruim, só estou falando pra você minha filha, porque eu sei que vai ajudar muitas pessoas (Preta-Rara, 2019, p. 19).

Após essa experiência insuportável, que poderia ser configurada em cárcere privado de menor incapaz, ela menciona outro trauma, não ter aprendido a ler e escrever na vida adulta, apesar de todas as tentativas. A frustração e a decepção de

Maria Helena é um sentimento comungado com outras trabalhadoras domésticas, o analfabetismo é uma realidade cruel nesta profissão, de acordo com Jurema Brites: “um dos universos profissionais onde se encontram as mulheres mais pobres, com maior índice de analfabetismo e em geral provenientes de grupos étnicos marginalizados do país” (Brites, 2000, p.18).

Olá, sempre fui empregada doméstica e passei por muita coisa desde comer comida estragada e abuso psicológico. Trabalhei em um casa em que dormia no serviço e a patroa abusiva gritando me humilhando e as criança nem encostaram em mim com nojo por eu ser negra, e os pais riam , só de interior , negra e não tenho nenhum emprego de domésticas q guardo boas lembranças , mas por falta de oportunidade tenho q me sujeitar a isso ,tenho vinte sete e sete anos e estou no segundo ano de faculdade de Letras ano que vem me formo e sempre quando estou pensando em desistir lembro de todos esses fatos que me machucaram nesta profissão de doméstica e envio a cara nos livros pois penso o futuro e meus filhos não vão passar por isso e nenhuma sinhá vai me fazer abaixar a cabeça a todos os empregos de doméstica que que eu tive e que tentaram me calar eu posso eu quero e vou formar... (Preta-Rara, 2019, p. 32).

O olhar sobre a perspectiva do trabalho doméstico deve levar em conta não só as diferenças de gênero, como também às imposições de raça e classe, por isso, a interseccionalidade é a melhor maneira de compreender o entrecruzamento das opressões que perpassam os corpos das mulheres negras. A vulnerabilidade social relatada pela trabalhadora é também reforçada por Preta-Rara ao compreender a transposição da imagem da mulher negra escravizada nas trabalhadoras domésticas.

Eu entrei nesse ramo porque demorei para entender que currículo com boa aparência nunca é personificado em uma pessoa preta. Eu entregava diversos currículos e nunca era chamada para trabalhar. O único lugar que me recebeu de braços abertos foi o trabalho doméstico. E eu sei que se acontecer alguma coisa na minha vida e eu precisar trabalhar, esse lugar vai estar à minha espera. Eu fui empregada doméstica durante sete anos por conta disso – comecei com 18 anos (Preta-Rara, 2019, recurso online).

As situações relatadas pelas familiares mulheres de Preta-Rara e por ela dialogam, em certa medida, com os relatos das trabalhadoras publicados no livro. Além disso, demonstra uma realidade muito presente nas famílias de domésticas, de acordo Preta-Rara: “trago essa narrativa de quanto o trabalho doméstico é hereditário

para as mulheres pretas, por isso trago também o relato da minha avó, da minha mãe e o meu relato” (Preta-Rara *apud* Silva, 2019). A questão da hereditariedade do trabalho doméstico para as mulheres de baixa renda e majoritariamente negras é exposta, muitas vezes, no livro. Abaixo, um dos relatos sobre o legado da profissão:

Praticamente todas as mulheres da minha família iniciaram suas vidas como empregadas domésticas. Minha vó foi escravizada (porque essa é a palavra certa) desde criança. Minha mãe, ainda adolescente começou como babá em casa de família. Minha tia atualmente está se recuperando de crises de asma e uma pneumonia que adquiriu devido ao excesso de trabalho com água e produtos químicos (as irmãs da patroa dela levam as roupas de casa para ela lavar, como se ela trabalhasse em mais de uma casa) (Preta-Rara, 2019, p. 88-89).

Entre tantas histórias não contadas, Preta-Rara se envolve veemente com a causa das empregadas domésticas e por isso, organizou os inúmeros relatos que chegaram até ela, após criar a hashtag #EuEmpregadaDomestica, a fim de denunciar as experiências desagradáveis enquanto atuava como empregada doméstica. São fragmentos de histórias reais e cruéis sobre as desventuras destas trabalhadoras, que *nunca* apareceram nos livros históricos. Sobre isso, Taina Aparecida Silva Santos declara no prefácio do livro:

Exercício de revisitar minha própria história, que não é ensinada na escola, nem transmitida na televisão, e que, pelo menos, metade da população gostaria de esconder, ou porque tem vergonha de admitir os ocorridos ou porque são egoístas demais para compreender as complexidades (Preta-Rara, 2019, p. 9).

Sobretudo, *Eu, a empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) se distancia daquilo que é concebido, para muitos, como estrutural para os cânones. Uma coletânea de relatos em primeira pessoa - sem revisão ortográfica - sobre um tema *nada virtuoso* para os letrados, retirados de uma rede social popular para a *sociedade em massa*, o *Facebook*. O livro surge da iniciativa de Joyce Fernandes de tornar público os relatos que foram associados à sua *hashtag euempregadadomestica*. Os 286 relatos publicados no livro são originais, a autora não fez qualquer tipo de alteração do conteúdo ou da forma do texto. Isso porque, para

ela, é irrelevante a grafia ou o uso da norma padrão diante da gravidade da situação das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Os relatos que selecionei para este livro são inéditos. O editorial da Letramento e eu optamos por deixá-los na íntegra, assim como eu os recebi, sem edição e/ou cortes, para darmos voz àquelas que sempre foram silenciadas. Para mim isso é bastante importante, até porque todos esses relatos foram enviados pela trabalhadora ou por alguém próximo a ela. No processo de selecionar os relatos, foi bastante doloroso para mim reviver algumas opressões que eu já tinha vivido, ou sentir sensações que jamais vivi ao ler cada uma das palavras (Preta-Rara, 2019, p.7).

A preferência pela conservação dos textos em sua forma original é indicativa do interesse de Preta-Rara em apoiar o discurso de luta destas trabalhadoras, sem camuflar a fala delas com a “falsa” piedade da revisão de seus textos, pois ao revisá-los só estaria validando uma visão estigmatizada e depreciativa das domésticas. Muitas delas, senão a maioria, não tiveram a oportunidade de cursar a educação formal, pois já na infância se dedicavam ao trabalho do cuidado e limpeza, seja no próprio âmbito familiar ou na casa de terceiros.

Outro aspecto que deve ser levantado a respeito da questão de se fazer ou não necessária a revisão ortográfica e gramatical destes relatos resulta do ambiente no qual foram publicados os textos. São textos que originalmente foram publicados nas redes sociais de Preta-rara, é interessante destacar que as pessoas ao escreverem suas experiências ou de seus familiares não se preocuparam em se adequar a norma padrão de prestígio da língua, pelo contrário, o interesse estava em relatar e se unir ao uníssono de domésticas.

O fato é que a autora além de não inviabilizar as falas de companheiras de ex profissão, assegura de maneira pública e coletiva a importância de ouvir e buscar compreender as condições desfavoráveis de trabalho das domésticas. O movimento de Preta-Rara torna prática a perspectiva defendida por Lélia González, que devemos ser sujeitos do nosso próprio discurso, pois “na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico” (González, 2020, p. 291).

Assegurar às trabalhadoras o poder à fala mais verossímil a sua realidade faz com que elas possam construir e desconstruir suas identidades como trabalhadoras domésticas sem romantismos, sem alusões ao pertencimento forçado e criado pelo discurso “é quase da família” pelos seus empregadores. O manuseio da escrita, assim como a fala na terapia, pode agir de maneira curativa e libertária para aqueles que foram silenciados por anos. Algo que pode ser bem observado no relato abaixo:

Eu tinha 18 anos, ensino médio completo, desempregada, deficiente auditiva bilateral e morava no interior.
 Aguentei por 3 meses. A única coisa boa que lembro, foi um dia que ela olhou pra mim disse: “QUANDO TE OLHO, VEJO QUE VOCÊ ESTÁ COM O PENSAMENTO DISTANTE”
 Ela tinha razão, SIM, EU TINHA SONHOS!!! SONHAVA ACORDADA!!
 Saí de lá, voltei para minha terra e com todo o sacrifício do mundo, foi isso que fiz. Batalhei, busquei bolsas de estudo, vivi de migalhas e com roupas usadas e velhas por muito tempo (Preta-Rara, 2019, p. 119-120).

Além disso, na literatura temos encontrado muitos projetos que buscam valorizar o registro social das pessoas comuns. Gajanigo e Souza discutem esta temática, relacionando-a ao período pandêmico, vividos entre 2020 e 2022, no qual as pessoas foram estimuladas a registrarem as experiências daquele conturbado momento. Os autores afirmam que esse movimento de buscar a valorização do ordinário, “é uma tendência significativa na literatura dos séculos XIX e principalmente do XX” (Gajanigo; Souza, 2021, p. 40). Distante da perspectiva criada pela literatura clássica ocidental - narrativas longas com personagens heroicos - um dos aspectos da literatura atual é possibilitar que a pessoa comum possa relatar sobre seus dias banais.

há uma evidente conjunção de forças agindo na configuração de uma dinâmica cultural própria deste tempo [...]. Esta é constituída por uma série de registros midiáticos que fazem parte de um movimento onde o ordinário da vida é relatado pelo próprio personagem de quem se fala, estabelecendo uma relação de contiguidade com a realidade (Gajanigo, Souza, 2021 *apud* Ecoteguy 2009, p. 1).

Nesse sentido, os autores afirmam que o arquivamento, conceito elaborado por Derrida (1996), como passagem do privado ao público da escrita sobre a vida dos

indivíduos tidos como menores, faz surgir temas que não deveriam ser publicizados. “Como afirma Homi K. Bhabha (1998, 31-32), ao tratar da visão de Hannah Arendt sobre o público e o privado, esse emergir escancararia que o privado é político” (Gajanigo; Souza, 2021, p. 40).

Sem dúvidas, Preta-Rara ao optar pela preservação dos textos em sua forma original não só busca ressignificar a luta trabalhista das domésticas como também contesta as relações de poder vividas, sistematicamente, por estas mulheres.

Não podemos deixar de considerar que a colonialidade, como expressão de poder, tende a ser identificada na tentativa de apagar a história dos povos colonizados, assim, silencia suas lutas, memórias e existências de maneira violenta e sistêmica. Sobre isso, Grada Kilomba (2019) nos expõe de maneira sucinta a reflexão sobre a construção do conhecimento e a ideia de sujeito centralizado somente na figura dominante do branco em contraposição à construção de sujeitos marginalizados, subalternos e periféricos⁵⁶.

Permitir que as domésticas se expressem de maneira própria é relacionar suas histórias com a do povo colonizado, de suas resistências, dos conhecimentos adquiridos ao longo das suas trajetórias e da cultura criada em torno do trabalho doméstico remunerado. Isto é, a reparação histórica da memória de seus antepassados, assim como proposto por Eliana Alves Cruz em *Água de Barrela* (2016), ao trazer dignidade para todas aquelas mulheres de sua linhagem que ao prepararem o cuado de cinzas vegetais para macularem as roupas dos senhores, também preparavam meticulosamente o futuro de seus descendentes. Por isso, a revisão gramatical e ortográfica se faz desapropriada, neste momento, é importante que as mulheres domésticas falam da sua história sem delongas, a fim de expressar o desacordo com o poder instituído. Este implantado no processo de colonização que ainda permanece na difusão de saberes eurocêntricos.

Além disso, o primeiro passo dado por Preta-Rara de relatar suas experiências com o trabalho doméstico remunerado e após convidar outras domésticas para falarem de suas experiências foi primordial para a construção de uma relação de confiança e um laço afetivo entre ela e as trabalhadoras. Nesse sentido, as domésticas se uniram através da hashtag *euempregadadomestica* não só para ampliar o movimento criado por Preta-Rara, como também perceberam a oportunidade de relatar experiências de maus tratos, racismo,

⁵⁶ (...) Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos mais lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes (Kilomba, 2019, p. 27).

abusos mentais e físicos, entre outras imposições vividas por elas no dia a dia do trabalho, inclusive vivências nunca compartilhadas com amigos ou familiares, como o seguinte relato:

Meu nome é P., tenho 35 anos e sou ex empregada doméstica! Só o fato de começar a falar desse assunto já deixam meus olhos marejados e meu coração dolorido! Não falo desse assunto com ninguém, poucas pessoas sabem desse meu passado e tenho pesadelos e noites mal dormidas, pois não consigo esquecer os momentos tristes e humilhantes que passei. Eu não sei pq estou relatando isso se dói tanto em mim lembrar, mas por algum motivo estou aqui [...] (Preta-Rara, 2019, p. 36).

A primeira circunstância que deve ser levantada em relação ao trabalho doméstico remunerado é a sua relação concreta com o trabalho doméstico infantil⁵⁷. O trabalho reprodutivo está ligado à divisão sexual do trabalho, realizado exponencialmente por mulheres desde idade tenra, elas se tornam responsáveis pela limpeza da própria casa e cuidado dos parentes mais próximos. Nesse sentido, as meninas prematuramente aprendem a realizar as atividades básicas de organização e limpeza da casa, as mesmas atividades que devem ser feitas nas casas de família.

Característica marcante nos relatos selecionados por Preta-Rara, muitas mulheres iniciam suas histórias sobre a experiência com trabalho doméstico remunerado, a partir da necessidade de trabalhar para prover seu próprio sustento, assim como de familiares. Elas relatam que começaram a trabalhar muito cedo, por volta dos 08, 09 e 14 anos⁵⁸, já eram responsáveis pelo trabalho doméstico das suas casas e/ou de terceiros. Tal como pode ser observado no relato apresentado abaixo escrito por um filhx de doméstica:

Minha mãe sempre me conta que trabalha de doméstica desde os 09 anos de idade para ajudar a minha vó. Meu avô era caminhoneiro e o dinheiro que ganhava era jogado fora em bebedeiras e farra com outras mulheres. Certa vez ela trabalhava na casa de uma mulher que

⁵⁷ De acordo com a pesquisa “O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas” feita a partir dos dados da PNAD contínua de 2016 a 2019 do IBGE realizada por Guilherme Silva Araújo, o trabalho infantil doméstico é considerado uma das piores formas de trabalho na infância, uma vez que “expõe crianças e adolescentes a inúmeros riscos: lesões por esforço repetitivo e exposição a produtos químicos e queimaduras. Além das lesões físicas, o trabalho infantil doméstico também expõe crianças e adolescentes ao abuso sexual e às violências físicas e psicológicas. O trabalho infantil doméstico, mesmo quando realizado nos próprios lares, viola direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer e ao brincar, pelas condições em que ele é executado (Fnpeti, 2015)” (Araújo, 2022, p. 4).

⁵⁸ Idade relatada pelas próprias trabalhadoras no livro.

não permitia que ela comesse nada de dentro da casa mesmo trabalhando lá o dia todo (Preta-Rara, 2019, p.198).

O trabalho fora de casa é iniciado prematuramente para as crianças de baixa renda. Neste caso, por falta do subsídio paterno, a filha teve que assumir a responsabilidade de ajudar a manter a casa junto à sua mãe, com apenas 09 anos de idade. Construído pela sociedade como um *serviço mais leve*⁵⁹, as atividades no âmbito doméstico acabam sendo a primeira “opção” de trabalho disponível para as meninas de baixa renda. Habitadas a desenvolverem o trabalho reprodutivo pela naturalização à figura feminina, muitas vezes, se sentem orgulhosas e agradecidas pela oportunidade de fazerem parte do grupo que sustenta a casa.

Eu comecei bem cedo a trabalhar como doméstica pq precisava ajudar minha família.

Hoje não entendo como podem dar emprego a uma menina de 12 anos mas na época eu achava que tive sorte por estar empregada e poder levar dinheiro pra casa.

Passei vários casos vexatórios, porém pra mim os mais marcantes foram duas casas que trabalhei.

Eu, negra e de família pobre (Preta-Rara, 2019, p. 79).

Contudo, esta responsabilização dada às mulheres ainda meninas, não deve ser vista como sinônimo de amadurecimento, conquista profissional ou sorte grande. Ponderação feita pela própria trabalhadora que na vida adulta consegue perceber as contrariedades de um trabalho desenvolvido por uma criança de 12 anos. Por isso, a trabalhadora continua relatando todas as situações vexatórias vividas nas experiências do trabalho doméstico.

Trabalhava numa casa que precisava dormir pra cuidar de uma bebê.

⁵⁹ Sobre os aspectos das relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, no artigo “O peso do trabalho “leve” feminino à saúde, os autores afirmam: “Quanto aos homens, ao lado de sua qualificação reconhecida ou presumida, um importante atributo da masculinidade para o mundo do trabalho é o da virilidade, acionada para atividades tidas como mais pesadas, por envolverem perigo ou manuseio de peso ou uso de força. De modo geral: “O estudo das atividades de trabalho segundo o sexo e o par masculinidade/virilidade e feminilidade desvenda o poder dos estereótipos sexuais no trabalho (a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia)” (Hirata, 1995, p.42 *apud* Marcondes *et al*, 2003, p. 98).

Ela me fazia limpar os objetos sexuais dela, sim eram pênis plásticos e eu tinha que limpar pq como ela dizia eu era paga pra isso.

E quando eles saiam de casa o filho dela que já era um homem casado, ia pra casa que eu trabalhava legava a TV em um canal pornô e nossa só de lembrar me arrepiou do medo que eu tinha de ser estropada por ele.

Eu me trancava no quarto da criança levando comida e água apenas pra ela. Por vezes passei o dia segurando a fome e a vontade de ir ao banheiro com medo de sair do quarto (Preta-Rara, 2019, p. 79).

Aquilo que foi denominado pela trabalhadora como vexatório, na verdade, é criminoso. Neste caso, ser uma criança negra, pobre e trabalhadora no ambiente doméstico, é estar vulnerável às situações de assédio sexual, ter que desenvolver atividades de trabalho não pertencentes à função bem como o desrespeito a própria infância, uma vez que as meninas submetidas ao trabalho doméstico remunerado perdem o direito institucional de crescerem em um ambiente saudável e respeitoso.

Junto ao trabalho doméstico infantil está a naturalização da violação dos corpos das mulheres racializadas. Ainda meninas são expostas às situações de assédio sexual e por vezes, vivenciam o estupro. A prática sexual contra crianças e adolescentes, infelizmente, aparece de maneira notória nos relatos das trabalhadoras domésticas.

Comecei a trabalhar muito cedo, e com 14 anos minha mãe me arrumou um “emprego mais leve” na casa de uma médica de São Matheus que morava só com a mãe e o filho de 24 anos. Fui contratada para fazer almoço e cuidar da senhora e eu teria que dormir no mesmo quarto que ela.

Até aí tudo bem. Mas percebi que muitas vezes o filho da médica abria a porta do quarto na madrugada e ficava puxando o cobertor para ficar me olhando, e eu com medo, nem me movia. Mas um dia quando ele abriu a porta para puxar o cobertor, eu sentei de uma vez na cama e puxei também e ele se assustou. A partir deste dia, quase não dormia e passava o dia inteiro com sono.

Um dia ele tentou colocar a mão em mim e disse que iria falar pra mãe dele e ele disse que iria parar, mas sabe o que ele fez? Pegou uma sunga e uma camisa usada dele e colocou na minha mochila de roupas e disse pra mãe dele que eu ficava espionando ele e roubando as coisas dele. Não adiantou eu dizer que era mentira, pois ela ainda o protegeu dizendo: ‘Esta já é a 5ª que faz isso com você, meu filho, essas vagabundas querem dar golpe de barriga em você. Tadinho...’.

Depois da minha folga de fim de semana, nunca mais voltei lá, nem pra receber. Meu sentimento com tudo isso: TRISTEZA E REVOLTA (Preta-Rara, 2019, p. 95).

O trabalho de María Lugones é fundamental, ao investigar a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade busca entender a indiferença dos homens à violência

sistêmica que enfrentam as mulheres de cor - racializadas - no contexto do Sul Global. Desse interessante estudo surge a expressão “sistema colonial de gênero”, primordial para a compreensão da problemática das mulheres domésticas no Brasil. Pois essa perspectiva, nos auxilia a perceber o sistema presente na relação dos homens colonizadores com as mulheres racializadas e as consequências advindas desta sistemática.

Para Lugones, somente são reconhecidas verdadeiramente como mulheres, as mulheres brancas heterossexuais, as únicas providas de características “femininas”. Por sua vez, as mulheres que fogem da feminilidade construída pelo sistema patriarcal, não podem ser classificadas como mulheres, elas são vistas e possuídas como animais. “As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global” (Lugones, 2020, p. 72-73).

Desprovidas das características compactuadas como feminilidade, entre elas: docilidade, maternidade, delicadeza e fragilidade. A violação dos corpos das mulheres racializadas, pensando aqui também as mulheres brancas pobres migrantes e periféricas, torna-se assertiva e coerente na perspectiva racista em comparação à violação dos corpos das mulheres brancas de classe alta.

Portanto, a sobrecarga sobre os corpos femininos inicia-se na infância e estende-se por toda a vida da mulher que além de ser responsabilizada pelos pais e irmãos, ao casar, torna-se a principal responsável pela educação - no sentido de auxiliar na apropriação de valores e etiqueta social - dos filhos e esteio do marido, num círculo vicioso que as faz viver em prol da instituição família patriarcal. Contudo, as trabalhadoras domésticas vivenciam toda essa dinâmica também com os familiares dos empregadores, em razão de assumirem as responsabilidades do trabalho reprodutivo de suas *patroas*.

Para se falar das microrrelações de poder impostas dentro das *casas de família* no Brasil, especialmente, do poder exercido pelas mulheres brancas não racializadas sobre as mulheres não brancas trabalhadoras, é fundamental conhecer mesmo que, de maneira breve, a história da exploração feminina na sociedade capitalista. Isto porque, a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres serviu de estrutura para o surgimento e consolidação do capitalismo, ao destituir o poder legal e reconhecimento do trabalho feminino.

Faço isso, na medida em que, não gostaria de simplificar as relações de poder envolvida na tríade de trabalhadores: homens, mulheres e mulheres racializadas no âmbito colonizado do trabalho doméstico remunerado.

Além do mais, o movimento feminista *Wages for Housework* (Salários para o trabalho doméstico) fundado por Silvia Federici⁶⁰, Mariarosa Dalla Costa, Selma James e Brigitte Galtier na cidade de Pádua (Itália), objetiva revelar o trabalho doméstico não assalariado como uma das bases da estrutura capitalista. “Isto é, do enriquecimento de uns às custas da exploração da mão de obra de outros” (Castro, 2021, p.3). É justamente a visão anti-capitalista da autora, que nos fornece dados importantes sobre a história das mulheres e nos ajuda a entender como é conjugado às opressões interseccionais no trabalho doméstico desde a formação pré-capitalista na Europa.

O livro *Calibã e a bruxa* (2017) é uma pesquisa que relata as mudanças históricas que ocorreram na vida das mulheres ocidentais, a obra percorre uma coincidência temporal entre a execução de uma centena de milhares de mulheres do começo da Era moderna e do capitalismo - por meio do cercamento dos campos – desapropriação de terras dos camponeses. Seu objetivo original é demonstrar, a partir de uma análise histórica, que a inferiorização das mulheres e de tudo aquilo que a cerca na sociedade capitalista não é legado de um mundo pré-moderno, pelo contrário, trata-se de uma formulação capitalista, em que destacou-se as diferenças sexuais existentes a fim de cumprir novas funções sociais.

A pesquisa desenvolvida pela filósofa Silvia Federici é essencial para compreendermos como aconteceu a consolidação do sistema capitalista por meio da subjugação das mulheres, da escravidão dos povos negros e dos povos originários no processo de colonização. Dado que, para a autora, a perseguição às bruxas foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização do Novo Mundo, mas que de alguma maneira, ficou de fora dos estudos marxistas.

⁶⁰ Nascida em Parma em 1942, viveu na Itália até migrar para os Estados Unidos em 1967 a fim de estudar filosofia na Universidade de Buffalo. Atuou como professora e ativista feminista onde participou em 1972, da fundação do Coletivo Feminista Internacional, grupo reconhecido pela campanha mundial em defesa do salário para o trabalho doméstico. Também trabalhou por vários anos como professora na Universidade de Port Harcourt na Nigéria até se tornar docente em Filosofia Política e Estudos Internacionais no New College da Universidade de Hofstra consagrada professora emérita da instituição.

As dimensões do massacre deveriam, entretanto, ter levantado algumas suspeitas: em menos de dois séculos, centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas. Deveria parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos, e de ter chegado a seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista, quando os camponeses na Europa alcançaram o ponto máximo do seu poder, ao mesmo tempo que sofreram a maior derrota da sua história. Até agora, no entanto, este aspecto da acumulação primitiva tem permanecido como um verdadeiro mistério (Federici, 2017, p. 292-293).

Para isso, a autora traz como cerne da discussão a caça às bruxas no começo da era moderna e a sua relação com o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho, fruto do surgimento do sistema capitalista.

Em diálogo com a história das mulheres e a teoria feminista, *Calibã e a bruxa* (2017) fornece uma leitura importante para compreendermos a construção em torno dos papéis sexuais na sociedade, especialmente, ao “transcender a dicotomia entre gênero e classe” (Federici, 2017, p. 31), uma vez que a concepção de do gênero está além da realidade cultural, mas se desenvolve como uma especificação das relações de classes, construída na sociedade capitalista.

Isto é, na perspectiva de Federici, a história das mulheres e a acumulação primitiva junto a uma nova ordem patriarcal, fizeram com que as mulheres se tornassem servas da força de trabalho masculina para o desenvolvimento do capitalismo. Construto essencial para a imposição de uma nova divisão sexual do trabalho, em que surgiu a existência de dois tipos de trabalho: o produtivo, construído a partir da associação à figura masculina e o reprodutivo, associado à figura feminina. A “divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista” (Federici, 2017, p. 232).

Sobre a condição das mulheres trabalhadoras na Europa, no capítulo sobre “O patriarcado do salário”, de *Calibã e a Bruxa* (2017). Federici contextualiza as mudanças que ocorreram dentro da família na Europa pré-capitalista e demonstra como ocorreu a separação da esfera pública da privada, fazendo com que a “família” se tornasse o principal centro do trabalho reprodutivo. A autora explica que os trabalhadores assalariados viviam na pobreza em condições miseráveis e que as mulheres - que haviam perdido legalmente seus direitos sobre os bens e sobre o salário - realizam a reprodução de suas famílias,

mesmo assim, as proletárias casadas ou não precisavam ganhar algum dinheiro, o que conseguiram por meio de múltiplos serviços.

Essa realidade, só altera no século XIX, em “que a “família moderna’, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora (...)” (Federici, 2017, p. 195). O fato é que as ameaças de insurreição dos homens proletários contra as indústrias foram cruciais para uma revolução social (Federici, 2017), no qual as indústrias se tornam responsáveis por garantirem aos homens maiores salários para o sustento das esposas “não trabalhadoras”.

Foi resultado de um novo acordo entre os trabalhadores e os empregadores, novamente baseado na exclusão das mulheres do recebimento de salários — colocando um fim no recrutamento de mulheres observado nas primeiras fases da Revolução Industrial. Também foi o marco de um novo período de afluência capitalista, produto de dois séculos de exploração do trabalho escravo, que logo seria potencializado por uma nova fase de expansão colonial (Federici, 2017, p. 196).

As desvalorizações do trabalho feminino pela divisão sexual do trabalho junto ao seu apagamento social muito bem definido pela ideologia de gênero foram fundamentais para o processo de domesticação e redefinição dos papéis femininos e masculinos na Europa (Federici, 2017). Nesse sentido, a caça às bruxas destruiu o universo de práticas femininas, que envolviam suas relações coletivas e de seus saberes, bem como a condição necessária de resistência contra o feudalismo (Federici, 2017).

É justamente neste momento de derrota, que as mulheres ganharam novos moldes de feminilidade: “a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (Federici, 2017, p. 205). Tal mudança se iniciou no século XVII, após as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado no período de caça às bruxas (Federici, 2017), devido serem retratadas como “seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole” (Federici, 2017, p. 205), e se concretizou no século XVIII, em que o cânone foi revertido, e as mulheres passaram a serem representadas como “seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles” (Federici, 2017, p. 205).

Os homens trabalhadores, por sua vez, foram coniventes com toda a expropriação de terras das camponesas, a demonização, a violência contra as mulheres, a retirada dos seus poderes legais, bem como toda sua degradação:

Como vimos, os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista. No entanto, o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e de sua contribuição reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos (Federici, 2017, p. 234).

O processo de domesticação das mulheres e a redefinição da feminilidade e da masculinidade foram fundamentais para a expansão e implementação do capitalismo por meio da colonização. No Novo Mundo, as mulheres brancas ocidentais assumiram seus papéis impostos anteriormente, e assim como os homens, foram cúmplices do genocídio dos povos originários e da escravidão dos povos africanos, não há como negar o papel fundamental das mulheres ao ajudar a estabelecer a história do *sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno*.

No Brasil colônia, as mulheres europeias assumiram as responsabilidades que lhe foram conferidas e foram essenciais na repercussão e repasse de valores fabricados para o sistema colonial. Valores esses difundidos em muitos romances do século XIX e sustentados pela figura feminina, principalmente, na instituição da família patriarcal, no qual a mulher foi reconhecida publicamente como núcleo de amparo e sustento nas dinâmicas da casa.

Desse contexto, surge a figura feminina citada pelas trabalhadoras domésticas ao longo do livro *Eu, empregada doméstica* de Preta-Rara. São uma construção de mulheres que não estão totalmente subscritas em todas as formas de opressão, pois algumas não sofrem com a opressão de raça e/ou classe. Ao se beneficiarem das práticas racistas e coloniais, as mulheres brancas se silenciaram/silenciam diante de todas as opressões vividas pelas mulheres racializadas, repetindo os mesmos padrões impostos pelos homens colonizadores.

Vim de uma família pobre e desde cedo tive que acompanhar minha mãe em todos os serviços que ela conseguia, ela não gostava de me deixar sozinha. Uma vez ela começou a trabalhar num condomínio fechado, a mulher tinha acabado de fazer lipoaspiração e além de toda a tarefa doméstica, minha mãe ajudava a cuidar dessa mulher. Depois de recuperada ela resolveu demitir minha mãe, enquanto a mãe limpava a casa ela ligou pra polícia, pediu que escoltasse minha mãe até a saída do condomínio alegando que não sabia com quem estava lidando e vai saber se ela não iria tentar roubar alguma coisa. Minha mãe ficou traumatizada. Foi uma das coisas mais tristes que já vivenciei (Preta-Rara, 2019, p. 64).

Justamente por se tratar de relações de poder que o trabalho reprodutivo ganha contornos antagônicos entre os envolvidos. Os homens, em geral, são as principais fontes de opressão, seja no ambiente público ou doméstico, mas se tratando do trabalho doméstico remunerado, a dominação é feita em parceria com a figura da patroa, e/ou em conjunto, com os filhos, reprodutores dos comportamentos dos pais.

Nesse sentido, falar do trabalho doméstico remunerado é ter em conta que as mulheres racializadas vivem sob microfuncionamentos perceptíveis nas mulheres brancas com mais poder aquisitivo, estas mesmas sendo oprimidas pelo patriarcado, são coniventes com a exploração e subalternização destas mulheres, sobretudo em suas próprias casas, revelando a importância de se compreender as camadas de opressões previstas pelo Feminismo decolonial.

Nos próximos relatos, busco analisar a maneira como as trabalhadoras sobrevivem às pequenas opressões do dia a dia. Meu intuito é demonstrar que existe resistência dentro dessas casas, assim como há em qualquer outro lugar onde existe a submissão de indivíduos. Contudo, no ambiente privado, a resistência não é dada pela oposição direta aos dominadores, são nas sutilezas das reações às opressões que as domésticas desenvolvem mecanismos de defesa, na valorização não só do seu trabalho, mas também a restituição da sua humanidade.

Vimos até aqui que se o gênero foi criado para ser o principal elemento de opressão das mulheres na Europa, a raça foi a invenção da modernidade. Neste sentido, o relato sobre as “pimentas” é iniciado com as desigualdades e delimitações dentro da classificação de gênero “feminino”. A patroa que “vive para gastar o dinheiro do marido e ser servida” desfruta de ser o estereótipo de “feminilidade” presente na perspectiva patriarcal e

heterossexual do controle do sexo, em contrapartida, a empregada doméstica, trabalhadora racializada, vive as disparidades sociais que envolvem as violências de raça e classe.

Gostaria de contar um relato, a D. da casa é uma dondoca mesquinha que vive pra gastar o dinheiro do marido e ser servida. um dia, na hora do jantar, usei um pouco de pimenta do reino dela para colocar no meu prato. A mulher fez um escândalo, disse que aquilo era muito caro, que aquelas pimentas era dela e da família dela. Não era pra eu usar na comida da empregada. - Onde já se viu? Uma pimenta de 17 reais (só porque vinha naqueles moedores) a empregada colocar no prato. No dia seguinte comprei as pimentas com moedor mais caras so supermercado, levei pra casa dela. usava em todas as comidas da casa, colocava na mesa a minha pimenta, oferecia para osc convidados dela, usava a rodo. Eu sentia o constrangimento e a raiva dela, mas ela não podia fazer nada, eu estava sendo "legal". Uns 3 anos depois, vocês não sabem o que eu encontro, vencida, bem escondidinha. AS PIMENTAS. Era tão caras e ela deixou apodrecer (Preta-Rara, 2019, p. 75-76).

Apesar do controle e poder exercido pelas patroas por meio de mecanismos explícitos ou mais velados como pode ser observado no relato exposto acima, ao repreender a empregada por ter comido *pimentas tão caras* sob o discurso de proteger a nutrição familiar, a patroa acredita ter demarcado os papéis de cada indivíduo nessa relação ambígua de trabalho. Assim como colocado por Kofes (2001, p.224), a delimitação de espaço é uma estratégia utilizada pelas patroas, que não deixam de "lembrar" a empregada do lugar que ela ocupa naquele ambiente. O discurso de "ponha-se no seu lugar" não é acatado pela trabalhadora que de uma maneira súpil, mas determinada enfrenta a prepotência da patroa ao comprar suas próprias pimentas no moedor mais caro do supermercado e oferecê-las a qualquer indivíduo que participasse das refeições da casa. A estratégia da autora do relato é trazer o detalhe especial na sua forma crítica de representar a patroa, principalmente, ao narrar os sentimentos de constrangimento e de negação vividos pela mulher que não reconhece a trabalhadora como sujeito. É com medo de perder seus privilégios que a patroa prefere deixar as pimentas apodrecer do que admitir a opressão sobre outra mulher.

A figura da patroa prolonga o processo de desvalorização da trabalhadora doméstica, pois reconhece sua valia para a manutenção do seu lugar de micro poder no sistema moderno/colonial. Lugar este, que ela não pretende perder, por isso, ao mesmo tempo que a patroa preza pelos serviços prestados pela doméstica, ela deprecia a figura da mulher que assume a sua função de dona de casa.

Fazia de tudo nessa casa, era empregada e babá, certo dia o filho mais novo da patroa não queria comer, então ela partiu uma maçã e o deu, deixando a outra metade na pia. Do nada a maçã sumiu e ela me perguntou onde estava a METADE DA MAÇÃ. Disse que não sabia e daí ela riu sarcasticamente, dizendo ser impossível eu não saber, que era pra eu confessar que tinha comido, faltou pouco me bater, me humilhando, acusando de ter comido METADE DA MAÇÃ. Até que o marido dela, que já havia chegado em casa sem a gente notar e brincou “nossa, se fosse um ladrão você estaria perdida, por que entrei, fui no banheiro, fui no quarto, vi os meninos, vim aqui, comi uma maçã cortada que estava aqui...”

Nisso senti que ela ao mesmo tempo que ficou vergonha, ficou furiosa, porque a vontade dela, era mesmo me acusar e o marido sem querer, a desmascarou. Foi meu último dia ali, nunca mais voltei. Me senti tão humilhada, que minha mãe quem foi receber pra mim (Preta-Rara, 2019, p. 34).

A metade da maçã é alavanca acionada para o discurso impositivo, caluniador e desumano sobre a trabalhadora doméstica, mas que não pode ser legitimado, uma vez que o marido sem consciência da acusação esclarece a situação imposta pela esposa. Sem motivos ocultos para manter a acusação, a esposa sustenta a hierarquia da casa sem contradizer o marido e sem se desculpar pelo engano com a empregada doméstica. Diante do comportamento recriminador da patroa, a trabalhadora, que se sente humilhada, é resolutiva, não volta para o trabalho. Sua decisão é importante, sem negociações ou fingimentos, a trabalhadora finaliza a relação desigual.

Partindo da percepção de que manter os serviços de uma empregada doméstica significam, no contexto sociocultural brasileiro, possuir riqueza (Goldstein, 2003, p. 76), demarcar a distância de classes é fundamental para a modelagem e dominação das trabalhadoras. O relato das pimentas, bem como relato sobre a metade da maçã, destaca o jogo de poder entre essas mulheres que, no caso das patroas, assumem o cargo de dominação enquanto as empregadas lhe cabem a obediência. Se tratando de um jogo, os competidores podem seguir ou não as regras pré-estabelecidas:

Bom lendo estas histórias lembrei de quando um dia fui me arrisca em em ser empregada doméstica (odeio serviço domésticos) a necessidade me obrigou...enfim, consegui um emprego em um apto na área nobre de BH, pra começar a mulher queria q eu pegasse serviço as 6:00 da manhã, fiquei feliz, pois precisava ajudar meu esposo a ti amos um filho pequeno.

No segundo dia de trabalho, a patroa veio com uma conversa que estava falalando 02 copos de açúcar na lata dela, isso msm 02 copos de açúcar. Eu Ariana porreta, fui logo perguntando se ela achava q eu havia pego o tal copo de açúcar! Ela por sua vez, disse que os filhos não mexem em nada, ela e o esposo saiam para trabalhar...então fui na minha bolsa, peguei R\$ 10,00 joguei em cima dela e disse: vai la e compra 02 pctes de açúcar, não preciso disso. Peguei minha bolsa virei em cima da mesa e disse olha se se to levando alguma coisa sua , pois estou indo embora. ela disse pra eu não gritar com ela q eu esteva dentro da casa dela. Eu disse: Grito com quem e onde eu quiser. Fui embora e nunca mais ne arrisquei em trabalhar em casa de família. Roubar 02 copos de açúcar, pelo amor de Deus né! (Preta-Rara, 2019, p. 196).

O relato da Ariana porreta é um caso à parte, em muitos sentidos, ela - inicia seu trabalho de doméstica na vida adulta por dificuldades econômicas - sabe dos conflitos e angústias da profissão. Além do mais, deixa claro que prefere não realizar o trabalho reprodutivo, muito menos de maneira profissional. Por isso, sua reação ao abuso da patroa é incisiva, não há o silenciamento dela diante da mulher impositiva e caluniadora. Ariana encara a *patroa*, sem dúvidas de estar correta e para isso, usa a moeda como caminho para explicar aquilo que é óbvio para ela, que as pessoas não roubam dois copos de açúcar. A maneira como Ariana interpreta a situação, elucida sobre a percepção dos patrões verem seus trabalhadores como indivíduos “mortos de fome”, “sem teto” e miseráveis, demonstrando os antagonismos existentes entre as pessoas de classes sociais diferentes.

Vale destacar que a realidade de Ariana porreta se distancia da maioria das trabalhadoras domésticas, jovens que iniciam suas atividades de trabalho e no decorrer dos anos sofrem intensamente com a violência sexual, discursiva e simbólica presentes no ambiente doméstico, além do mais, distantes de outros relatos vistos no livro de Preta-rara, Ariana possui o apoio de seu marido, não sendo como a maioria das mulheres trabalhadoras domésticas, a chefe da família.

Neste último relato, é possível identificar a reflexão de Françoise Vergès sobre a falta de visibilidade do trabalho da limpeza realizado no universo do capitalismo, no qual a autora resume com uma indústria “(...) na qual racialização, feminização, exploração, riscos à saúde, invisibilidade, subqualificação, baixos salários, violência, assédios sexual e sexista se combinam” (2020, p.17). De escrita contínua, a trabalhadora descreve as experiências traumáticas, opressivas e vexatórias vividas por ela e por colegas de profissão:

Bom acho q o que me chocou mais nem nem aconteceu comigo, foi com uma colega, a patroa para economizar no papel higiênico limpava o seu cocô na toalha de banho e mandava a empregada se virar para limpar, a filha dela por sua vez ridicularizava uma outra empregada por ela escrever errado, publicando um print de uma conversa em uma rede social, frisando que a sua “empregada” havia escrito errado, e logo abaixo os vários kkkkkkkkkk, tadinha, ohh dó...vamos a parte que me toca, trabalhei um mês em uma casa onde os donos da casa escondiam a comida, eu não podia usar azeite, comer o pão novo, a rrumação devia ser impecável, porém o pente que eles usavam para pentear os cabelos era dá nojo, um dia a neta da patroa perguntou “ela vai comer da nossa comida” eu comia era só eles virarem as costas, coma de raiva, tb ouvi, ela comeu o chocolate né, toda sexta e isso, dia q eu ia fazer faxina, vi muita sinhá esconde comida de mim, mais eu procurava achava comia e colocava no mesmo lugar... ahhhh teve uma época que uma sinhá servia nosso café e almoço, ate o dia que eu desobri que após fazer a sua refeição os pratos, talheres e xícaras usados era reutilizados para nós servir, não tínhamos o direito de nós servir, nem de repetir e nem de comer em um recipiente limpo! (Preta-Rara, 2019, p. 39).

Porém, é interessante a maneira como ela reage às proibições feitas pelas patroas e seus familiares em relação aos alimentos, sem interesse em acatar as ordens, a trabalhadora confessa em tom de raiva que comia a comida e o chocolate negados a ela. A confissão da trabalhadora converge, em certa medida, com o estudo de Brites (2008) que discute a tática das empregadas domésticas praticarem o *furto*, mas que em realidade representa a simbologia de um jogo.

Em um estudo publicado pela autora (Brites, *grifo meu*) sobre as políticas da vida privada na prática do trabalho doméstico, há relatos de furtos cometidos pelas empregadas que poderiam ser substituídos por simples pedidos às patroas. No entanto, como esses pedidos podem ser considerados um reconhecimento deliberado da subalternidade presente na relação, o ato de furtar pode ser simbolicamente considerado uma forma de exercer poder sobre os patrões (Teixeira, 2015, p. 91).

Ao pensar o *furto*⁶¹ como estratégia de desobediência ao papel estigmatizado da trabalhadora perante a avarícia e racismo da patroa e seu grupo familiar, compreendemos que o comportamento auxilia as trabalhadoras a conservarem a resistência em torno da

⁶¹ Nomear de *furto* a desobediência das trabalhadoras é uma leitura colonial do comportamento de resistência das trabalhadoras.

violência sistêmica colonial presente nas *casas de família*. Nesse sentido, a desobediência é a chave da resistência.

Nos últimos relatos, vimos que as trabalhadoras domésticas convivem com as desconfianças e sofrem com as práticas de vigilância sobre seus corpos e trabalho devido às construções sociais associadas à imagem negativa da empregada (Teixeira, 2015). Contudo, ao falarmos da estratégia de desobediência aos desejos racistas dos patrões utilizada pela trabalhadora, não se trata apenas de situações injustas de calúnia como os relatos sobre a metade da maçã e Ariana porreta, é também uma tática de sobrevivência e não subserviência. É a perspectiva descolonizadora de enfrentamento aos mecanismos da colonialidade que como uma expressão de poder, é percebida no ocultamento da história dessas mulheres e na invisibilidade de suas lutas, memórias e vidas.

Portanto, esta tática como os outros tipos de resistência apresentadas neste capítulo, demonstram que apesar do jogo implícito de poder (Brites, 2008), às trabalhadoras domésticas à sua maneira resistem e lutam pelo reconhecimento do trabalho doméstico como profissão.

O livro *Eu, empregada doméstica* valoriza e ressignifica as vozes das próprias trabalhadoras domésticas, que desde as origens escravocratas da profissão se reinventam para sobreviver às pressões geradas pelo relacionamento ambíguo entre mulheres de classes sociais distintas⁶².

⁶² É importante destacar que há muitas mulheres de classe média alta e média profissional que têm os mesmos comportamentos de colonialidade. Isto é, mesmo não sendo detentoras de riquezas na sociedade reproduzem o comportamento preconceituoso. Tal situação tende a se agravar em lugares menos urbanizados, no qual permanece com muita intensidade o pensamento e prática herdados do sistema colonial.

5 A CASA E A EMPREGADA DOMÉSTICA: espaços que habitam a empregada doméstica

A Casa de meu Pai

A casa do pai morreu no mesmo dia
 Explodiu de insectos
 O lugar onde costumava ser o paraíso
 Estranhos estes caminhos de sombra
 Que se abriram
 Quando deixámos o jardim da mãe
 Na pedra ainda estava inscrita
 A dança de roda os fios finos
 A sua figura sentada o cheiro dos óleos
 Não posso voltar agora
 À casa do pai
 Ainda que saiba o caminho
 E uma a uma
 As árvores
 Junto ao poço

(Paula Tavares, 2011, recurso online)

A epígrafe de introdução deste capítulo é um poema de Paula Tavares⁶³, escolhi esse poema, pensando na relação entre ele e a pesquisa em seu todo, mas especialmente com este capítulo, no qual analisarei o livro *Solitária* (2022) de Eliana Alves Cruz. As personagens principais da narrativa são duas mulheres - mãe e filha - moradoras de um quartinho de empregada, em dado momento elas não querem mais viver naquele lugar. Aqui, a referência ao pai, em seu sentido mais amplo, pode ser identificado como o patriarcado, responsável pelo aprisionamento das mulheres racializadas ou não⁶⁴ ao trabalho doméstico. Pensando nas trabalhadoras domésticas, a casa do pai pode ser as

⁶³ Historiadora e poetisa angolana. Ana Paula Tavares possui vasta obra traduzida e trabalhada no Brasil. “Como poetisa, enfatiza a simplicidade e as experiências líricas da ancestralidade, mas condena as tradições que perpetuam o patriarcado e oprimem a mulher”. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/ana-paula-tavares-1952/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁶⁴ Sabemos que as mulheres racializadas assim como as mulheres não racializadas estão sob o poderio do patriarcado, contudo, de maneiras distintas. As mulheres racializadas, na história ocidental, não são aprisionadas ao ambiente doméstico, pois era necessário trabalhar fora do ambiente doméstico, diferentemente das mulheres *brancas* que deviam manter-se seguras e obedientes no espaço privado.

famosas *casas de família*, lugar de trabalho e convívio das empregadas domésticas. Por isso, deixar a casa do pai significa para estas personagens quebrar com um ciclo de domínio e violência vindos ainda do período colonial. Dessa maneira, não é mais possível retornar à casa do pai porque “A casa do pai morreu no mesmo dia/Explodiu insectos”.

Outro aspecto a ser considerado sobre “a casa do pai” é a mentalidade elitista que ela revela. A narrativa do livro reforça esta mentalidade que delimita a ideia de cada um em seu devido lugar, traduzindo muito bem os nossos tempos: a empregada que a patroa afirma ser “quase da família”, o posicionamento contrário às cotas raciais, enfim, o medo de perder privilégios herdados de um país outrora colonizado, mas que permanece com o verme da colonialidade infestando os nossos intestinos.

Dentro da perspectiva de permanência de cada um em seu lugar no espaço da casa, a organização deste capítulo é pensada a partir da divisão e organização arquitetônica da casa tradicional brasileira. A própria estrutura tradicional da casa estabelece o lugar de cada indivíduo, o espaço que é destinado à sua vivência e o habitar depende, de fatores como gênero e raça.

Assim, para compreender este espaço arquitetônico, trabalho com a obra *500 anos da casa no Brasil*, publicado em 1999, dos arquitetos Francisco Salvador Veríssimo e William Selba Mallman Bittar. Os autores procuram observar a evolução do espaço habitar no Brasil nos últimos cinco séculos, a partir da perspectiva integrada e social do desenvolvimento da casa. Para isso, os autores apresentam em cada seção da obra, a organização das residências em seus setores tradicionais: o social, o íntimo e o serviço. Tendo em consideração a obra *Solitária* de Eliana Alves Cruz, procuro entrelaçar as vivências das personagens principais - Eunice e Mabel - aos cômodos que elas habitam no apartamento de luxo do Golden Plate. Faço isso, devido à própria organização da narrativa, uma vez que o próprio sumário da obra está associado aos cômodos ou aos seus objetos. De maneira similar e não limitante, compreendo a relação entre a empregada doméstica e os cômodos da casa no qual ela não só trabalha como também habita.

5.1 A OBRA SOLITÁRIA

Solitária é um livro escrito por Eliana Alves Cruz, lançado em 2022, pela editora Companhias das Letras. É uma narrativa que conta a história de duas personagens, Eunice e Mabel, mãe e filha. Estas duas mulheres negras vivem juntas em um quatinho de fundos

de uma cobertura situada num condomínio de luxo de uma grande cidade brasileira. É justamente neste local que observamos como a vida das personagens, tanto da mãe, pessoa contratada para atuar como empregada doméstica, quanto da filha, estão unidas ao trabalho doméstico.

Dividido em três partes, a primeira dedicada ao olhar da filha, a segunda dedicada à perspectiva da mãe e a terceira parte, aos relatos dos próprios quatinhos dos trabalhadores, entre eles, o quatinho de empregada. *Solitária* em cada uma das suas partes é segmentado em pequenos capítulos que levam aos nomes dos cômodos, seus objetos e ambientes da casa e do habitar: quintal, planta baixa, piscina, cozinha, escritório, portaria, salão de festas entre outros.

A vida cotidiana das personagens é entrelaçada a cada repartição do ambiente doméstico, ora no apartamento de luxo, ora na casa no subúrbio das personagens, ou quando, é necessário extravasar a vida privada em um “canto” da própria rua. Nesse sentido, observo, explicitamente, nesta obra a relação entre os lugares pertencentes à casa e aqueles que permitem a circulação das próprias empregadas domésticas. Sobre isso, Elizângela Fialho em resenha sobre a obra destaca:

Recentemente lançado pela Companhia das Letras, *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, constitui-se como uma narrativa que tira o leitor do lugar. Especialmente, pois nos transporta ao edifício Golden Plate, mais especificamente ao apartamento da cobertura que ocupa todo um andar, onde vive a família de D. Lúcia: “aquela residência parecia mesmo: um cenário” (p. 16). Simbolicamente, porque nos possibilita compreender o espaço e ações narrativas que nele ocorrem, por meio de uma perspectiva inovadora: via personificação dos ambientes domésticos. Ainda, deixa muito claro para nós que a ficção espelha, e se espelha, na realidade, e vice-versa (Fialho, 2022, não paginado).

Como bem destacado por Fialho, os espaços que uma empregada doméstica é permitida adentrar são muito bem trabalhados na obra. De maneira orgânica e fluida somos conduzidos pela narrativa sempre situada em um lugar da casa, os espaços são os guias dessa narrativa. Por isso, neste capítulo compreendo a relação entre as empregadas domésticas e os cômodos da casa, a fim de analisar a divisão social demarcada entre trabalhadoras domésticas e patrões.

Eliana Alves Cruz inicia a obra com dedicatória feita a sua tia, Maria da Glória, a Dodó: “cujo rosto nunca vi e de quem apenas sei que o trabalho nunca a libertou” (Cruz, 2022). E nos deixa de sobreaviso do conteúdo nas páginas subsequentes, a violência sistêmica,

sobre as pessoas racializadas, neste caso, as mulheres negras que trabalham no ambiente doméstico.

Dodó é uma das mulheres-personagens⁶⁵ de sua primeira obra *Água de Barrela* (2016), ainda menina, com seus 13 anos de idade, vai trabalhar no sobrado de Iaiá Bandeira, uma das herdeiras da família Tosta. Maria da Glória vive sob a influência psicológica da matriarca da família, e passa não só sua juventude, mas como toda a vida adulta e velhice trabalhando para a mesma família, literalmente, vivendo no/do trabalho. Dodó é a representação das mulheres que viveram/vivem na invisibilidade das *casas de família*, vítimas do trabalho análogo à escravidão.

Com passos vacilantes ou não, todos tinham caminhado. Talvez Dodó tenha sido a exceção. A bonita, delicada, bondosa e frágil Maria da Glória. Uma escrava do sentimento de escravidão. Isso era o que mais doía em Damiana na morte da irmã. No fundo, entendeu que Dodó era apenas o exemplo gritante de algo que também estava dentro de cada uma delas, mesmo que palidamente. Trabalhou mais afincado para quebrar os cadeados que ainda aprisionavam (Cruz, 2016, p. 433).

A autora não só faz a dedicatória à tia-avó na abertura do livro para nos precaver sobre os absurdos sofridos pelas trabalhadoras domésticas, como traz uma outra personagem que experimenta o trabalho análogo à escravidão.

Dadá é uma das trabalhadoras domésticas do Golden Plate, sua patroa é Dona Imaculada, síndica do prédio. Por vezes, ela aparece na narrativa com uma bonequinha na mão e um sorriso carinhoso, contudo, sempre de maneira ligeira e com comportamento infantil, que na percepção de Eunice causa incômodo e desconfiança aos jovens irmãos João Pedro e Cacau - filhos do porteiro Jurandir que viviam numa casinha de fundos no condomínio. No dia de São Cosme e Damião, na fala de Eunice, Cacau com sua habilidade nata de “arrancar dos outros o que não querem ou não podem dizer” (Cruz, 2022, p. 120), confirma suas suspeitas e com o irmão mais velho faz uma denúncia anônima.

Nesse momento, é possível concluir o que já esperado pelos irmãos, as condições precárias de trabalho e moradia de Dadá retratadas na descrição feita por Mabel do quartinho, revelam o descaso pela vida humana e o desrespeito à infância.

⁶⁵ Digo isso, porque as mulheres que aparecem em *Água de Barrela* (2022) fazem parte da história e memória da autora.

Entramos no quartinho de Dadá. Já no limite da área de serviço, me senti como se estivesse naqueles filmes em que o personagem atravessa uma porta, entra num armário ou coisa parecida e sai em outro lugar, outro tempo. Um colchão duro em um estrado, coberto por uma colcha de chenile lavada muitas vezes, paredes amareladas que não viam pintura havia décadas, o banheirinho com uma tábua quebrada no vaso sanitário, roupas dobradas em uma cadeira. O ambiente não era sujo porque Dadá era caprichosa com o pouco que tinha.

Várias bonequinhas costuradas por ela estavam recostadas na cama e sobre um armário baixo, onde também havia retalhos, linhas e agulhas. Aquelas bonecas eram bem-feitas e bonitinhas, mas me davam medo (Cruz, 2022, p. 121-122).

O quartinho de Dadá é a representação iminente do cativo. Ele simboliza “outro tempo” e o tempo presente que nos revelam realidades tão próximas a nós que aterrorizam, especialmente, quando concluímos, de maneira cabal, a ameaça da herança escravista presente no trabalho doméstico.

O medo relatado por Mabel ao conhecer o quarto de Dadá e ver aquelas bonecas de pano feitas à mão, ano após ano, retratam a infância perdida com o trabalho forçado e excessivo, destinado à servidão. Por isso, as bonecas são a dose de terror necessária para Mabel, pois ela compreende a violência que corpos como o dela e de Dadá sofrem desde a tenra idade.

O capítulo “Criada-mudo” é importante por apresentar uma situação não tão mais rara em nosso cotidiano⁶⁶, o resgate de trabalhadoras domésticas em situação de trabalho análogo à escravidão, mulheres que são escravizadas desde a infância sem nenhum direito trabalhista e que vivem sob o controle psicológico de seus patrões. Por isso, o engajamento daqueles que estão em torno da trabalhadora doméstica é extremamente importante, vizinhos podem ser cruciais na resolução deste crime, as denúncias anônimas atuam como

⁶⁶ De acordo com os relatórios do Ministério do Trabalho, no ano de 2021 foram resgatadas 31 pessoas em situação de trabalho análogo ao escravo, tendo esse número saltado para 41 pessoas no ano de 2023. Geralmente, tratam-se de mulheres negras que trabalham desde a infância para uma única família, inclusive são oferecidas para trabalharem nas casas dos filhos dos primeiros empregadores, sem dúvidas, fazem parte da herança colonial e escravista como podemos observar no relato retirado do livro de Preta-Rara: “Uma conhecida casou e, como presente de casamento, seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era “muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento. A moça ficou extremamente feliz e disse que foi um dos melhores presentes de casamento” (2019, p. 43). Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/resgates-em-aco-es-de-fiscalizacao-do-mte-escancaram-trabalho-escravo-domestico-no-pais-1>. Disponível em: 25 jun. 2024.

chave de libertação dessas pessoas, assim como foi feito por João e Cacau que mesmo com as advertências do pai - que tinha medo da retaliação dos moradores do condomínio - não deixaram de denunciar e puderam auxiliar na libertação de Dadá, mesmo que de maneira indireta.

De acordo com Eliana Alves Cruz em entrevista ao Programa Leituras da *Tv Senado*, a escrita do livro *Solitária* aconteceu durante o ano de 2021, justamente, quando vivíamos o isolamento devido à pandemia do vírus Covid-19. Para ela, este momento fez efervescer muitas situações problemáticas em relação ao trabalho doméstico remunerado, situações essas muito relacionadas ao nosso passado colonial⁶⁷. São as questões latentes da pandemia mais o impacto da personagem Dodó nos leitores de *Água de Barrela (2016)* que levam a autora escrever uma *narrativa de cadência acelerada*⁶⁸, mas que é necessária para escancarar o racismo, mais provável nas casas brasileiras de classe média alta.

Na entrevista, a autora fala a respeito da escolha do título da obra que se refere não somente ao sentimento de solidão, vivenciado por todos nós, no período pandêmico, como ao próprio ambiente perturbador das prisões: a solitária⁶⁹. Sentidos coerentes com a relação entre trabalho e a vida das domésticas que dormem/vivem nos seus ambientes de trabalho. Em muitas casas de família, elas são privadas da liberdade de ir e vir, de manter o contato com seus familiares e amigos, a solidão torna-se uma particularidade dessas mulheres. Neste sentido, a autora evidencia, ao resgatar a história da sua tia-avó, o aprisionamento mental e tudo que o rodeia. Fato que podemos observar no primeiro diálogo entre Mabel e sua mãe no quintal da casa no subúrbio:

— Mãe...a senhora precisa se libertar dessas pessoas...
A senhora não deve nada a elas, pelo contrário. Mãe...sou eu, a Mabel, sua filha. Não tenha medo de encarar esse povo que nunca limpou a própria privada! (Cruz, 2022, p. 11).

⁶⁷ Aqui, tenho em mente todas as situações de desrespeito e privações que as trabalhadoras domésticas vivenciaram durante a pandemia, podemos citar o desemprego e a privação de liberdade dessas mulheres. Esses dois fatos marcantes são expostos na reportagem da BBC News Brasil intitulada “Tinha patrão, hoje tenho cliente”: as diferenças de ser doméstica no Brasil e nos EUA. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57855932>. Acesso em: 27 mai. 2024.

⁶⁸ Maneira como é definida a obra de Eliana Alves, na orelha do próprio livro.

⁶⁹ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, solitária significa, entre outros: Divisão ou cela de uma prisão onde se conservam isolados os presos que devem estar incomunicáveis. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/solit%C3%A1ria>. Acesso em: 27 mai. 2024.

A libertação para Eunice acontece com a ajuda de sua filha, mãe e amigos, em consonância, a libertação da Dadá do seu cativeiro moderno é graças a denúncia anônima de Cacau e João Pedro. Porém, Dodó, personagem emblemática e inspiradora da trama de *Solitária* não tem o mesmo destino, e morre aprisionada naquele ambiente docemente hostil à figura da mulher que era *quase da família*. Nesse sentido, a relação feita por Eunice sobre o surgimento do significado da palavra criado-mudo atrela-se a reflexão de sua identidade como trabalhadora doméstica e a sua libertação do papel de criada-muda.

Lembrei da vez em que perguntei a Cacau se certa história que tinham me contado era verdadeira. Eu disse a ele que tinha ouvido falar que chamavam a mesinha ao lado da cama de “criado mudo” porque antigamente quem ficava ao lado da cama dos senhores era uma pessoa escravizada, que precisava ficar ali, calada e à mão para qualquer necessidade de seus “donos”. Cacau era estudioso e foi pesquisar para mim. Ele disse que não chamavam a mesinha de criado-mudo no tempo da escravidão, mas fiquei pensando que, independentemente de quando deram o nome para o móvel, com certeza foi pensando nos empregados e nas empregadas que inventaram esse “criado-mudo”. Eu, de certa forma, fui criada-muda. Não seria mais (Cruz, 2022, p. 116-117).

Podemos pensar em um terceiro sentido para o título *Solitária*, também muito coerente com o assunto abordado na obra, a sua relação com os vermes *Taenia solium* e *Taenia saginata*⁷⁰, causadores da doença *teníase*, comum aos seres humanos. Para compreender esse sentido, recorro às explicações biológicas dadas à doença. Popularmente conhecida como solitária, se instala no intestino (mamíferos no geral) e, de acordo com o site da Embrapa, na página intitulada “Contando Ciência na web”, a teníase pode causar alguns sintomas como dores de barriga, vômito, gases e mal-estar gástrico. Nem todos os infectados pelo verme apresentam tais sintomas, contudo, eles tornam-se hospedeiros e disseminadores do verme na natureza. Como a maioria dos hospedeiros, ela não mata quem a hospeda, mas causa malefícios à saúde em geral, especialmente, perda de vigor, retardo no crescimento, no caso de crianças. Neste sentido, o indivíduo portador da tênia adulta se torna um disseminador de outra doença relacionada ao verme: cisticercose⁷¹.

⁷⁰ “Esses vermes são transmitidos ao homem por meio do consumo de carne crua ou malpassada, de origem suína e bovina que estejam contaminadas. Portanto, para evitar a teníase é importante consumir carnes somente bem passadas e bem cozidas”. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/observaped/solitaria/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

⁷¹ Doença causada pelo contato com as fezes humanas infectadas pelos vermes *Taenia*.

Os seres vivos interagem, de modo e de outro entre si. Para a ecologia, existem muitas maneiras de se denominar essas relações, as relações benéficas, para ambas espécies é denominada “mutualismo”, por sua vez, a relação em que um dos seres vivos é beneficiado em detrimento do outro é denominada “antagonismo”. Nesse sentido, “parasitismo” é um tipo específico de antagonismo, uma vez que um dos seres vivos envolvidos neste tipo de relação é prejudicado. Encontrados praticamente em todos os lugares do planeta, os parasitas necessitam de organismos que forneçam abrigo e comida adequada para a sua reprodução, esses organismos são denominados hospedeiros. São eles, na maioria das vezes, os prejudicados nesta relação.

Na página *web* da *Unesp para Jovens*, em dos artigos voltados para o conhecimento da biodiversidade, intitulado “Conheça alguns importantes parasitas⁷² que atacam humanos e vivem nos trópicos”, dos autores Binh Cao e Pascale S. Guilton, são apresentados alguns tipos de parasitas, seus efeitos à saúde humana, bem como seu relacionamento “constante e complexo” com o hospedeiro.

O parasitismo é uma batalha constante pela sobrevivência entre o parasita e seu hospedeiro. Como os parasitas dependem de seu hospedeiro para obter comida e abrigo, não devem destruí-lo até estarem prontos para passar para o próximo. Enquanto isso, os hospedeiros devem se proteger do perigo, desafiando constantemente os organismos parasitas ao criar para eles condições desfavoráveis. O hospedeiro tentará privar os parasitas de nutrientes, matando-os de fome, ou atacará o inimigo com suas fortes defesas imunológicas. Para viver em um ambiente tão difícil, cada parasita desenvolveu diferentes estratégias de sobrevivência. Ao longo de milhões de anos de evolução, os parasitas desenvolveram inúmeras características interessantes para ajudá-los a se adaptar a ambientes específicos (Cao, Guilton, 2023, recurso online).

De maneira análoga, o verme solitária pode ser compreendido como a colonialidade. A colonialidade permanece nos países que foram colonizados e fazem deles os

⁷² A ideia do parasitismo dentro das relações humanas foi recentemente trabalhada no longa-metragem sul-coreano denominado *Parasita* (2019), do gênero *thriller*. A narrativa retrata, de muitas maneiras, uma realidade da Coreia do Sul, especialmente, aquela voltada para as desigualdades econômicas no país. São apresentadas duas famílias de polos distintos, os Parks e os Kims, os primeiros são muito ricos e vivem numa mansão, os segundos são pobres e vivem em um apartamento subterrâneo. É possível observar que o parasitismo referenciado no próprio título do filme vai além da ocupação da casa dos Parks pelos integrantes da família dos Kims, vemos ao longo do filme, a reflexão sobre a hierarquia social que nos faz questionar quem são os parasitas e quem são seus hospedeiros.

hospedeiros de seus ideais eurocêntricos. Invadem os corpos dos indivíduos racializados e sugam toda a energia vital em prol do crescimento econômico, político e estético do capitalismo. Nesse sentido, Eliana Alves Cruz consegue figurar de maneira muito coerente a perspectiva defendida por Quijano e todos aqueles que seguem esta linha de raciocínio.

Por isso, *Solitária* é uma obra decolonial, pois subverte as narrativas dominantes sobre o trabalho doméstico remunerado, ao trazer para o primeiro plano a perspectiva da trabalhadora doméstica, mas sem colocá-la como mera vítima⁷³, atribuindo visibilidade às personagens que só eram vistos a partir de uma percepção preconceituosa e elitista.

Dodó, Eunice e Dadá são as representações de mulheres que estão sempre ocupadas com as tarefas diárias de uma casa, e, diga-se de passagem, são infinitas e cíclicas. Nem sempre prontas para acatar o novo *pedido* de organização por categoria de cores das roupas no guarda-roupa, a limpeza minuciosa do rejunte do banheiro social, o preparo daquele prato preferido do seu doutor fulano, a compra da feira da semana no mercadinho ao lado, o cuidado com o cão de raça, a ajuda para cuidar de mais um integrante na família, como podemos notar na perspectiva de Mabel o momento no qual sua mãe é recontratada, após ter sido mandada embora, para o trabalho de doméstica:

É impressionante como a vida toda muda em segundos...—
murmurava ele.

— Eunice...vamos ter um bebê! — d.Lúcia revelou.

Mamãe balbuciou um “parabéns”, d.Lúcia. Parabéns, seu Tiago”. Ele enlaçou os ombros da mulher e prosseguiu:

— Vamos precisar de alguém de confiança aqui e, apesar do terrível incidente...

(...)

— No entanto, teremos muitos gastos novos e imprevisíveis...— seu Tiago prosseguiu. — Vamos precisar fazer um pequeno ajuste no seu salário (Cruz, 2022, p.29-30).

A narrativa de Eliana Alves ficcionaliza a realidade de muitas mulheres, inclusive histórias parecidas como as vistas no capítulo anterior desta tese nos relatos recolhidos pela Preta-Rara. Traz episódios variados sobre os desafios de convivência, entre gerações,

⁷³ A palavra vítima tem o sentido de só colocá-la como sujeita passiva diante das ações de violência sistêmica sobre esses corpos. As trabalhadoras domésticas compreendem - mesmo sem entrar na autorreflexão mais profunda - que sofrem com o poder que circula dentro daquele ambiente. Elas não são passivas nem mesmo coniventes com isso, contudo, o que fala mais alto, na maioria das vezes, é a falta de oportunidades e as dificuldades financeiras, que não as deixam migrar livremente no mercado de trabalho.

classes e gêneros diferentes que dividem, desproporcionalmente, uma casa burguesa. Neste sentido, em *Solitária*, observamos como se dá o amadurecimento precoce de Mabel em contraste com a infantilização de Camilinha, filha única do casal d. Lúcia e seu Tiago. A apatia do seu Tiago em relação aos mandos e desmandos da esposa, a relação amorosa de Eunice com o porteiro Jurandir em contraposição ao distanciamento do marido Sérgio, homem doce, mas que sob a influência das bebidas alcoólicas, perdia completamente a razão e a agredia, entre outras situações comuns do cotidiano de uma mulher trabalhadora, mas que acontecem, principalmente, em um ambiente que carrega sonhos e metas muito distantes uma da outra.

A primeira parte da narrativa da obra de *Solitária* é dedicada à perspectiva de Mabel, filha única de Eunice. Ainda criança adentrou com a mãe pela porta de serviço da luxuosa cobertura e com a mãe dividiu o quatinho de empregada e, uma pequena parcela do trabalho, especialmente, os cuidados com a herdeira da casa.

Eu era muito menina e aquela bebezinha parecia umas das minhas bonecas: branca, rosada e risonha. Aprendi a cuidar dela ao ver minha mãe dando mamadeira, banho, chupeta, comida, remédio, colo, mas...sei lá. Fui deixando as bonecas de lado por causa do bebê Camila. Cuidar de uma criança não parecia mais diversão para mim. Era trabalho...e muito! (Cruz, 2022, p. 44).

Na cozinha, Mabel fez amigos, amores e amadureceu precocemente, especialmente ao dar conta das diferenças sociais, culturais e de gênero presentes entre ela e aquelas pessoas que viviam no condomínio Golden Plate. Também, é na cozinha, a comemoração da sua aprovação no vestibular para o curso de medicina. Sem dúvidas, um divisor de águas para ambas.

A segunda parte do romance é narrada pela perspectiva de Eunice, filha de d.Codinha. Começou a trabalhar como empregada doméstica ainda muito nova, devido ao pouco tempo de escolarização. Em certo momento da vida com o marido alcoólatra, a necessidade de sustentar a filha e ajudar com as despesas de saúde da mãe, Eunice conseguiu o emprego na casa de d. Lúcia e Seu Tiago. Para ela, o trabalho naquela casa torna-se seu maior objetivo, oferecer melhores condições de vida para sua filha, para que Mabel, a partir dos estudos, alcançasse um lugar em que nenhum membro de sua família havia conseguido. A realidade é que nem Sérgio nem d.Codinha podem presenciar a vitória de ambas, mas Jurandir, porteiro do edifício e pai de Cacau e João Pedro esteve ao lado dela,

sempre disposto a ajudá-la, manteve-se fiel aos seus sentimentos e aos encantos de Eunice, chamada, por ele, de Nice.

A terceira e última parte é dedicada à perspectiva das Solitárias – os lugares nos quais Eunice e Mabel e outros personagens secundários da narrativa viveram ou passaram: Quarto de empregada, Quarto de porteiro, Quarto de hospital e Quarto de descanso. A partir da voz narrativa destes cômodos, podemos conhecer mais sobre a história das personagens.

Por se tratar de gerações diferentes, percebemos o quanto essas duas mulheres - mãe e filha - se distanciam nas perspectivas de enfrentamento às adversidades da vida. Ambas ficaram grávidas na adolescência, Eunice, aos 14 anos, engravidou do primeiro namorado, mas perdeu o bebê em um aborto espontâneo; Mabel, por sua vez, aos 16 anos, engravidou de João Pedro, optou pelo aborto, mas que só conseguiu realizar com a ajuda financeira de d.Lúcia. A mãe com uma visão mais tradicional - religiosa, moral e pouco científica sobre o aborto - possui muitas dificuldades de compreender os motivos pelos quais a filha opta por interromper a gravidez, mas em dado momento, após as duras palavras da filha:

— A Dadá tinha dez anos quando foi para a casa da d.Imaculada. Quantos anos eu tinha quando entrei pela primeira vez na casa da d.Lúcia? A senhora vai receber seu pagamento segunda-feira. Vai receber o meu também? Crime é não ter saída, mãe... (Cruz, 2022, p. 123).

Eunice consegue perceber que a filha não tinha condições de manter uma gestação, uma criança, muito menos, teve escolha ao adentrar com ela na porta de fundos daquele apartamento de luxo que levaram as duas viverem anos no quatinho de empregada: “Agora eu é que estava contra a parede. Era verdade. Não enxerguei sua pouca idade, seu isolamento, suas dúvidas e seus desejos” (Cruz, 2022, p.123).

Contudo, a divergência calcada nos anos e nas percepções distintas de se compreender as mudanças, não faz delas pessoas estranhas, pois o amor maternal, traduzido na própria escolha do nome Mabel⁷⁴, além do sonho de ver na filha a promoção

⁷⁴ De acordo com o Dicionário de nomes próprios - Significados dos nomes, Mabel: “É um nome originado no inglês Mabel, Mabella, versões medievais do nome vindo do latim Amabilis, que quer dizer literalmente “**amável, amorosa**”. Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropios.com.br/mabel/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

de um futuro melhor, faz com que mantenham a união, apesar dos questionamentos e inseguranças: “Eu estava magoada por todas as mentiras, e algo me dizia que tinha mais coisa naquela história, mas Mabel é minha filha e não existe nada mais importante que ela em toda a minha vida” (Cruz, 2022, p. 92).

A visão do trabalho mais condicionada de Eunice também é compartilhada por personagem doméstica da cinematografia brasileira: Val. Personagem principal do filme *Que horas ela volta?* (2015) ao receber sua filha, recém-chegada do interior para prestar o vestibular para o curso de arquitetura, questiona o comportamento dela que não mantém o código de conduta esperado pelos patrões de filhos de empregados/serviçais. Jéssica não corresponde ao esperado, pois subverte a relação comportamental da tríade patroa/empregada/filha da empregada, em oposição à invisibilidade e distanciamento pessoal dos proprietários da casa, ela se faz presente e visível àquelas pessoas, gerando emoções desconhecidas e aterradoras aos que já se acostumaram em manusear o poder.

Enquanto Jéssica, no filme, se torna visível, Eunice, em dado momento de autorreflexão, relembra a tarefa difícil e dolorosa da filha em se manter invisível aos olhos de d. Lúcia, seu Tiago e Camilinha.

Hoje fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados que ocupamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é filha dessa mulher também deve ser. Ela não pode rir como uma criança, não pode pular ou fazer travessuras como uma criança. É um incomodo, alguém apenas tolerado...era como dizia num dos livros de uma escritora chamada Conceição Evaristo, que Mabel passou a devorar e de vez em quando lia pra mim: ‘em boca fechada não entra mosquito, mas não cabem risos e sorrisos’ (Cruz, 2022, p. 97).

O trecho citado é um processo de autoconsciência de Mabel que ao longo da juventude foi diversas vezes silenciada e invisibilizada no espaço da casa dos patrões de Eunice. A autora Eliana Alves Cruz, ao mencionar a leitura da obra de Conceição Evaristo, cânone da literatura negra brasileira, demonstra o reconhecimento de identidade enquanto mulher negra e filha de trabalhadora doméstica.

A ruptura realizada por Jéssica é também realizada por Mabel, naturalmente, na vida adulta, ao conquistar a tão sonhada e questionada vaga no curso de medicina de uma

universidade pública. A partir desse momento, Mabel junto à mãe cortam os laços com aquela família, enfim podem continuar suas vidas, ainda com muitos percalços, dificuldades e luta na *casinha* do subúrbio, mas agora livres da gaiola dourada, maneira metaforizada que Mabel encontrou de descrever o apartamento de luxo no condomínio Golden Plate.

Eu e mamãe continuávamos ali, na gaiola dourada do edifício Golden Plate. Éramos pássaros dentro de um viveiro luxuoso, mas uma jaula deixa de ser a vilã da liberdade só porque é pintada de dourado? Tínhamos asas condicionadas que vez ou outra nos levavam para outros pousos: nossa casinha no subúrbio distante ou para algum outro lugar, mas o retorno ao “criadouro” era certo (Cruz, 2022, p.69).

Para ela, aquela residência representa uma prisão simbólica e física - pensando no significado do quartinho de empregada como uma solitária - sua e de sua mãe, no qual não é possível alçar voos mais longos, suas asas cortadas estão condicionadas ao cativeiro dourado e reluzente do edifício Golden Plate. Inclusive, o próprio nome do condomínio, traduzido como Prato de ouro, nos dá pistas sobre as pessoas que ali residem, indivíduos que prosperaram na vida e são reconhecidos pela riqueza histórica de gerações e gerações, por esse motivo, tudo o que está em torno dessas pessoas aparentam e cheira à abundância, ao esplendor do ouro herdado dos primeiros *exploradores das terras desconhecidas*.

A casa da D.Lúcia continuava igual. Fazia uns bons anos que eu não pisava ali, mas aquele parecia um lugar parado no tempo. Sempre tive essa sensação, e acho que era porque tudo na cobertura tinha uma história para contar e, segundo ela, valia muito dinheiro. O vaso oriental comprado na viagem do pai diplomata, o sofá gigante desenhado pelo arquiteto famoso, a cristaleira de madeira de lei que foi da fazenda da bisavó, a cadeira moderna que se destacava no meio das antiguidades, o espelho de cristal no quarto do casal... (Cruz, 2022, p. 127).

Mabel faz uma reflexão sobre o aprisionamento seu e de sua mãe naquele ambiente luxuoso. Em *Água de Barrela*, há também uma reflexão sobre a condição de aprisionamento dos personagens que já não eram mais pessoas escravizadas, porém, ainda estavam amarrados às condições desfavoráveis de sobrevivência do período pós-abolição, tornando-os pessoas que estavam condicionadas aos antigos senhores de engenhos. Essa

reflexão surge na fala de Adônis, pensando no contexto de trabalho análogo à escravidão, que vivia sua filha Dodó:

Ela abaixou a cabeça. Ele franziu a testa. No fundo, tinha muita pena da filha por não conseguir se libertar. Suspirou pesaroso, pois subitamente percebeu que ele, Martha e Damiana, embora estivessem livres, também estavam presos.... Por alguns momentos, achou que foi em vão tanta luta. Era como se tivessem escapado de uma gaiola para cair em outra mais cruel que estava dentro de cada um deles. Grilhões pesados. Por alguns momentos, sentiu inveja da alienação da neta Nunú. Achou que ela era a única que estava realmente fora daquele “visgo”. A loucura dela aparentava para ele ser mais sã que aquela que atravessava intacta os tempos: a do eterno cativo” (Cruz, 2016, p. 360).

A reflexão de Adônis em consonância com a reflexão de Mabel a respeito do aprisionamento é importante para compreendermos a ideia da prisão que se expande para o espaço da casa. Por isso, nos próximos tópicos discuto, a partir da visão arquitetônica, como a casa e suas divisões, os cômodos, mantém atualizada a perspectiva escravocrata e racista do trabalho doméstico remunerado.

5.2 A CASA

A respeito do espaço da casa é importante destacar que um lugar pode ter muitas significações, depende da experiência vivida nele, para que possamos atribuir algum tipo de valorização. Bachelard em *A poética do espaço* (1958) apresenta uma interessante reflexão sobre a simbologia das imagens da casa, pensando ela como instrumento de proteção da alma humana, por isso, sugere o quarto, o porão, o sótão, ou até *espaços habitados por coisas*, as gavetas, os cofres e os armários, como lugares de intimidade, tornando todos eles apropriados para a produção de sentimentos e lembranças. Nesse sentido, a casa configura-se como elemento de estabilidade, conforto e acolhimento. Por outro lado, a casa também pode simbolizar o oposto, e ganhar contornos negativos. Não carregar consigo a ideia de proteção e abrigo, e isso dependerá essencialmente dos tipos de relações vividas nesse lugar.

Para as trabalhadoras domésticas, a casa, ambiente público e privado, é antes de mais nada, o espaço físico de trabalho - por mais que saibamos que a relação entre pares trabalhadora-patrões, não seja estritamente profissional neste local, devido à prestação de

serviços ser feita em ambiente doméstico e a existência de uma percepção preconceituosa e racista a respeito das pessoas envolvidas nesta profissão - a casa, aqui, deve ser entendida e explorada na sua concepção primeira “nome genérico de todas as construções destinadas a habitação”⁷⁵.

A casa para as trabalhadoras domésticas que dormem no trabalho ganha muitas significações, para algumas, ela pode significar segurança e até ser sinônimo de afetuosidade, no qual o sentido de trabalho/habitação desenvolve-se para a concepção de lar transitório, contudo, para outras, é o próprio cativo.

É importante salientar que nem todas as trabalhadoras domésticas relatam insatisfação com a profissão e/ou com as relações dentro das *casas de família*, isso depende, especialmente, da relação entre trabalhadora e patrões, pois o trabalho pode significar estabilidade financeira. Além do mais, é quase certo que haja a criação de afeto neste ambiente, veja um dos relatos positivos presentes na obra *Eu, a empregada doméstica* (2019):

Estou vendo os relatos e percebi que estou no céu tem 10 anos que trabalho pra uma família , agora só minha patroa pois eu esposo faleceu tem 2 anos ajudei a cuidar dele enquanto estava doente e fiz o máximo que pude pois sempre me tratou com respeito e carinho e a minha patroa fala que sou companheira dela compartilhamos segredos e tenho um sentimento bom em relação a ela, estou estudando o ano que vem me formo estou com o coração partido só de saber que vou ter que deixar lá mas sei que será melhor pra mim. Pois a profissão de empregada é muito desvalorizada pois quando alguém pergunta sua profissão algumas vezes olha com cara de desprezo (Preta-Rara, 2019, p. 46-47).

Uma coisa é certa, o espaço da casa possui muitos sentidos contraditórios e geram emoções confusas para aquelas que são *quase da família*.

Sendo a casa a representação do espaço familiar na sociedade, é natural que cada repartição sua tenha uma função social específica. Nesse sentido, é importante salientar que os cômodos e os móveis que o compõem representam muito sobre uma sociedade, no caso do Brasil, os espaços das habitações evoluíram de acordo com as necessidades e anseios da família patriarcal.

⁷⁵ Definição de acordo com o Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Casas-grandes, casas térreas, sobrados, palacetes, vilas, apartamentos, conjuntos habitacionais, condomínios horizontais, condomínios verticais, flats – enfim, várias formas de morar, porém todas guardando inter-relações semelhantes, mesmo com o passar do tempo, deixando entrever que a sociedade brasileira tem uma face. Esta pode ser compreendida com clareza se percorrermos os corredores de nossas residências e observamos que a família é o seu principal fator gerador (Veríssimo; Bittar, 1998, p. 28).

Assim, cada setor da casa possui uma genealogia de funcionamento específica para as interações sociais e para a comodidade dos integrantes da família. A residência possui uma divisão tradicional dos setores denominados em social, íntimo e serviço. Cada setor é dividido em espaços físicos destinados à socialização, o setor social tem a sala como principal cômodo, o setor íntimo possui o quarto e o setor de serviço tem como principal repartição, a cozinha.

Diante da organização escolhida pela autora no livro *Solitária*, ao fragmentar as seções em pequenos capítulos que se referem aos cômodos da casa e apresentar às perspectivas de Mabel e Eunice sobre as situações vividas no edifício Golden Plate, divido a explicação dos ambientes da casa, nesta tese, a partir da concepção de setorização em ambientes de arquitetura, de acordo com a explicação presente no blog de arquitetura de Alexandre Duarte e Nicole Scovino que entendem este termo como a:

divisão do espaço em diferentes setores ou zonas funcionais para atender às necessidades específicas do usuário e otimizar a funcionalidade e a eficiência do projeto. A organização dos setores tem como objetivo garantir a privacidade, facilitar a circulação das pessoas e otimizar o uso dos espaços (Scovino; Duarte, 2021, recurso online).

Faço isso, pois a setorização da casa permite captar os espaços permitidos e limitados para a vivência das trabalhadoras domésticas.

5.2.1 A simbologia da sala de estar

A sala de estar é a representação social da família. Cenário de disputas e conflitos inerentes às relações sociais, este espaço reflete a demarcação de lugares e experiências de vida. De acordo com Veríssimo e Bittar, este espaço “faz a transição entre o exterior (mundo) e o interior (doméstico). Assim, deve estar organizado, refletindo para o visitante o anseio, as posses e a disciplina da família” (1998, p. 57). Reflete as conquistas, interesses

e as predileções dos ocupantes da casa, traduzidos nos móveis, objetos e até nos souvenirs de viagens.

D. Lúcia tinha me falado que tudo na sala tinha uma história e era muito valioso. Ela me mostrou um vaso que ficava num quadrado enfiado na parede, uma jarra da China ou do Japão, sei lá... Falou que valia vinte anos do meu salário. Vou confessar: nunca tirei aquilo de dentro do quadrado (Cruz, 2022, p.78).

Expor um vaso de origem chinesa ou japonesa na sala de estar, simboliza o *fetichismo* do ocidente com o oriente, expresso pelo colonialismo. A fala de D. Lúcia é justamente a mensagem que ela gostaria de transmitir por meio da sua sala de estar. Demonstrar aos visitantes e aos funcionários da casa que sua riqueza e conhecimento atravessam os tempos, assim como a história ocidental. Por isso, o medo de Eunice de retirar do quadrado sagrado aquela relíquia de família é mais que compreensível, uma vez que quebrar o vaso configura uma demissão. A visão prática da trabalhadora a respeito dos tesouros daquela sala, é contrária à visão simbólica e burguesa dos patrões sobre a validade daquele espaço.

Seu Tiago tinha mandado instalar uma iluminação especial no vão onde o vaso ficava. Era uma parede bonita, logo na entrada do apartamento, e à noite, quando as luzes acendiam automaticamente, a porcelana ficava mergulhada num tom azul envolvente, relaxante. Impressionava de cara qualquer visitante (Cruz, 2022, p. 85).

Eunice entende a onipotência daquele lugar, como foi observado por ela mesma: “Aquela sala...meu primeiro dia tinha sido quase concentrado nela. Nunca havia visto uma sala daquelas!” (Cruz, 2022, p. 78). Assombrada pelo tamanho - “Minha casa toda e talvez mais um pedaço da casa do vizinho cabiam ali” (Cruz, 2022, p. 78) e a decoração ostensiva do espaço, cada detalhe deve ser levado em conta, no momento da limpeza, até os móveis devem ser manuseados com cuidado. Ali, nada pode ser danificado, pois é sinônimo de profanação e desrespeito ao sagrado império construído por aquela família.

Para a Eunice, a limpeza da sala de estar significa seu primeiro teste. A carteira esquecida propositalmente entre as almofadas do sofá pode ser interpretada como um mecanismo utilizado pelas patroas de verificação da honestidade da trabalhadora. É importante esclarecer as consequências psicológicas e emocionais por quem passa por esse teste, devido aos sentimentos de humilhação e vulnerabilidade diante do dinheiro

exposto pelo patrão, conforme observamos na fala de Eunice:

Olha, encontrei uma carteira e coloquei dentro dessa caixa...Alguém não deve ter reparado que caiu quando se levantou.
Puxei a gaveta de um armário encostado na parede. Ela pegou a carteira, contou nota por nota e me olhou com um sorriso enigmático. As palavras de mamãe não me saíam da cabeça, e se antes havia coisas que eu achava difícil compreender, naquele primeiro dia comecei a entender tudo (Cruz, 2022, p. 80).

A exposição narrada por Eunice e as consequências psicológicas deste tipo de teste empregado às trabalhadoras domésticas, também são relatadas na obra de Preta-Rara:

Fui contratada para passar uma roupa numa residência, onde fui indicada pela irmã da patroa, ao começar a passar a roupa, senti nos bolsos algo incomodando o ferro de deslizar pela roupa, procurei ver o que tinha nos bolsos, quando eu vi, eram notas de 20, 50 e 100R\$ que estavam espalhadas pelos bolsos das roupas, fiquei tão indignada e chorei pela humilhação que estava passando ali, a patroa tinha colocado várias notas pra saber se eu iria pegar o dinheiro pra mim, quando terminei de passar a roupa, juntei a quantia que estava nos bolsos, fui até a sala onde ela estava com a família, pra dizer que tinha terminado de passar a roupa e coloquei o dinheiro em cima do centro da sala e disse que não fui para lá pra ser testada, mas sim pra fazer o meu trabalho e receber honestamente pelo que trabalhei, fiquei tão chateada que não quis receber o dinheiro sujo que ela iria me dar. Nunca imaginei que seria tratada daquela forma pois ela sabia que eu era uma pessoa de confiança da irmã dela (Preta-Rara, 2019, p.112).

Além do mais, sabemos que de acordo com as leis trabalhistas é assegurado que nenhum trabalhador ou trabalhadora deve ser exposto a algum tipo de situação constrangedora, isso implica um tipo de crime qualificado pela justiça como assédio moral⁷⁶.

O que nos resta compreender são todos os preconceitos atrelados à profissão de trabalhadora doméstica que a desqualifica e desvaloriza pela a origem nas senzalas das

⁷⁶ “O assédio moral no trabalho se caracteriza por qualquer tipo de atitude hostil, individual e coletiva, dirigida contra o trabalhador por seu superior hierárquico (ou cliente do qual dependa economicamente), por colega do mesmo nível, subalterno ou por terceiro relacionado com a empregadora, que provoque uma degradação da atmosfera de trabalho, capaz de ofender a sua dignidade ou de causar-lhe danos físicos, ou psicológicos, bem como de induzi-lo à prática de atitudes contrárias á própria ética, que possam excluí-lo ou prejudicá-lo no progresso em sua carreira” (Prata 2008, p. 57 *apud* Santos, 2020, não paginado). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho-e-os-principios-constitucionais/785978531>. Acesso em: 04 jul. 2024.

casas grandes do Brasil.

5.2.2 A intimidade representada pelo quarto

O quarto é um dos cômodos da casa mais referenciado pelas escritoras na literatura. Podemos perceber essa referência ao evocar alguns títulos de obras importantes que mencionam e abordam a relação da mulher com o quarto, entre eles, a visão ensaística da inglesa Virginia Woolf em *Um quarto só seu* (1929), a visão diarística de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo* (1960) e a narrativa de Clarice Lispector em *A Paixão Segundo G.H* (1964). Em suas diferentes representações e percepções, de alguma maneira, o quarto está atrelado à figura feminina, especialmente, a burguesa, que por muitos anos esteve condicionada às suas paredes. Para a figura da mulher trabalhadora, o quarto é o cômodo menos habitado, é provável que elas tenham vivenciado mais o cotidiano das ruas do que da própria casa. Entretanto, podemos afirmar que o quarto representa o mergulho no íntimo, por isso está presente no setor da intimidade.

Nele, é possível relaxar e não estar preso à conduta esperada nos espaços de socialização, no qual aprendemos a criar disfarces e ocultar nossas emoções, por sua vez, devido seu caráter de intimidade é no quarto que nos deparamos com as nossas maiores angústias, terríveis medos e podemos exibir nosso lado mais sombrio. É provável que algo que gostaríamos de esconder, seja colocado no fundo de umas das gavetas de um móvel qualquer no quarto, ou que façamos coisas imagináveis por familiares e amigos num quarto trancado.

Por isso, foi no quarto de Camilinha que Mabel e João Pedro manifestaram o desgosto de conviverem em realidades tão distintas da herdeira da família e às escondidas se rebelaram contra ela, como observamos na fala de Mabel: “E foi por causa dela e da vontade de afrontar, de espezinhar, de se impor ao mundo das pessoas daquele prédio que fizemos uma travessura que mudou o rumo da nossa vida. No quarto do bebê, fizemos outro bebê” (Cruz, 2022, p. 46).

Outro momento em que o quarto aparece em sua intimidade e opressão destacando as desigualdades entre as personagens, Mabel e Camilinha, é na descrição de Mabel do quarto da filha da patroa:

O quarto da neném era uma floresta de pelúcias de ursinhos, zebrinhas, girafinhas, leãozinhos e personagens de desenhos

animados. Havia ainda uma coleção de bonecas de louça que tinham sido da avó da avó de D.Lucia. A cama branca e rosa tinha dossel, véu e laços. Na cabeceira, uma delicada coroa dourada. Limpar aquele quarto era uma tarefa para experts da faxina, alguém com anos de experiência de limpeza e cuidado. Alguém como a minha mãe (Cruz, 2022, p. 44).

Este cômodo pode ser considerado o “esconderijo perfeito” para a realização de desejos ocultos, negados às sete chaves perante a sociedade. Dessa maneira, ao “entrarmos no setor íntimo, estamos penetrando em desconhecido universo velado, preconceituoso, repleto de símbolos e tabus raramente revelados a visitantes, elementos estranhos ao seio da família” (Veríssimo; Bittar, 1999, p. 88). Dentro dessa perspectiva trazida por Veríssimo e Bittar, do quarto como o “universo velado”, apresento um dos episódios da narrativa contados por Eunice em que o quarto se torna testemunha de um crime que está fortemente relacionado ao pensamento racista colonial.

Luzia era a última das empregadas domésticas contratada após os cinco anos do pedido de demissão de Eunice. Gilberto, ou Gi, seu filho de 4 anos, assim como Mabel acompanhava a mãe no trabalho. Neste dia, a pedido de Camilinha, Eunice foi ensinar a Luzia fazer “uma feijoada de verdade”, mas a moça esqueceu de comprar todos os ingredientes da receita e a nova empregada se prontificou a buscar o restante, ao mesmo tempo que Eunice adiantava as outras etapas do preparo. Foi timidamente com muito receio, voz sumida e “achando aquilo muito errado” que Luzia pediu para Camilinha cuidar de Gilberto. Sem a oposição da filha da patroa, ela confiou a tarefa e foi em busca dos mantimentos no mercado próximo.

Enquanto cortava a couve bem fininha, Eunice começou a se recordar daqueles episódios desagradáveis vividos por ela naquela casa. Entre os episódios, Eunice se recordou do afogamento acidental de Bruninho na piscina, que resultou em sequelas para o resto da sua vida; o tapa no rosto da babá-menina Irene, transferido pela mão de d.Helena, irmã de d.Lúcia, ao descobrir que a menina havia deixado Bruninho sozinho, por alguns minutos, a fim de verificar se a calça branca de uniforme não teria sujado de sangue menstrual; o vaso de porcelana chinesa despedaçado em cacos na sala de estar daquele apartamento de luxo, pelo desentendimento entre os primos Camilinha e Bruninho. Todas essas recordações inquietantes resultaram em uma ardência profunda em um dos seus dedos que deixou um fiapo de couve vermelho, a ardência só não foi mais profunda que o

barulho de vidro se estilhaçando:

Corri pelos corredores da casa segurando o corte no dedo embrulhado num pano até ver as amigas e Camila amontoados na porta do quarto de D.Lúcia. Lá dentro, o chão salpicado pelos cacos do espelho de cristal; caixas de vidro e outros objetos misturados ao carrinho, ao boneco de super-herói, a vários gizos de cera coloridos e aos desenhos de Gi.

Um frio percorreu minha espinha. No meio daquilo tudo estava a pé de chinelo pequeno, ao lado da cortina afastada, da janela aberta...

Ouvi d.Lúcia chegada na sala.

— Cheguei para a feijoada! Onde está todo mundo?

Ninguém tinha coragem de olhar lá embaixo (Cruz, 2022, p.131).

No quarto luxuoso do casal proprietário da cobertura do edifício do Golden Plate, evocamos um dos acidentes⁷⁷ que aconteceu no ano de 2020, durante o período da pandemia. Miguel da Silva, de 5 anos, filho único de Mirtes Renata, sob supervisão de Sari Corte, patroa de Mirtes - empregada doméstica da família - morreu após cair do nono andar do prédio de luxo dos patrões, enquanto Mirtes estava cumprindo a incumbência de passear com o cachorro de Sari. O menino procurou pela mãe nesse período e a patroa estava acompanhada da manicure que fazia suas unhas, Sari levou ele ao elevador e voltou para o apartamento. O menino após sair do elevador, se perdeu dentro do prédio e chegou no hall do 9º andar, Miguel foi até a área onde ficam peças de ar-condicionado, escalou a grade que protege os equipamentos e caiu de uma altura de 35 metros.

Não é coincidência a proximidade entre o incidente narrado e o noticiado, Eliana Alves Cruz exibe o racismo *nem tão velado assim* que as mulheres negras e seus filhos vivem no dia a dia, são evidenciados nesse processo criminal, uma vez que nem mesmo a morte de uma criança supera o fato de os envolvidos ainda não serem condenados, por isso, Mirtes afirma que:

Eu vejo também um pouco de descaso. E olha que é um crime que tomou uma proporção internacional e ainda não foi resolvido. Enquanto casos parecidos com o do meu filho já foram resolvidos. Um exemplo é o caso do menino Henry Borel, que já prenderam o padrasto e a mãe. E a Sari? Está solta. Porque é o caso de um menino preto.

⁷⁷ Caso Miguel completa 4 anos sem conclusão: “tortura grande” diz mãe. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae>. Acesso em: 02 jul.2024.

Porque se fosse o caso de um menino branco já tinha sido resolvido. É bem nítida mesmo essa questão (Agência Brasil, 2024, não paginado).

Nesse sentido, o quarto é um dos ambientes propícios para se expor e manifestar o medo de se perder os privilégios acumulados durante gerações. O quarto é um espaço da casa que carrega segredos, no qual não seriam revelados no convívio da sala de estar com as visitas ou da cozinha. É nele que podemos esconder nossos crimes e atrocidades, talvez por essa característica, ele foi escolhido pela autora para ambientar a cena de um acidente presenciado por Eunice no dia da sua aula de feijoada.

Nesse momento da narrativa que as protagonistas podem finalmente se livrarem da carga de serem para sempre gratas ao *acolhimento* que receberam ao longo dos anos naquela casa, quando Eunice pode escolher contar a verdade sobre o ocorrido no dia do acidente que tirou a vida do menino Gi.

5.2.3 A socialização no setor de serviços

Ao pensar nos setores da casa e suas características, é possível observar ao longo da evolução do espaço domiciliar o destaque para o setor de serviços: “No Brasil, só “pelos fundos” se percebem as relações familiares intrínsecas, seus hábitos alimentares — daí a arraigada tradição de “só entrar pela cozinha quem é de casa” e, portanto, pode observar aquilo que já conhece” (Veríssimo; Bittar, 1999, p. 107). Tendo em vista a relevância do setor de serviços para a compreensão da constituição da família tradicional no Brasil e sua intrínseca relação com a casa, analiso a cozinha, cômodo principal deste setor e mais adiante, um dos cômodos complementares, o quarto de empregadas, devido a sua centralidade na obra.

5.2.3.1 A cozinha

Os espaços da casa evoluíram de acordo com as necessidades e padrões ditados pela sociedade, como vimos anteriormente, o setor de serviços, no qual a cozinha é o principal lugar, evoluiu significativamente em comparação com os outros cômodos da casa. Suas origens nos quintais coloniais converteram-se em cômodos pequenos planejados com a inserção de eletrodomésticos modernos que facilitam o preparo dos alimentos.

Vale destacar que a cozinha é o local onde é gerado os pratos mais deliciosos e desejados pelos familiares e visitas, contudo, é o menos apreciado nos momentos do trabalho doméstico. Isto porque, o ato de cozinhar significa, de acordo com o Dicionário Aulete digital: “preparar (alimento) submetendo-o à ação do fogo ou por outro processo (brasas, forno de micro-ondas etc.)”. O preparo dos alimentos é uma tarefa demorada, repetitiva e quase sempre gera desordem na cozinha, devido às etapas de preparação dos alimentos crus. Por mais que o resultado seja saboroso e cause tremendo prazer em quem o desempenha, sem dúvidas, é também laborioso.

O ato de cozinhar requer atenção, prática e despende tempo no dia a dia, ele começa antes mesmo de estarmos na cozinha, cortando alimentos, fazendo a refeição. Inicia no planejamento dos pratos, a compra dos ingredientes, tendo em vista àqueles que estão armazenados na geladeira e nos armários. Ao reconhecer que cozinhar é mais que preparar alimentos, podemos compreender o quanto a cozinha é importante para nossa sobrevivência, mas que desvalorizamos a alimentação, o espaço da cozinha e quem está por detrás dela.

Desenvolvido majoritariamente por mulheres, cozinhar está atrelado ao trabalho reprodutivo, aquele que é desenvolvido no espaço privado, mas que não é considerado trabalho pelo capitalismo, apesar de ter fundamental importância para seu desenvolvimento, uma vez que a reprodução é a base do sistema (Federici, 2017).

A divisão entre a esfera pública e privada criada há séculos e a divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres sejam responsáveis por todo o trabalho doméstico desenvolvido dentro de casa e as mulheres racializadas, escravizadas em algum momento da história, são destinadas ao trabalho fora, mas também dentro da casa, sendo que a oferta de emprego para mulheres, no geral, está relacionada com o trabalho doméstico, assim como exposto por Ângela Davis em *Mulheres, raça e classe* (2016).

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório (Davis, 2016, p. 17).

A cozinha então carrega consigo a peculiaridade de ser um espaço integralmente feminino, por isso, são as mulheres responsáveis pela sua organização e manutenção. Ser

“dona de casa” caracteriza-se pela realização das tarefas da sua própria moradia, contudo, nosso recorte é justamente a delegação dos cuidados com o lar. Isto é, mulheres contratadas para limpar, faxinar e cozinhar em nome da proprietária da residência. Em *Solitária*, podemos encontrar algumas representações que exemplificam este tipo de relação contratual entre mulheres que podem pagar pela ajuda doméstica e mulheres pobres que o executam — que em sua maioria são mulheres negras — Eunice, Dadá, Irene, Luzia.

Não é de se estranhar que os acontecimentos mais relevantes para o desenrolar da narrativa sejam ambientados na cozinha, considerando este espaço como o principal plano de fundo da vida profissional da empregada doméstica. É nesse sentido, que as conquistas e os conflitos das personagens principais e personagens secundárias acontecem ali entre o fogão, a geladeira e armários.

Irene é uma das personagens secundárias que é mencionada ao longo da narrativa *Solitária*. Ela é a babá do menino Bruninho, sobrinho de d.Lúcia e Seu Tiago, filho de d.Helena, a irmã de d.Lúcia. Aos onze anos é retirada do convívio dos familiares no interior da cidade e levada para a casa do casal para trabalhar como babá a fim de conseguir, ao menos, ser responsável pela sua própria subsistência, e quem sabe alçar voos maiores que os seus familiares.

Foi em um dia de festa na piscina do apartamento da cobertura de luxo do Golden Plate que a menina Irene, com seus treze anos, enfrentou o primeiro desafio de ser cuidadora. Enquanto os adultos, os donos da casa e seus convidados dançavam, se abraçavam e desfrutavam da música popular brasileira, ao som do cantor Cartola, Eunice e Irene trabalhavam. A doméstica servia as comidas e bebidas, ao mesmo tempo, limpava e organizava a festa e a babá cuidava de Bruninho. Em um dado momento, após sentir muita vontade de ir ao banheiro, devido a uma cólica forte, Irene percebeu que tinha ficado menstruada, a possível vergonha de sujar a roupa branca, o uniforme de babá, e as orientações dadas pela patroa de não incomodar e sempre usar a área de serviço faz com que a moça saia por alguns minutos em direção ao banheiro do quatinho de Eunice e Mabel.

São nesses minutos que Bruninho, sem a supervisão de um adulto ou da babá, cai na piscina. Enquanto isso, Mabel, ainda uma criança, desrespeitando as ordens da mãe de ficar quieta e silenciosa no quatinho, foge em busca daquele céu e piscina azuis atrativos a qualquer criança, é ela que vê o amiguinho mergulhando na água e chama a atenção de

Irene: “Apontei o dedo para a água e perguntei: “Qual é mesmo o nome dele?” Seu rosto virou tempestade. Ela deu um grito tão agudo e potente que poderia ter quebrado a vidraça enorme” (Cruz, 2022, p. 23).

Após o garoto ser socorrido e levado ao hospital pelos parentes, ficam na casa somente Mabel, Irene e Eunice, nesse momento, somos levados à cozinha, onde Eunice busca acalmar suas emoções e também da babá Irene.

Sentaram-se à mesa da cozinha. Irene estava agora um pouco mais calma. Aquela tarefa de lavar, jogar fora e organizar ajudou a mamãe a ordenar também as emoções. A velha tática para amansar o mar interior que se agitava dentro dela. Minha mãe fez um chá para as duas com a cidreira que trazia do nosso quintal lá no subúrbio, e me deu alguns salgadinhos, doces e um suco de uva da festa interrompida (Cruz, 2022, p. 25).

Por meio das tarefas domésticas de limpeza e organização, dentro do espaço da cozinha, elas conseguem alcançar o controle da angústia e a ansiedade que apavorava as suas mentes. Eunice ouve a explicação de Irene e compreende o sentimento de culpa que invade a menina pelo fato de ter deixado Bruninho sozinho: “Tão pouco tempo e ... d. Helena estar arrasada... Eu sei que ela demorou muito para ter esse filho e ...” (Cruz, 2022, p. 26), contudo, as palavras de Irene são contestadas por Eunice que busca convencer com veemência a inocência da moça.

É possível observar no episódio do afogamento de Bruninho, a criação de uma rede de solidariedade entre as trabalhadoras que unidas, por um sentimento de *sisterhood*, tentam diminuir a carga e a responsabilidade precoce na realização do trabalho de limpeza e cuidado transferido às mulheres, principalmente, às mulheres negras. Nas palavras de Mabel:

Hoje penso por quantos séculos uma mulher mais velha como minha mãe teve que consolar outra mais nova por prantos parecidos e naquele mesmo espaço, a cozinha, dizendo aquelas mesmas palavras.
– Você não teve culpa. Calma, minha criança. Calma, minha menina... (Cruz, 2022, p. 26).

Outro episódio importante narrado a partir da cozinha é a aula de feijoada de Eunice à Luzia, para a despedida de Camilinha, o motivo pelo retorno de Eunice ao Golden Plate.

Sem mais demoras, partimos para a aula de feijoada. Um dos segredos, Luzia aprendeu logo, era triturar alguns grãos cozidos e misturar na panela para engrossar o caldo. Camila entrou na cozinha e me abraçou por trás.

— Por que você teve que ir embora, Nice?

Não respondi nada. Apenas sorri. Ela ficou ali, sentada na mesa da cozinha observando meus movimentos. Parecia que seus pensamentos estavam levando-a de volta à infância (Cruz, 2022, p.129).

Saber que Camilinha faria um intercâmbio e ficaria longe do país por algum tempo mexeu com os sentimentos de Eunice “eu não conseguia deixar de ter carinho por Camila, e saber que aquele bebê que troquei a fralda ia pra tão longe me emocionou” (Cruz, 2022, p. 125). Por essa razão, faz com que Eunice aceite participar da despedida da moça e cozinhar, mais uma vez, na cozinha que esteve por anos. O misto de sentimentos acionados por aquele lugar também é sentido por Camilinha, ao retornar à infância, ao observar o preparo da feijoada feito por Eunice, por isso, “a cozinha em uso modifica a vivência da casa, e é dela que surgem as memórias afetivas tão conhecidas pela maior parte dos brasileiros como a “comida de vó”, “de mãe”, “de tia” ou de, normalmente, alguma figura feminina” (Cruz, 2021, p. 35).

Neste caso, a memória afetiva do ato de cozinhar de Camila está atrelada à figura de Eunice, a empregada doméstica e não aos seus familiares. Os laços afetivos entre empregadas domésticas e os filhos dos patrões são comuns e identificáveis na vida real e na narrativa *Solitária*, também é observada nas produções audiovisuais brasileiras, por exemplo, no documentário de Gabriel Mascaro intitulado *Doméstica* (2012). No documentário é retratado as relações de poder que quase sempre se confundem com as questões afetivas das empregadas aos patrões e vice-versa, são os próprios adolescentes - figuras importantes nessa relação - que fazem a filmagem das trabalhadoras e concluem, a partir da repetição da fala de seus próprios pais: “Ela é da família”, “está aqui desde que nasci” sem reflexionar sobre as condições de trabalho daquela pessoa que habita um quarto menor que o banheiro social, mas que foi responsável pelo seu cuidado diário e limpeza da casa.

5.2.3.2 O quartinho da empregada

Se tradicionalmente o quarto é a representação do espaço de intimidade e relaxamento, o quartinho de empregada é justamente o oposto. Localizado nos fundos da casa junto à cozinha e à lavanderia, a dependência da empregada representa a falta de privacidade e de espaço. Apesar de ser nomeado como quarto de empregada, podemos perceber que o diminutivo tão bem empregado explica muito sobre sua origem e função na casa burguesa. Veríssimo e Bittar (1999) ao apresentarem o espaço destinados aos empregados da casa, nomeado por eles por alojamento de empregados, afirmam que no Brasil, manteve-se quase as mesmas posturas escravocratas originadas na casa-grande patriarcal e a fim de comprovarem, citam um dito popular: “branco dorme na sala/ mulato no corredô/caboclo na cozinha/negro no cagadô”. E continuam: “embora revestido de violento preconceito racial e social, demonstra, em muito, parte do comportamento de determinados grupos sociais em relação à mão de obra responsável pelo trabalho doméstico” (Veríssimo; Bittar, 1999, p. 175).

Maíra Borato e Ricardo Trevisan também discutem o lugar deste cômodo na morada brasileira, para isso, e assim como os arquitetos mencionados acima relacionam o surgimento das dependências serviçais com a senzala:

No período Colônia-Império originou-se como senzala, abrigando escravos. Em fins do século dezenove foi renomeada. Como edícula, posicionou-se na parte posterior do lote urbano. Quando próximo à casa, pediu licença, entrou pelos fundos e acomodou-se ao lado da cozinha. Na verticalização do século vinte, galgou pavimentos por circulação secundária e se espremeu junto a ambientes serviçais dos apartamentos. Hoje, tornou-se um pequeno cômodo que, devido à perda do sentido original, é ocupado por quinquilharias (Viana; Trevisan, 2016, p.3).

Visto que a origem do quartinho da empregada doméstica está diretamente ligada à casa grande e a senzala. No contexto do Brasil é impossível negar a associação feita por Preta-Rara no subtítulo de seu livro, ao dizer que *a senzala⁷⁸ moderna é o quartinho da*

⁷⁸ “Weimer (2014) atrela a etimologia das senzalas às sanzalas africanas, porém não podemos confundir: o termo sanzala foi apropriado e adaptado para senzala pelos escravocratas, mas o uso das sanzalas era voltado para a habitação de pessoas livres no continente africano, ou seja, remete a uma tipologia de moradia coletiva e, livre, obviamente (Weimer, 2014, p. 173 *apud* Oliveira, 2017). Já a senzala estava voltada ao uso do cerceamento, diretamente integrada à economia da escravidão, sendo essa a noção que defendemos nessa pesquisa, distante da ideia de habitação livre” (Oliveira, 2022, p. 20)

empregada, nem mesmo a associação apresentada por Eliana Alves Cruz, ao intitular seus livros de *Água de Barrela* e *Solitária*, os títulos evocam o período de surgimento do cômodo e da profissão de empregada doméstica sempre ligado ao trabalho escravizado no Brasil, como pode ser observado na reflexão de Mabel:

Quando ter uma empregada que dorme no trabalho passou a ser algo caro e não de muito bom-tom, os corretores de imóveis chamariam esse local da casa de “quarto reversível”, um nome para não chamar o quartinho ou do que ele realmente era: um lugar para serviçais, criadas, babás, domésticas, amas, empregadas. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é “quase da família”. Um lugar onde estivessem ao alcance do comando da voz, do olhar, ao alcance das mãos...A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia (Cruz, 2022, p. 19).

Tendo em consideração a importância do quartinho na obra e na trajetória das trabalhadoras domésticas que de alguma maneira necessitam passar por ele, como trabalhadoras que residem no trabalho ou diaristas, torna-se relevante entendermos que por trás das suas paredes, habitam pessoas e como indivíduos de uma sociedade necessitam de descanso, consideração e respeito. A permanência do quartinho na estrutura da casa viabiliza a continuação de valores racistas e elitistas, assim como exposto no relato de um estudante de arquitetura sobre a projeção de uma planta de casa e a localização do quartinho da empregada, retirado do livro *Eu, a empregada doméstica* (2019), de Preta-Rara.

Cursando o ensino superior, fiz uma matéria na qual deveria projetar a planta de uma casa. O professor especificou todos os cômodos que deveriam ter no projeto, e montávamos como queríamos. Entre esses cômodos, havia o quarto de uma empregada doméstica. Quando terminei o projeto, mostrei para o professor, que disse:

— O quarto dessa empregada está muito grande. Pode diminuir.

Não achei justa a declaração, pois o quarto não era grande de maneira alguma, porém aceitei a recomendação sem reclamar. Voltei com o trabalho corrigido. Ele acrescentou:

— Agora mude a porta, a empregada não pode entrar no quarto por dentro da casa.

— Como assim, professor?

— A porta do quarto da empregada tem que dar pro quintal, pros fundos da casa.

Não consegui entender o motivo. Insisti.

— Não entendi, professor. Não parece confortável ter que dar a volta na casa inteira pra que a funcionária possa entrar no próprio quarto. Qual o problema de a porta ficar no corredor, como nos outros

quartos?

— É assim que é. Coloque a porta pra fora (Preta-Rara, 2019, p. 36).

Em *Solitária*, as moradoras do quartinho expressam seus sentimentos em relação àquele cômodo destinado à habitação de mãe e filha. Logo no início do livro, Mabel, ainda criança, narra o diálogo dela com a mãe, seu primeiro contato com aquele espaço, uma porta branca situada na área de serviço: “Quando a porta se abriu, ouvi em tom baixo: “Não saia daí até eu voltar!” E ela se fechou, me deixando ali, no escuro. Um pavor me dominou. Não era solidão nem medo do escuro. Era algo maior. O que senti sentada na cama estreita daquele quarto ainda não tem nome” (Cruz, 2022, p. 16).

O incômodo relatado por Mabel naquele lugar demonstra um sentimento novo para ela, mas vivenciado por muitas pessoas que precisam se tornar invisíveis e silenciosas para poder habitar lugares, no qual são permitidos viver, desde que não incomodem os senhores proprietários da casa. Aqui, o quartinho carrega a representação de prisão dos desejos, sonhos e experiências daquela menina.

Por outro lado, o quartinho, e também sua extensão, o banheirinho, naquele ambiente da cobertura de luxo, tornam-se refúgio para Mabel e Eunice, como podemos observar na fala da doméstica no momento de despedida deste cômodo: “Fui para o quartinho, acendi a luz e tranquei a porta. Olhei em volta e, soltando um suspiro profundo, comecei a guardar minhas coisas e as de Mabel nas bagagens. Quantos anos dormimos ali? Uma vida” (Cruz, 2022, p. 116).

A relação de pertencimento e não pertencimento aos espaços da casa, por Mabel, é observado e dois momentos marcantes da narrativa. O sentimento de pertencimento ao espaço da casa é notado no processo de aborto de Mabel que ocorre no banheirinho, espaço que se torna cúmplice da ação e do ritual da menina que se torna mulher:

Fiz tudo no banheirinho. Não tive coragem de ir para o quartinho. Não tinha coragem de olhar os santinhos da minha mãe na cabeceira da cama. Fiquei espremida ali entre a privada, a pia e o minibox. O curioso era que, ao contrário daquele banheiro gigante e luxuoso perto da sala, naquele momento o lugar minúsculo amenizava a minha sensação de desamparo e abandono. Ele era apertado como um útero para um feto grande (Cruz, 2022, p. 65-66).

O sentimento de não pertencimento é visto no momento do descobrimento de sua gravidez no banheiro social. Ao descobrir a gravidez aos quatorze anos, entra em um momento de reflexão sobre o seu lugar naquele espaço:

Quanto mais o tempo passava, mais aumentava o meu pânico dentro daquele banheiro elegante, onde eu era uma peça fora de lugar. Nada em mim combinava com a bancada de mármore, o vaso sanitário moderno contrastando com peças em estilo retrô, as toalhas felpudas, o difusor de aroma caro. Tinha se refugiado ali porque dificilmente minha mãe me procuraria naquele cômodo que nunca utilizávamos. Ali só as visitas podiam despejar seus dejetos (Cruz, 2022, p. 57).

A problematização de Mabel em relação a seu não pertencimento àquele lugar é a força motriz para impulsionar suas decisões para a busca de um futuro mais digno. Tanto que ela opta pelo aborto, uma vez que ela compreende a gravidade de ser mãe na adolescência porque naquele momento da sua vida “criança (...), era sinônimo de prisão” (Cruz, 2022, p. 59), e ela - assim como sua mãe - já estavam presas na casa de d.Lúcia e seu Tiago.

Depois de tudo o que aconteceu, além da certeza de não querer filhos, cresceu outra verdade em mim: não queria ser como minha mãe, ou melhor, não queria fazer o que ela fazia. Esse sentimento foi o embrião de um afastamento entre nós, que precisaria do remédio do tempo para curar. Mas se eu não queria ser como d.Eunice, também não queria ser como d.Lúcia (Cruz, 2022, p. 45).

A escolha pelo aborto, por mais dolorosa que fosse, era a escolha certa para a autonomia de Mabel. Demarca seu amadurecimento, a partir desta tomada de decisão, ela se dedicou inteiramente a emancipação social e profissional não só dela, como também de Eunice da *casa de família*, ao ingressar em uma universidade pública.

O fato é que Mabel, de maneira distinta da mãe, não fica presa aos sentimentos de alívio e gratidão obtidos, especialmente, após o auxílio financeiro para a compra de medicamentos e o celular emprestado de d.Lúcia na realização do aborto às escondidas da mãe, em um fim de semana oportuno. Mabel visualiza o muro que separa ela e os moradores daquele luxuoso condomínio, quase opostos e sem equilíbrio, dividem o mesmo espaço. Espaço material e simbólico que escancara que opostos não se atraem e possivelmente, pensando nas relações de poder, opostos se traem. Dado a revelação proposital e rancorosa de d.Lúcia a Eunice a respeito do aborto realizado por Mabel exatamente no dia em que foi disponibilizado o resultado do vestibular, no qual ela havia

sido aprovada no curso de medicina.

Se o ditado diz que “Não grite a sua felicidade, pois a inveja tem sono leve” significa que as conquistas alheias provocam mal-estar e desgosto. Nas relações de classe, a causa do incômodo não está somente relacionada à inveja da conquista do outro, mas também com a ideia de superioridade monetária e intelectual que levam pessoas de classes sociais com mais poder aquisitivo a acreditarem serem melhores ou mais aptas que pessoas com menos patrimônio. É o medo concreto de perder o reconhecimento social e os privilégios usufruídos por anos pelas mesmas famílias, que somos expostos às más declarações, como até mesmo “empregada doméstica” está viajando para a Disneylândia⁷⁹.

5.3 A PERSONIFICAÇÃO DO QUARTINHO DE EMPREGADA

*O cortiço*⁸⁰ (1890), de Aluísio de Azevedo, é uma narrativa que busca a comprovação da tese dos tipos sociais alinhados ao processo de animalização, em que indivíduos são submetidos ao olhar cientificista e reducionista das correntes filosóficas europeias, em que o método cartesiano e arbóreo responda bem a alguns problemas. Basta sair do

⁷⁹ Declaração feita pelo então ministro da economia Paulo Guedes no seminário de “Abertura Do Legislativo 2020”, pela Revista Voto, em Brasília, no ano de 2020. O ex-ministro criticou a baixa do dólar e ilustrou seu raciocínio com as seguintes palavras: “Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Vamos exportar menos, substituição de importações, turismo, todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Pera aí, pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear o Brasil, vai conhecer o Brasil. Entendeu? Está cheio de coisa bonita para ver”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁸⁰ Classificada como Naturalista, apresenta a realidade sob um viés cientificista. Foi considerado, para muitos críticos, um importante documento sobre a forma de vida das classes sociais menos favorecidas no final do século XIX, bem como da burguesia, com o objetivo de comprovar as teorias científicas que orientavam os pensamentos da época: Determinismo e Darwinismo. Nesse sentido, a estética realista é associada a essas teorias científico-filosóficas, Émile Zola (1840-1902) é um dos precursores do Naturalismo, escreveu *Germinal* (1885), a fim de comprovar que o ser humano, apesar da racionalidade, age movido pelos seus instintos, seus romances de teses – estudos fisiológicos e psicológicos – influenciaram o estilo extremamente descritivo de *O Cortiço*. A obra de Aluísio de Azevedo, foi consagrada a documento histórico sociológico por ter “descoberto” a vida baixa na capital brasileira, efetivamente, prioriza a caracterização do ambiente, preocupando-se em destacar os conflitos que interessam à sociedade dominante, ao diminuir os costumes das camadas populares. Sobretudo, em tentar interpretar o comportamento dos sujeitos ou pessoas como produto das circunstâncias a que está exposto no momento histórico em que vivem, acaba impondo limites muito violentos a tudo o que não se enquadra como valor dentro de seus parâmetros radicais de saber.

determinismo eurocêntrico para percebermos as diversas linhas de vida se cruzando incessantemente, desrespeitando todas as tentativas de classificações estabelecidas pelo autor, mas corrompidas pela obra.

Nesse sentido, as manifestações do existir, naquele ambiente plural onde indivíduos buscam sobreviver junto à industrialização da capital carioca, são personificadas na própria imagem do cortiço: “Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas” (Azevedo, 1997, p.30).

A personificação é uma figura de linguagem utilizada com frequência no campo artístico, nas composições musicais e narrativas cinematográficas. Na literatura, é constantemente encontrada nas poesias e nas narrativas, como vimos no livro *O cortiço*. Seu potencial encontra-se na maneira como é empregada pelos escritores, serve para intensificar a transmissão da mensagem se apoiando em sentimentos que formam um universo abstrato e poético. Sua principal característica está associada a dar vida a qualquer objeto inanimado, de forma que possuem voz, sensações, sentimentos e comportamento semelhante ao do ser humano.

Assim como na obra de Aluísio de Azevedo, em *Solitária*, Eliana Alves Cruz utiliza a personificação de um ambiente para extrapolar os sentidos comuns do quarto da empregada e fazer com que possamos compreender a intrínseca relação entre o quartinho e as trabalhadoras domésticas.

A terceira parte do livro é totalmente dedicada às perspectivas dos quartos, no qual podemos ouvir as vozes dos Quartos de empregada, de porteiro, do hospital e de o descanso. O primeiro cômodo a tornar-se vivo e consciente da sua existência é o quartinho de empregada.

Sim, quartos se emocionam. Cômodos também se encantam e se escandalizam. Concreto imprime memórias. A sala contou para o quarto, que contou para o corredor, que contou para a cozinha, que me contou. Os ouvidos das paredes escutaram tudo. O que aconteceu com o filho de Luzia era fácil de entender. Principalmente para nós, que abrigamos a intimidade que julgamos não estar à vista de ninguém (Cruz, 2022, p.143).

Como esperado e planejado pelos arquitetos na planta baixa das casas, situa-se na área dos fundos. O quartinho de empregada da obra *Solitária* tem consciência do seu pertencimento ao pior espaço da casa, como observamos em sua reflexão: “Todo quarto

de empregada é próximo à grande lixeira da casa, porque está sempre no fundo do profundo do imóvel. Nós, os “quartinhos”, estamos sempre perto dos odores da vida das pessoas que não nos habitam” (Cruz, 2022, p. 139).

Em muitas circunstâncias, a casa carrega consigo, a simbologia de proteção, espécie de casulo, em que a concha e o ninho são as imagens mais próximas ao sentido de amor e abrigo, como exposto por Bachelard em *A poética do espaço* (1958). O quartinho, da obra *Solitária*, ao narrar suas emoções contraditórias, ao mesmo que se sente uma prisão, que segrega suas moradoras dos demais espaços da casa, ele também se vê como um abrigo, um lugar de aconchego e proteção para Eunice e Mabel. Por isso, após ouvir a voz da sua moradora mais duradoura, evoca imagens de proteção e amor, que também são descritas para retratar a casa, referir-se aos anos que Mabel e Eunice lhe habitaram, manifesta um misto de sentimentos contraditórios à ideia de ele também representa uma prisão.

Levei um tremendo susto quando ouvi a voz de Eunice na cozinha. Quanto tempo! Minhas paredes tremeram, pois foram muitos anos velando o sono dela e de sua filha Mabel. Sei que eu, no fundo, não era um quarto. Eu era uma solitária. Exatamente. Uma prisão, um lugar destinado a apartar do mundo e do restante dos viventes. Sou tão pequeno... mas sei também que consegui abrigá-las como nenhum outro cômodo da casa. Por estar muito consciente disso, a voz de Eunice me encheu de alegria e saudade, mas igualmente de melancolia (Cruz, 2022, p. 139).

Vale destacar que a atribuição de sentido afetivo relacionado à “a casa” como sinônimo de lar, ocorre uma vez que este lugar se destina à construção de relações e vínculos parentais - ou não, mas que é criado a partir das lembranças que, podem ser expressas em um objeto, um olhar ou um cheiro, como percebemos na fala de Eunice em relação à sua casa no subúrbio:

Com certo medo, fomos nos aproximando devagar do portão, conduzidas pelo cheiro crescente das frutas e flores que viviam em nosso pedaço de chão tão reduzido. Cada uma contava uma história. O limoeiro tinha vindo de uma muda que a mãe da vizinha nos dera. A goiabeira, as suculentas, a roseira, as mangueiras e as outras flores haviam sido plantadas pelo Sérgio, ao lado de uma espada-de-são-jorge e um pé de mamona que simplesmente apareceram ali. Mamãe cultivava pinhão-roxo, vence-demanda, arruda e monte de outras plantas num canteiro que muita gente acharia inacreditável. Lá, cada coisa tinha utilidade para alguma cura (Cruz, 2022, p. 101-102).

As linhas que esboçam contornos de janelas e portas - crescem feito grama daninha – pelos centros urbanos afora, principalmente, nos países à margem do capitalismo global, sinalizam que há vida naqueles lugares que são considerados inóspitos pela população burguesa. A casinha no subúrbio das personagens principais Eunice e Mabel não foi arquitetada pelo melhor arquiteto do país, nem decorada com móveis e objetos das gerações passadas da família, pelo contrário, os móveis e objetos foram comprados em lojas de departamento e eram trocados aos poucos, pois não durava muito. Contudo, a memória estava ligada aos momentos vividos com os familiares, nas plantas de passados que iam além de Eunice e sua própria mãe, nas receitas de comida ou remédios caseiros, “Se o sol estivesse alto e a roupa no varal, a lembrança era uma. Se a tarde caía nublada e a luz na sala descia, a lembrança era outra” (Cruz, 2022, p. 128).

Assim, o descanso das personagens é justamente nesta casinha afastada do centro urbano, sem luxos e histórias grandiosas, mas repleta de amor e acolhimento pelas lembranças de bons momentos vividos entre os familiares. Distante da solitária, figurada na imagem da gaiola de ouro, Eunice e Mabel, alcançam a liberdade de circularem pelos cômodos que acolhem suas identidades. Naquela casinha, elas não precisam ser invisíveis e silenciosas aos acontecimentos da vida, que extrapolam as paredes da prisão arquitetada pelo pensamento racista e colonial.

No último capítulo “Quarto de descanso” somos levados aos acontecimentos de desfecho da narrativa com o depoimento de Eunice, na delegacia, sobre a tragédia que aconteceu com o menino Gilberto no quarto do casal, antigos patrões dela. Eunice longe da solitária, o quartinho de empregada, transforma-se em uma mulher determinada a continuar a sua própria história e recomeçar por onde parou: nos estudos. Sem se dar conta da transformação e autoconsciência alcançada por Eunice, d. Lúcia não imaginava que Eunice poderia se desvencilhar do “sentimento de servidão e gratidão por receber muito menos do que merecia durante anos de dedicação de trabalho incessante” (Cruz, 2022, p. 160). Em seu testemunho, Eunice responde a todas as perguntas sem hesitar em revelar a verdade, que a patroa tentou encobrir, a responsabilidade assumida pela filha em cuidar do menino enquanto Luzia fosse ao mercadinho. A revelação da doméstica representa o fechamento da porta do quartinho da empregada e a entrada de mãe e filha no quarto de descanso. Como podemos observar, em mais uma personificação na obra *Solitária*, a reflexão do quarto de descanso:

Não há paz enquanto se habita o tumultuado quarto de despejo — seja ele real, seja metafórico. O silêncio da solitária é um estrondo, uma trovada de desprezo que não para de soar na cabeça e na alma. Não à toa ela foi utilizada como forma de castigo. Apenas espíritos muito resistentes não se afetam pelo preterimento, e isso não é uma vantagem, porque não é humano. Foi com a consciência muito atenta a esse fato que Mabel e Eunice finalmente me deixaram chegar em suas vidas. Não o quartinho de despejo, mas o de descanso (Cruz, 2022, p. 158).

Solitária é finalizado no quarto de descanso retratado também no consultório médico de Mabel. Tomando o chá de cidreira, a pedido de sua avó, para que nunca perdesse seu vínculo com a sua ancestralidade e acompanhada da leitura da obra *Cartas a uma negra* (1978) de Françoise Ega⁸¹, Mabel reflete sobre uma das passagens escritas pela escritora antilhana, trabalhadora doméstica, que escreveu cartas endereçadas para Carolina Maria de Jesus, em que diz “O problema da faxina é o cheiro da vida dos outros”. Absorvida pelo odor do chá, que lhe remete a boas lembranças, Mabel conclui que o quarto de descanso, que hoje faz parte de sua vivência e pertencimento, é “aquele que tem o cheiro da nossa própria vida” (Cruz, 2022, p. 161).

⁸¹ Segundo a editora livros, responsável por publicar o livro *Cartas a uma negra*, Françoise Ega era antilhana e trabalhava em casas de família em Marselha, cidade situada na França. Um de seus pequenos prazeres era ler a revista *Paris Match*, durante o percurso de sua casa para o trabalho nas casas de família. Em um desses momentos, se deparou com um texto sobre Carolina Maria de Jesus e o livro *Quarto de despejos*. A partir disso, se identificou prontamente com Carolina Maria de Jesus e passou a escrever “cartas” direcionadas à autora brasileira, que jamais foram entregues. *Cartas a uma negra* é uma publicação póstuma que contém passagens mais significativas e tocantes sobre a exploração feminina e o racismo no século 20.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: os estudos como emancipação

Este trabalho de tese de doutorado foi construído com o intuito de analisar a relação entre o trabalho doméstico remunerado e a colonialidade. Para isso, tivemos em mente que, uma das estratégias utilizadas como prática de resistência é o acesso ao conhecimento e saberes formais sem abandonar os conhecimentos herdados da tradição local e ancestral, para alcançar um lugar de respeitabilidade e visibilidade na sociedade, tendo em vista a desvalorização do trabalho realizado no âmbito doméstico e a sua relação intrínseca com a escravidão.

A aquisição de conhecimentos, a partir da escolarização formal, bem como dos saberes que orbitam os saberes formais - a aprendizagem de uma língua estrangeira, de um instrumento e a prática dos esportes, por exemplo - embora não sejam cruciais para a vivência na sociedade, carregam consigo alguns delimitadores daqueles que podem vivenciar essa educação plural, obtendo vantagens distintas que vão muito além do mercado de trabalho. Por isso, o estudo formal é um dos fios condutores de luta e resistência à colonialidade de poder, saber e ser nos países que vivenciaram a colonização e vivenciam ainda novas formas de colonização, pois, por séculos, foi negado de maneira intencional o acesso das pessoas racializadas à escola.

As pessoas racializadas são condicionadas à execução do trabalho físico enquanto as pessoas com mais poder aquisitivo permanecem se profissionalizando e adquirindo conhecimento intelectual. As sociedades do Ocidente têm como base a socialização e hierarquização, especialmente em espaços urbanos, os estudos formais. Isto é, a educação regular básica assim como o ensino superior desempenham papel fundamental na distinção social e profissional dos indivíduos (Barbosa, 2003).

No entanto, as trabalhadoras domésticas não fazem parte da parcela privilegiada socialmente, pois não há reconhecimento de status social para o trabalho reprodutivo desenvolvido pelas mulheres em ambiente privado, como vimos ao longo desta tese, sendo considerado, por muitos, uma ocupação e não uma profissão. Sendo essas, uma das lutas sindicais das domésticas, o reconhecimento social e legitimado do desempenho das suas atividades como trabalhadoras profissionais.

Além do mais, vimos também que a origem do trabalho de limpeza e cuidado no Brasil está diretamente ligada ao período colonial e de escravidão, por isso, é realizado em

sua maioria, por mulheres negras, pobres e sem escolarização formal. Assim, outra pauta de resistência relevante para as trabalhadoras domésticas é a luta contra a colonialidade e racismo.

As cotas raciais e sociais criadas nas últimas décadas foram primordiais para igualar e ajudar as gerações dos filhos e netos das trabalhadoras domésticas, em sua maioria pessoas negras, a ingressarem no ensino superior. Em *Eu, a empregada doméstica* nos são apresentados muitos relatos de pessoas que não precisaram manter o legado da profissão em suas famílias, uma vez que conseguiram obter uma vaga e ingressar na universidade por meio do auxílio das cotas. Mesmo que o acesso tenha se expandido, ainda precisamos caminhar muito em direção à igualdade. Até porque, a questão da permanência continua sendo grandes desafios educacionais, pois as desigualdades sociais e culturais acarretam dificuldades, entre elas, o aluno seguir à risca o calendário acadêmico, muitos deles vivem uma jornada dupla, intercalando trabalho e os estudos. Independente dos desafios, a estratégia de procurar vencer as barreiras das desigualdades raciais, sociais e de gênero são benéficas, não que sejam a solução definitiva, mas auxiliam na garantia de diminuir as desigualdades, que ainda são muitas neste país de proporções continentais.

Além do mais, sabemos que a divisão do trabalho e das classes sociais fazem parte do episteme racial, colonial e patriarcal do capitalismo. Nesse sentido, podemos dizer que a base da pirâmide social é composta por mulheres, negras e trabalhadoras domésticas, de acordo com os dados do 4º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE⁸².

Como é exposto pela escritora Eliana Alves Cruz, por meio da sua própria voz, ao retomar a perspectiva defendida pela sua avó, no capítulo final da obra *Água de Barrela*:

Nós, os que estamos prosseguindo o caminho deixado por eles, também enfrentamos o desafio de, ainda no século XXI, trabalhar para apagar as linhas divisórias que por tantos séculos nos deixaram à parte do banquete principal do país. Optamos pela “fórmula Damiana”, ou seja, a da educação (Cruz, 2016, p. 445).

⁸² Nesta pesquisa, é exposto que o Brasil contava com 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico equivalente a 5,9 % da força de trabalho das quais 91,4% eram mulheres, dessas 67,3% eram mulheres negras. Sendo que o rendimento médio e horas trabalhadas para a trabalhadora mensalista é R\$1.132/mês por 38 horas trabalhadas por semana e para a trabalhadora diarista R\$947/mês por 24 horas trabalhadas.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>.

Acesso em: 11 ago. 2024.

Ressalto que esta pesquisa contempla as textualidades a respeito da temática do trabalho doméstico remunerado, partindo da perspectiva decolonial. Não foi minha intenção esgotar o assunto, ainda que tenha tentado minimamente analisar os livros *Água de Barrela*, *Solitária* e *Eu, a empregada doméstica*, respeitando as peculiaridades e diferenças literárias de produção e recepção de escrita destas obras literárias.

Por isso, foi proposta uma metodologia de análise feita de maneira dialogada, sem o compromisso de análise comparativa dos textos, mas buscando compreender como são narrados e relatados os laços de solidariedade entre as mulheres trabalhadoras domésticas e a colonialidade que permanece nas relações trabalhistas de nosso país.

Minha escolha por analisar duas obras da escritora Eliana Alves Cruz se dá pela iniciativa de buscar relacionar o contexto político e histórico do período colonial brasileiro, centrado na escravidão, narrada em *Água de Barrela* com a perspectiva extremamente atual sobre o trabalho doméstico narrada em *Solitária*. Dessa maneira, foi possível concluir que as trabalhadoras domésticas ainda vivem sob a imposição da colonialidade de poder, saber e ser.

Em consonância, a escolha pela análise da obra de Preta-Rara reside, primeiramente, em se atentar ao que as próprias trabalhadoras têm a falar sobre suas vivências e revelar as opressões raciais e sociais vividas no ambiente de trabalho doméstico. Em segundo lugar, foi possível observar muitas maneiras de resistir a essas imposições, a resistência não é só realizada pelo confronto direto com aqueles que exploram, neste caso, a figura da mulher patroa é muito recorrente, mas também pelas nuances comportamentais das trabalhadoras, em que cada pequena oposição à uma atitude, palavra ou olhar simboliza um movimento de resistência.

No percurso desta pesquisa, tentei demonstrar que as obras literárias e as textualidades aqui analisadas buscam descentralizar discursos totalizantes, ao colocar como ponto central das narrativas, temáticas marginalizadas e silenciadas ao longo da história ocidental. E que a própria movimentação das escritoras em criar novas maneiras de narrar e representar o passado e o presente são em si uma prática decolonial de ressignificar não só a história pessoal, mas também dos grupos sociais minoritários a qual elas, também, pertencem. Assim, a Literatura e seus diferentes modos de textualizar é um recurso político e transformador de ampliação dos imaginários e das vozes que está

diretamente ligado à prática feminista de mulheres ativistas ou que buscam espaços solidários.

Acredito que são criados vínculos de solidariedade e laços comunitários a partir da organização de Preta-Rara dos relatos das trabalhadoras domésticas e da escrita ficcional de Eliana Alves Cruz a partir das recordações da sua tia-avó que, ao longo da escrita, amplia-se para uma pesquisa de quatro anos não só sobre seus familiares ancestrais bem como a história não oficial sobre um do mais importante engenho baiano. Assim, o romance passeia pela história das relações dos escravos e senhores de terras e nos permite observar o quanto eram vulneráveis essas relações de opressão, “daquele mundo sempre prestes explodir” (Cruz, 2016, p. 67).

Assinalo, desse modo, que a escolha pelos estudos feministas decoloniais foi pautada justamente na sua “potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (Hollanda, 2020, p. 12).

Para finalizar, recorro as palavras de Silvia Federici, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, no ano de 2023, sobre os principais desafios das lutas atuais do Feminismo anticapitalista e antipatriarcal. Considerada uma das maiores pensadoras feministas da atualidade, Federici afirma que para sustentar a luta contra o capitalismo é importante que façamos mudanças em nossa maneira de organizar a vida cotidiana. É preciso sustentar a luta, transformando-a em luta de construção e não somente nos concentrarmos na luta de potência. Assim, para a mudança da condição das mulheres de maneira significativa, precisamos mudar a condição material de nossas vidas, e a partir de escolhas diferentes, poderemos criar um mundo novo.

Vale destacar que, para Federici, os movimentos feministas mais poderosos do mundo, hoje, estão situados na América Latina. As feministas latino-americanas compreenderam que só é possível modificar, de maneira positiva, a condição das mulheres se alterarmos a sociedade constituída pelo capitalismo, colonialidade e racismo. Assim, dentro desta compreensão de mundo, as autoras analisadas nesta tese, por meio da escrita das suas obras e a própria vivência, praticam e ressignificam o feminismo em sua perspectiva decolonial.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Caso Miguel completa 4 anos sem conclusão: “tortura grande”, diz mãe*. Brasília: 02 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Prefácio – Apresentando Spivak*. In: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Guilherme Silva. *O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas*. Brasília, 2022. Disponível em: [https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O trabalho infantil dom%^{C3}%^A9stico no Brasil - an%^{C3}%^A1lises e estatísticas.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O%20trabalho%20infantil%20dom%C3%A9stico%20no%20Brasil%20-%20an%C3%A1lises%20e%20estat%C3%ADsticas.pdf). Acesso em: 29 fev. 2024.

ARROMBADA. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/arrombada>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ASSIS, Danilo. *Tráfico de mulheres, negócios de homens. Leituras feministas e anticoloniais sobre os homens, as masculinidades e/ou o masculino*. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/Assis%20Climaco.pdf>.

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO. In: Gupy: Guia de Profissões. Disponível em: <https://www.gupy.io/profissoes/auxiliar-de-expedicao#:~:text=Uma%20pessoa%20que%20trabalha%20como,dos%20produtos%20para%20o%20transporte>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais do Brasil. *Dossiê: Psicologia e sociedade*. V. 32, jul. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3093/309363306051/html/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Chile: Klick, 1997.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira*. Brasília, 11: 89-117, 2013.

BARBOSA, M. L. O. Ensaio bibliográfico: as profissões no Brasil e sua sociologia. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). *Afro-Ásia*, 59 (2019), 43-75.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BBC NEWS BRASIL. “*Tinha patrão, hoje tenho cliente*”: as diferenças de ser doméstica no Brasil e nos EUA. São Paulo: 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57855932>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BESTA. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/besta>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BHABA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2007.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50 ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BRASIL DE FATO. Silvia Federici: “Os movimentos feministas mais poderosos do mundo hoje estão na América Latina”. São Paulo: 17 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/silvia-federici-os-movimentos-feministas-mais-poderosos-do-mundo-hoje-estao-na-america-latina>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.741*, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa E dá outras providências. Presidência da República: Brasília, DF, 1 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.104*, de 09 de março de 2015. Inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República: Brasília, DF, 09 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *MTE encontra seis imigrantes venezuelanos em situação irregular de trabalho em São Paulo*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 08 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Fevereiro/mte-encontra-seis-imigrantes-venezuelanos-em-situacao-irregular-de-trabalho-em-sao-paulo>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Resgates em ações de fiscalização do MTE escancaram trabalho escravo doméstico no país*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 14 mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/resgates-em-aco-es-de-fiscalizacao-do-mte-escancaram-trabalho-escravo-domestico-no-pais-1>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2000.

BRITES, Jurema. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões, Comunicação apresentada no *Fórum de Pesquisa* nº 13, “Experiências culturais/possibilidades políticas”, da IV Reunião de Antropologia do Mercosul.

CAMPELLO, Eliane. Maternidade e violência em “Quantos filhos Natalina teve?”, de Conceição Evaristo. *XV Abralic: experiências literárias textualidades contemporâneas*, 2016. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491524767.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

CANCLINI, Nertor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CAO, Binh; GUITON, Pascale S. Conheça alguns importantes parasitas que atacam humanos e vivem nos trópicos. *Unesp para jovens*. 18 de outubro de 2023. Disponível em: <https://parajovens.unesp.br/conheca-alguns-importantes-parasitas-que-atacam-humanos-e-vivem-nos-tropicos/#:~:text=Exemplos%3A%20a%20Dirofilaria%20immitis%2C%20uma,dentro%20dos%20gl%C3%B3bulos%20vermelhos%20humanos>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CASA. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CASTRO, Susana de. Acumulação primitiva e Patriarcado do salário”, a relação entre feminismo e marxismo na obra de Silvia Federici. *Revista Peri*. Florianópolis: v.13, n. 03, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/vanessa.almeida/Downloads/5168-Texto%20do%20artigo-17755-1-10-20211216.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CASTRO. Suzana de. Para entender o Feminismo Decolonial. *In*: Outras palavras, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/para-entender-o-feminismo-decolonial/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CEIA, Carlos. Textualidade. *E-dicionário de termos literários de Carlos Ceia*. 2013. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/cceia>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico] tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Aline Souza da. *O cortiço: 100 anos depois de Pereira Passos*. 2016. 179 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COZINHAR. *In*: Dicionário Aulete Digital. Disponível em: <https://aulete.com.br/cozinhar>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CRUZ, Edna Sousa. Os sentidos do poder/saber dizer. *Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT*, nº 3, 2011-2.

CRUZ, Eliana Alves. *Água de barrela*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2016.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 121-138.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* – vol. 1 São Paulo: Editora 34, 2011.

DIAS, Leticia Otero. *O feminismo decolonial de Maria Lugones*. 8º ENEPED UFGD.5º EPEX – *Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão*. UEMS. Janeiro/2015.

DOMÉSTICA. Direção: Gabriel Mascaro. Produção: Rachel Daisy Ellis. (75 min.) 2012.

DJAU, Malam. A expansão islâmica e a etnia Fula na África subsaariana. *XXX Encontro de Iniciação Científica*. Disponível em: <http://sysprppg.ufc.br/eu/2011/Resumos/wrappers/MostrarResumo.php?cpf=39152944387&cod=001>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ESCOLA, Brasil. "Mucamas, Criadas ou Domésticas". *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mucamas-criadas-ou-domesticas.htm>. Acesso em: 28 fev. 2024.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. coletivo SYCORAX. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. Trad. Coletivo SYCORAX. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MqrkMq7hHybFzZcgTwPbvqd/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FERRARA, Jessica A.; CARRIZO, Silvina. L. Caminhos para um feminismo decolonial. *Cadernos pagu*. São Paulo. n. 62, 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7hWzygnjnknYcC3wvSRx8n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FERREIRA, Tula Pilar. *Pilar futuro presente: uma antologia para Tula*. Org. Maitê Freitas e Carmen Faustino. São Paulo: Oralituras, 2020.

FIALHO, Elizângela A. L. *Vozes em potência: Solitária, de Eliana Alves Cruz*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/1706-eliana-alves-cruz-solitaria>. Acesso em: 31 mai. 2024.

FOLHA DE PERNAMBUCO. *Congolês morto em quiosque na Barra de Tijuca foi espancado por 15 minutos, diz primo*. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/congoles-morto-em-quiosque-na-barra-da-tijuca-foi-espancado-por-15/214051/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério. *A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos*. Revista Sociedade e Estado. V. 36, nº. 1, janeiro/abril 2021. Disponível em: [hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/se/a/px3KX4nH3vRkPNXBP464Pkn/?lang=pt&format=pdf](https://www.scielo.br/j/se/a/px3KX4nH3vRkPNXBP464Pkn/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 20 ago. 2024.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Os africanos no Brasil. Portal da Cultura afro-brasileira*. [?]. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_II.php. Acesso em: 11 mai. 2023.

GOLDSTEIN, Donna. *The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers*. In: *Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley, University of California Press, 2003.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORTÁZAR, Naiara G. *Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil*. *El país*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 11 mai. 2023.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 321-341.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Trabalho doméstico*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

JORGE, T.A.S. *Mercado de trabalho*. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance*. Transcrição, 2018. Tradução Jessica Oliveira. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2023.

KILOMBA, Grada. "The Mask" In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Trad. Jéssica Oliveira de Jesus. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>. Acesso em: 28 jun. 2023.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na Relação entre Patroas e Empregadas*. São Paulo: Unicamp, 2001.

LAVADEIRA TEM FILHO DOUTOR. Leila Silva. Brasil: RCA Victor, 1964. Vinil.

LE noire de... Direção Sembène Ousmane. Senegal: Vídeo nova-iorquino, 1966. (59 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YMDq2UAYXSs>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rsa.Bogotá*. n.9, p. 73-101, jul-dez, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 abr. 2023.

LUGONES. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianopolis. Set-Dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MABEL. In: Significado dos nomes - Dicionário de nomes próprios. Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropios.com.br/mabel/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MARCONDES *et al.* O peso do trabalho "leve" feminino à saúde. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2): 91-101, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/CVjYn968SSBspW7DV7mCMtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. *Períodicos* p. 73-82. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MATANDO MATHEUS A GRITO. *Vagas de emprego pra morrer desempregado*. Youtube. 2020. 17 minutos e 58 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u7XAR84xHDY&list=PLcofSMh5qvPOhPLf7eKTRE7r8OK7AfNo&index=1>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MELO, Hildete Pereira. Trabalhadoras Domésticas. Em: UNIFEM. *Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher*, n. 4, v. 2, 2002.

MENDOZA, Breny. “La colonialidad del género y poder: de la postcolonialidad a la decolonialidad”. In: MUÑOZ, Karina Ochoa (Org.). *Miradas en torno al problema colonial*. Cidade do México: Ediciones Akal, 2019, p. 35-72. Tradução de Letícia Pilger da Silva e Sueliton de Oliveira Silva Filho. Disponível em: [file:///C:/Users/vanessa.almeida/Downloads/78777-314578-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/vanessa.almeida/Downloads/78777-314578-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

MIGUEL, Julia Manochio. *Política migratória, identidade e colonialidade: a contínua exclusão de migrantes no Brasil e o recente caso venezuelano*. 2020. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30142>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângelo Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF – *Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

NOSSO DIREITO EM AÇÃO. *O último sobrenome deve sempre ser o do pai?*. 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.nossodireito.com.br/2021/08/30/o-ultimo-sobrenome-deve-sempre-ser-o-do-pai/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

OBSERVATÓRIO DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Solitária*. Belo Horizonte: 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/observaped/solitaria/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, Bárbara Maria Cavalcanti de. *Senzala: uma memória indesejada*. Dissertação. (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36254/1/2022_UFBA DISSERTA%c3%87%c3%83O%20FINAL%20 BARBARA%20OLIVEIRA PPGAU UFBA%20PARA%20REPOSIT%c3%93RIO FINAL.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

OLIVERIA, Luiz Fernandes de; SILVA, Danielle Tudes Pereira. Os significados da Modernidade/Colonialidade. *Eletrônica Pesquiseduca*. Santos, v. 11, n. 23, p.07-19, jan-abril. 2019.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Brasil: Pandora filmes, 2015. (114 min).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *Epistemologias do sul*. Org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Coimbra: Almedina, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgar. (Ed.). *Colonialidad del saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2019.

PALHARES, José Vítor; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2021, p. 1924-1957.

PARASITA. Direção de Bong Joon-ho. Coreia do Sul: Barunson e&a, 2019. (132 min).

PRECISO ME ENCONTRAR. *Cartola: Cartola II*. Rio de Janeiro: Discos Marcus Pereira, 1976. 1 CD (34:45 min).

PRETA-RARA. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PIGLIA, Ricardo, Una propuesta para el nuevo milenio, *Margens/Márgenes*, n. 2. Belo Horizonte, Mar Del Plata, Buenos Aires, 2001.

PINHEIRO, Daíse Cristina de Sá. *O papel do plano de comunicação preventivo em momento de crise na organização*. 2005. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4451/5/TCCG%20-%20Jornalismo%20-%20Da%20C3%ADse%20Cristina%20de%20S%20-%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. DISOC – Diretoria de Estudos e políticas sociais. n. 75. Ipea, 2020. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791. Acesso em: 02 fev. 2022.

PODER 360. *Paulo Guedes critica dólar baixo: ‘empregada doméstica ia para a Disney’*. 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

REIS, J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e->

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 412p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A5AHWB>. Acesso em: 22 fev. 2024.

TAVARES, Paula. *Amargos como os frutos: poesia reunida*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico: feminismos plurais*. Coord. Djamilia Ribeiro. Jandaíra: São Paulo, 2021.

TV Senado. *“Solitária” é o novo romance da escritora Eliana Alves Cruz*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ku9ENH0R6eY>. Acesso em: 29 mai. 2024.

VIANA, Priscylla Kethellen; MANO, Maíra Kubík. Colonialidade: relações entre patriarcado e mulheres brancas no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1638380278_ARQUIVO_3e21a1584d306892831b5c1897446669.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Editora UBU, 2020.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Selba Mallman. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANA, Maíra Boratto Xavier; TREVISAN, Ricardo. O “Quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira. *IV Enanparq*. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2007/S07-05-VIANA,%20M;%20TREVISAN,%20R.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.